GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GDF

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXII Nº 222 SEGUNDA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1998 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
SECRETARIA DE GOVERNO	2
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	4
SECRETARIA DE SAÚDE	9
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	9
SECRETARIA DE TRANSPORTES	10
SECRETARIA DE AGRICULTURA	10
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	10
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	11
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	11
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	11
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	12
SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE	13
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	13
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	13
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	13

SEÇÃO II

CASA MILITAR	19
SECRETARIA DE GOVERNO	19
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	19
SECRETARIA DE SAÚDE	19
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	21
SECRETARIA DE TRANSPORTES	23
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	23
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	24
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	25
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	25

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO	26
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	27
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	27
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	28
SECRETARIA DE SAÚDE	28
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	28
SECRETARIA DE OBRAS	28
SECRETARIA DE TRANSPORTES	29
SECRETARIA DE AGRICULTURA	30
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	31
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	31
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	31
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	31
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	32
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	33
INEDITORIAIS	33
ÍNDICE	34

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 19.804, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Regulamenta a Lei nº 1.553, de 15 de julho de 1997, que dispõe sobre o trânsito de veículos de tração animal nas vias públicas urbanas e nas faixas de domínio das rodovias no Distrito Federal, e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decreta:

Art 1° O trânsito de veículo de tração animal em vias públicas urbanas e nas faixas de domínio das rodovias no Distrito Federal, obedecerá as normas do Código de Trânsito Brasileiro, além do disposto na Lei 1.553, de 15 de julho de 1997 e o contido neste Decreto.

Parágrafo Único No Distrito Federal somente será permitido a utilização de eqüinos, asininos e muares na tração do veículo.

Art. 2° Todo veículo de tração animal, para transitar nas vias públicas e nas faixas de domínio das rodovias no Distrito Federal, deverá estar registrado e licenciado, bem como conter placa de identificação.

§ 1° O veículo de tração animal, para ser licenciado deverá estar de acordo com o especificado abaixo:

a) comprimento máximo da carroceria - 1,70 m;

b) largura máxima da carroceria - 1,00 m;

c) altura máxima da carroceria - 1,40 cm;

d) capacidade máxima de carga do veículo - 350 kg.

§ 2° A placa de identificação seguirá o padrão estabelecido no Anexo IV, deste Decreto, e será fixada no eixo do veículo de tração animal.

Art. 3° Compete ao Departamento de Trânsito-DETRAN, emitir documentação referente ao registro, licenciamento e emplacamento do veículo de tração animal, na forma dos modelos constantes dos Anexos II e III, deste Decreto.

Art. 4° Compete às Administrações Regionais dentro de sua circunscrição:

I - cadastrar os condutores dos veículos de tração animal;

II - cadastrar o animal utilizado na tração do veículo;

III - realizar todas as vistorias necessárias ao registro, emplacamento e licenciamento do veículo de tração animal, e ainda, determinar a gravação do número de identificação no eixo do veículo;

IV - encaminhar ao Departamento de Trânsito-DETRAN os dados referentes ao registro, emplacamento e licenciamento.

Art. 5° São equipamentos obrigatórios do veículo:

I - freios, considerados como tais o bridão ou cabeção;

II - luzes ou catadióptricos. isto é, olhos-de-gato, nas partes dianteira, traseira e laterais, sendo:

a) de cor branca ou amarela, nas partes laterais e dianteira;

b) de cor vermelha, na parte traseira.

III - placa de identificação;

IV - arreata completa;

V - espelho retrovisor nas laterais;

VI - batente para a subida em chapa parafusada ao varal;

VII - coletor de escrementos.

Art. 6° Nenhum veículo de tração animal poderá transitar nas áreas mencionadas no art. 1° deste Decreto sem que seja observado, além do disposto nos artigos 1° e 2°, o que se segue:

I - o condutor deverá obter autorização para condução de veículo de tração animal, consoante modelo constante do Anexo I, deste Decreto, emitida pelo Departamento de Trânsito-DETRAN;

II - o animal utilizado na tração do veículo deverá estar cadastrado na Administração Regional, e identificado pela Fundação Zoobotânica, que emitirá a licença na forma do Anexo V, deste Decreto;

III - o veículo de tração animal, devidamente identificado, será licenciado pelo Departamento de Trânsito-DETRAN/DF.

Parágrafo Único. A autorização do condutor deverá ser renovada a cada cinco anos, enquanto que a licença do animal e a licença do veículo serão renovadas anualmente.

Art. 7° A obtenção da documentação de que trata o art. 3° deste Decreto fica condicionada ao seguinte:

I - para o condutor;

a) ter idade mínima de dezoito anos;

b) gozar de boa saúde física e mental, comprovada por atestado médico;

c) freqüentar curso sumário sobre sinais de trânsito e regras gerais de circulação, promovido pelo órgão competente.
II - para o veículo:
a) estar em perfeito estado de conservação e de acordo com o disposto no art. 3°, deste Decreto.
III - para o animal:
a) gozar de boa saúde, especialmente não ser portador de anemia infecciosa eqüina (AIE), atestados pela Fundação Zoobotânica;
b) portar ferradura nos membros anteriores e posteriores.
Art. 8° É obrigatório, ao condutor do veículo de tração animal, portar os documentos de autorização, licenciamento do veículo e a identificação do animal utilizado na tração.
Art. 9° O Departamento de Trânsito -DETRAN e o Departamento de Estradas de Rodagem-DER, em conjunto com as Administrações Regionais, definirão as vias públicas proibidas ao tráfego de veículos de tração animal.
Art. 10. No veículo de tração animal poderão ser transportados além da carga, apenas o condutor do veículo e seu auxiliar.
Parágrafo Único. Fica proibido o transporte de passageiros em veículo de tração animal, nas vias públicas urbanas e nas faixas de dominio das rodovias no Distrito Federal.
Art. 11. Constitui infração a ação ou omissão voluntária ou não, por parte do proprietário ou condutor do veículo de tração animal, que importe na inobservância dos dispositivos previstos nas normas gerais de circulação do Código de Trânsito Brasileiro, no que couber. na Lei nº 1.553, de 15 de julho de 1997, bem como as relacionadas abaixo:
I - transitar sem portar os documentos de autorização, licenciamento do veículo e o licenciamento do animal utilizado na tração;
II - transitar com o veículo sem qualquer dos equipamentos obrigatórios, ou estando esses ineficientes ou inoperantes;
III - utilizar para tração do veículo, animal sem identificação e licença;
IV - transitar em vias proibidas;
V - conduzir o veículo de tração animal, sob efeito de bebida alcoólica, ou qualquer outra substância entorpecente;
VI - submeter a maus-tratos o animal utilizado na tração do veiculo;
VII - transportar carga acima da capacidade máxima permitida;
VIII - utilizar o veículo de tração animal para transporte de passageiros.
Art. 12. A guarda do veiculo quando apreendido é de responsabilidade da Administração Regional, respeitada a área de circunscrição.
Parágrafo Único. Ficam o Departamento de Trânsito-DETRAN e o Departamento de Estradas de Rodagem-DER, responsáveis pelo transporte do veículo até o depósito da Administração Regional.
Art. 13. As infrações aos preceitos deste Decreto serão punidas com as seguintes penalidades:
I - multa;
II - apreensão do veículo;
III - suspensão da autorização do condutor;
IV - cassação da autorização do condutor.
Art. 14. As multas terão valor correspondente a R$ 20,00(vinte reais), e serão aplicadas a qualquer infração prevista neste Decreto e recolhida aos cofres públicos através de DAR, para as Administrações Regionais.
§ 1° O valor da multa será reajustado anualmente, pelo Índice de Preço ao Consumidor-IPC, ou outro índice que vier a ser adotado por lei.
§ 2° As multas serão acrescidas em 50%(cinqüenta por cento). quando o infrator for reincidente.
Art. 15. A pena de apreensão do veículo será aplicada às infrações previstas nos itens I, II, III, IV e VIII do art. 11, deste Decreto.
Parágrafo Único A liberação do veículo de tração animal, somente ocorrerá mediante a correção da irregularidade notificada e o pagamento da multa.
Art 16. A pena de suspensão da autorização do condutor será de 15(quinze) dias, para a primeira incidência e de 30(trinta) dias para a reincidência e será aplicada às infrações previstas nos itens V, VI e VII do art. 11, deste Decreto.
Art. 17. A pena de cassação da autorização do condutor dar-se-á quando ocorrer a terceira incidência, no período de 12(doze) meses, a qualquer dos incisos do art. 11. deste Decreto.
Art. 18. Da aplicação das penalidades previstas neste Decreto. caberá recurso a Administração Regional competente, respeitado o prazo de 10 dias a contar da data da autuação.
Art. 19 A Administração regional terá o prazo de 15 dias, para efetuar o julgamento da defesa apresentada, a contar da data de protocolo, do qual não caberá novo recurso.
Parágrafo Único Decorrido o prazo previsto no caput deste. sem que haja julgamento do recurso, a penalidade será considerada nula.
Art. 20. Compete ao Departamento de Trânsito-DETRAN e à Polícia Militar do Distrito Federal, a fiscalização das normas previstas neste Decreto.
Art. 21. A SUCAR, a PMDF, o DETRAN, o Jardim Zoológico, o DER a FZDF e o SLU poderão, , mediante ato próprio, no caso de competência exclusiva, ou em conjunto, quando tratar de competência afeta a mais de um órgão, baixarem instruções complementares, que se fizerem necessárias para o cumprimento deste Decreto.
Parágrafo Único Os órgão citados no caput deste artigo poderão celebrar convênio com a categoria dos carroceiros, visando a implementação de cursos de treinamento e habilitação para os carroceiros.
Art. 22. Este Decreto entrará em vigor no prazo de 180(cento e oitenta) dias, após a data de sua publicação.
Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 19.517, de 20 de agosto de 1998.

Brasília, 20 de Novembro de 1998
110° da República e 39° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
Em 20 de novembro de 1998

PROCESSO Nº : 139.001.000/97
INTERESSADO : FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PEDRO BRAGA NETTO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 96, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO/RA-XIV, no uso de suas atribuições legais conforme determina o Decreto n.° 596. de 08 de março de 1967 bem como o Decreto n.° 7.067. de 02 de setembro de 1983. regulamentado pela Portaria n.° 001/84. de 11 de janeiro de 1984. torna público que apreendeu os materiais abaixo discriminados de acordo com o OF. n.° 17/98-SAS. e que encontram-se no depósito desta RA. devendo os proprietários. num prazo de 30 (trinta) dias apresentarem os documentos fiscais para sua retirada. após o que serão considerados abandonados.

TERMO DE APREENÇÃO N.° 176 - DATA: 28.10.98 - HORA: 17:00h - LOCAL: Condomínio Solar de Brasília.

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
1.600	Telhas de cerâmica tipo monte carmelo (com apenas 1.232 em bom estado de conservação).
10	Pedaços de ripas
15	Pedaços de caibros

TERMO DE APREENÇÃO N.° 226 - DATA: 18.11.98 - HORA: 11:15h - LOCAL: Condomínio Solar de Brasília.

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
06	Sacos de cimento sendo 03 (três) rasgados (inservivel).
01	Caixa d'água Eternit 500 litros sem tampa (inservivel).
01	Caixa d'água Isdralit 1.000 litros.
02	Caixas d'água Isdralit 500 litros.
01	Caixa d'água de libra azul (inservivel).
01	Trado pequeno manual.
03	Tampas de caixas d'água Fibrocimento.

VIRGÍNIO GABRIEL BELTRAMI

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, incisos XLIV e XLVI do Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto 16.247, de 29.12.94, tendo em vista o que dispõe a Lei nº 1.828, de 13 de janeiro de 1998, resolve:
Regulamentar a Organização e o Funcionamento da Feira Permanente de Sobradinho nos seguintes termos:

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GDF

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília-DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador
ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora
LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social
EDSON SAMPAIO DE SOUZA
Divisão de Divulgação

1. DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

1.1 - Poderão comercializar na Feira Permanente de Sobradinho as pessoas físicas ou jurídicas autorizadas pela Administração Regional de Sobradinho, nas categorias de feirante produtor ou feirante mercador.

1.2 - A comercialização no âmbito da Feira Permanente será permitida somente para as atividades previstas no Anexo I desta Ordem de Serviço .

1.3 - A determinação do número de feirantes que ocuparão os Boxes na Feira será estipulado pela Administração Regional.

1.4 - Os boxes construídos pelos próprios feirantes, obedeceram, quanto à dimensão, material utilizado e tipo, aos modelos aprovados pela Administração Regional.

1.5 - Para fins desta Ordem de Serviço, considera-se:

1.6- Boxes: espaço construído em alvenaria, edificados conforme projeto elaborado pela Administração Regional;

1.6.1 - O funcionamento da feira permanente obedecerá, sem prejuízo do disposto no artigo 11 da lei nº 1.828, de 13.01.98, o seguinte horário:

1.6.2 - De segunda a Sábado – a partir das 07.00 até as 19.00 horas, exceto, nas quartas-feiras que será até as 22,00 (vinte e duas) horas.

1.6.3 - Aos domingos, das 07.00 às 14.00 horas.

1.7 - O abastecimento da feira deverá ser feito preferencialmente das 04 às 06 horas da manhã, e, excepcionalmente, durante o horário de funcionamento normal.

1.8 - Não será permitida a circulação de veículos no interior da Feira, bem como a permanência de veículos de descarga após o horário de abastecimento.

1.9 - A Feira não funcionará nos feriados oficiais, salvo autorização expressa da Administração Regional.

1.10 - Não serão permitidas modificações na pintura e na estrutura física dos Boxes sem prévia autorização da Administração.

1.11 - A mudança de ramo de atividades do feirante somente será permitida após expressa autorização da Administração Regional.

2. DAS OBRIGAÇÕES DOS FEIRANTES.

2.1 - É obrigatório o uso do jaleco pelos feirantes e auxiliares confeccionado na cor branca de acordo com o modelo anexo (anexo II) bem como de crachás de identificação, que serão fornecidos pela Administração.

2.2 - Os preços das mercadorias serão fixados dentro dos limites das áreas dos respectivos boxes e, em local de fácil visualização para o consumidor.

2.3 - A coleta de lixo produzido na Feira é de exclusiva responsabilidade dos feirantes e deverá ser feita de modo a não prejudicar o funcionamento das atividades. O produto final deverá ser depositado nas caixas coletoras apropriadas, colocadas nas imediações da Feira.

2.4 - A manutenção, conservação e vigilância das instalações da Feira é responsabilidade exclusiva dos feirantes, que se organizarão, por sua própria conta, para custear as despesas e fixar as respectivas cotas de rateio.

3. DA HABILITAÇÃO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO

3.1 - A ocupação de espaço na Feira Permanente de Sobradinho dar-se-á mediante licitação pública, cujos critérios deverão ser estabelecidos em Edital.

4. DAS NORMAS SANITÁRIAS

4.1 - Todas os boxes deverão ter, para uso próprio, recipiente para depósito de detritos sólidos, em conformidade com as normas e exigências da Inspetoria de Saúde.

4.2 - Na comercialização de pescados e crustáceos, o recipiente de que trata o item acima deverá conter sacos plásticos para o recolhimento das vísceras.

4.3 - A venda de animais domésticos de pequeno porte não será permitida sem guia de Inspeção Veterinária ou Sanitária fornecida pelo Órgão competente.

4.4 – Todos os gêneros que não sofrerem processo de consumo deverão estar acondicionado adequadamente de modo a evitar contaminação por poeira, perdigoto, insetos e roedores, bem como dispostos de forma a não permitir ao consumidor contato direto com os mesmos.

4.5 – A comercialização dos gêneros alimentícios de origem animal e vegetal deverá obedecer à legislação vigente.

4.6 – Além da observância da legislação sanitária das normas específicas pela Saúde Pública e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, os feirantes ficam obrigados a manter:

I - Os produtos oferecidos em perfeitas condições de higiene e conservação;

II – Os pescados e crustáceos, permanentemente em temperatura abaixo de 10ºc, em tabuleiros ou caixas de material inoxidável, cobertos com tampa do mesmo material, devendo a água proveniente do degelo ser recolhida em recipiente de material inoxidável com tampa e despejada em local apropriado indicado pela Administração;

III - As aves e animais vivos de pequeno porte expostos à venda, em gaiolas de ferro galvanizado, providas de recipiente próprio para alimentos e água com fundo móvel, de forma a permitir a limpeza diária;

IV – Os doces tipo caseiro, vendidos a peso, embrulhados em papel impermeável ou protegidos em vasilhames adequados de alumínio, ou aço inoxidável, dotado de tampa.

4.7 – A comercialização de carnes, pescados, crustáceos e aves abatidas somente será permitido, atendidas as condições mínimas de higiene, nos boxes, ficando expressamente vedada a comercialização dos mesmos no interior das bancas.

5. DA OCUPAÇÃO

5.1 – Os feirantes pagarão, mensalmente, à Administração Regional pela ocupação dos espaços na FEIRA PERMANENTE, o preço por metro quadrado nos termos do artigo 9º da Lei nº 1.828, de 13 de janeiro de 1.998.

5.2 – O Valor devido, deverá ser pago até o 5º dia útil de cada mês impreterivelmente; depois, será corrigido monetariamente nos termos da legislação vigente.

5.3 – Será considerado inadimplente para todos os efeitos legais, o feirante que deixar de pagar em dia, as obrigações contraídas perante à Administração Regional de Sobradinho.

6. DAS INFRAÇÕES

6.1 - Constitui infração, a ação ou omissão voluntária ou não, por parte do feirante, que importe a inobservância dos dispositivos a seguir fixados:

I - vender produtos fora do grupo previsto em sua inscrição, exceto acessórios.

II - fornecer a terceiros mercadorias para venda ou revenda no âmbito da respectiva feira.

III - descarregar mercadorias fora do horário permitido.

IV - colocar ou expor mercadoria fora dos limites da área, boxe, exceto cabides de mostruário, que não pode exceder trinta centímetros.

V - manter balança empregada para a comercialização de suas mercadorias em local que não permita a leitura da pesagem pelo consumidor.

VI - deixar de usar o uniforme estabelecido pela administração regional nas atividades que envolvem a manipulação de alimentos, produtos perecíveis e agropecuários.

VII - desacatar servidores da administração pública no exercício de suas funções ou em razão delas.

VIII - utilizar pilastras, postes ou paredes da feira livre para colocação de mostruários ou com qualquer outra finalidade.

IX - deixar de observar o horário de funcionamento da feira.

X - usar jornais impressos e papéis usados ou quaisquer outros que contenham substâncias químicas prejudiciais à saúde para embalagem de mercadorias.

XI - vender animais doentes ou em estado de desnutrição.

XII - prestar declarações que não correspondam a realidade ao agente fiscalizador.

XIII - portar arma de fogo ilegalmente.

XIV - exercer atividade na feira em estado de embriaguez.

XV - deixar de zelar pela conservação e higiene da área, boxe e banca.

XVI- vender gêneros alimentícios impróprios para o consumo, deteriorados ou condenados pelo Serviço de Fiscalização Sanitária, ou ainda, com peso ou medida irreal.

XVII - deixar de exibir a documentação exigida para o exercício de sua atividade quando solicitada pela fiscalização.

XVIII - deixar de cumprir as normas estabelecidas na Lei nº 1.828, de 13 de janeiro de 1998, e demais disposições constantes na legislação em vigor.

XIX - vender ou ter sob sua guarda bebidas alcoólicas de qualquer espécie nas áreas da Feira livre, inclusive em lanchonetes, salvo expressa autorização da Administração Regional, com anuência da entidade local representativa da categoria.

XX - utilizar qualquer tipo de aparelho ou equipamento de som, bem como executar música ao vivo nas áreas da feira, salvo permissão da Administração Regional, com anuência da entidade local representativa da categoria.

XXI - praticar jogos de azar no recinto da feira.

7. DAS PENALIDADES

7.1 - Aos feirantes que infringirem as disposições da Lei nº 1.828/98, assim como as normas estabelecidas nesta Ordem de Serviço e demais disposições legais, serão aplicadas isoladas ou conjuntamente, pelas Administrações de Feiras, as sanções descritas na forma abaixo:

I - notificação;

II - advertência;

III - multa;

VI - suspensão da autorização;

V - cassação da autorização.

§ 1º A advertência será aplicada ao feirante que infringir qualquer dispositivo constante desta Lei.

§ 2º O feirante que tiver sido advertido por três vezes, no prazo de sessenta dias, terá sua atividade comercial suspensa pelo prazo de até quinze dias, sem prejuízo do pagamento de multa, se for o caso.

§ 3º A cassação da autorização será aplicada ao feirante que:

a) tiver sido suspenso por três vezes, no período de um ano;

b) deixar de comparecer à ferira por quatro vezes consecutivas ou cinco alternadas no decorrer de trinta dias, sem motivo justificado.

§ 4º A aplicação de qualquer sanção prevista nesta Lei não exime o infrator de sanar, quando for o caso, a irregularidade constatada.

§ 5º As infrações cometidas pelos feirantes prescreverão no prazo de um ano contado da data de sua anotação no prontuário da Administração Regional.

8. DOS EMPREGADOS E AUXILIARES

8.1 - O feirante poderá ter os empregados e auxiliares que julgar necessário, mediante credenciamento no Serviço de Administração de Feiras.

8.2 - O credenciamento de empregados e auxiliares deverá ser feito pelo feirante e só será considerado se os mesmos preencherem os requisitos, apresentando os seguintes documentos:

I - Carteira de Identidade expedida pela autoridade policial (Secretaria de Segurança Pública);

II - Cartão de Identificação do Contribuinte – CIC e

III - Carteira de Saúde.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - Os servidores designados pela Administração, zelarão permanentemente pela observância das normas desta Ordem de Serviço.

9.2 - As notificações de irregularidades numeradas serão lavradas em 02(duas) vias, no momento em que a irregularidade for constatada, destinando-se a primeira via ao infrator e a segunda ao servidor de administração de feiras, para posterior arquivamento.

9.3 - Lavrada a notificação de irregularidade, esta não poderá ser inutilizada ou considerada sem efeito, salvo se comprovada a sua improcedência, pelo Administrador Regional.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Em caso de abandono do boxe, não caberá ao autorizatário qualquer ressarcimento ou indenização pelas benfeitorias executadas, ainda, que autorizadas pela Administração Regional.

10.2 - É vedada a comercialização de quaisquer produtos em áreas correspondentes a um raio de 200m (duzentos metros) da Feira Permanente, salvo expressa autorização da Administração Regional.

10.3 - Os casos omissos nesta Ordem de Serviço, serão dirimidos pela Administração Regional, observada a legislação vigente.

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação.

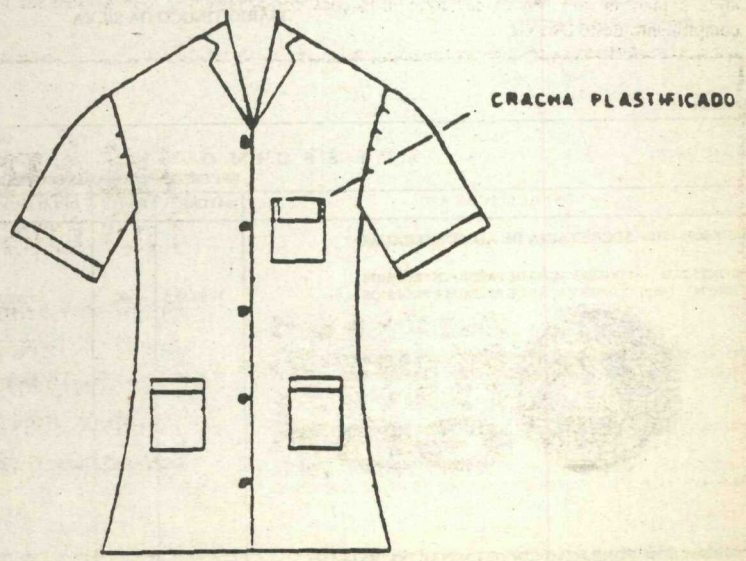
ANTONIO DE LISBOA AMANCIO VALE

ANEXO I

ATIVIDADES

1) CONFECÇÕES; 2) CALÇADOS; 3) ARTESANATO; 4) BIJUTERIAS; 5) ARMARINHO; 6) CALDO DE CANA; 7) DOCES e QUEIJOS; 8) SORVETE; 9) LANCHES, SUCOS e VITAMINAS; 10) PEIXARIA; 11) FRANGO ABATIDO; 12) RAIZES e TEMPEROS; 13) HORTIFRUTIGRANJEIROS; 14) AVES VIVAS; 15) AÇOUGUE; 16) ALUMÍNIO, FERRAMENTAS e FERRAGENS; 17) SECOS e MOLHADOS; 18) FLORES e PLANTAS; 19) LANCHONETES; 20) JORNAIS e REVISTAS; 21) CEREAIS; 22) BRINQUEDOS; 23) ARTIGOS PARA FESTA; 24) RESTAURANTE; 25) FRUTARIA; 26) LOJA DE CONVENIÊNCIA; 27) ALFAIATARIA; 28) SAPATEIRO; 29) MERCADO.

ANEXO II



DESPACHOS DA DIRETORA
Em 19 de novembro de 1998

Processo n.º 134.000.324/97
Interessado: JOAQUIM LOPES DE LIMA
Assunto: INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO AUTO DE INFRAÇÃO N.º 029797.

A Diretora da Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III e V, do art. 27, do Regimento Interno, aprovado pelo decreto 16.247, de 29 de dezembro de 1994, combinado com o artigo 23, inciso I da Lei n.º 657/94, de 25 de janeiro de 1994 ao julgar o recurso, proferiu a seguinte decisão: "Ante o exposto e ainda por tudo mais o que dos autos consta, julgo improcedente o recurso, mantendo a autuação efetuada pelo fiscal, arbitrada em R$ 63,75 (Sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) conforme artigo 9º decreto lei 17.079/95." Intime-se o infrator para, em 20(vinte) dias apresentar recurso ao órgão de 2ª instância ou a recolher o valor devido. Transcorrido em aberto prazo, encaminhe-se a Dívida Ativa.

Processo n.º 134.000.688/97
Interessado: MERCAFRIOS ALIMENTOS LTDA
Assunto: INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO AUTO DE INFRAÇÃO N.º 0757/97.

A Diretora da Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III e V, do art. 27, do Regimento Interno, aprovado pelo decreto 16.247, de 29 de dezembro de 1994, combinado com o artigo 23, inciso I da Lei n.º 657/94, de 25 de janeiro de 1994 ao julgar o recurso, proferiu a seguinte decisão: "Ante o exposto e ainda por tudo mais o que dos autos consta, julgo improcedente o recurso, mantendo a autuação efetuada pelo fiscal, arbitrada em R$ 86,81 (Oitenta e seis reais, oitenta e um centavos) conforme artigo 9º decreto lei 17.079/95." Intime-se o infrator para, em 20(vinte) dias apresentar recurso ao órgão de 2ª instância ou a recolher o valor devido. Transcorrido em aberto prazo, encaminhe-se a Dívida Ativa.

MARGARET BARBOZA GOMES

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 179, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1998

Dispõe sobre a Prorrogação do Registro Provisório das entidades relacionadas.
O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF, tendo em vista o disposto no inciso IV do item 14 da Resolução Normativa nº 37/97 - CDCA/DF, e com fundamento no que dispõe o inciso VI do Art. 7º da Lei nº 518/93, combinado com os artigos 90 e 91 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, resolve:

1 - Prorrogar o Registro Provisório da entidade ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS PAVONIANAS DE ASSISTÊNCIA, sob o nº 07, com validade de 90 (noventa dias) dias, a partir do dia 09/11/98 e inscrever seu Programa de Proteção, no regime de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto, nas áreas de atendimento Educativo e Formação Profissional, de conformidade com o processo nº 030.006.570/94.

2 - Prorrogar o Registro Provisório da entidade INSTITUTO EDUCACIONAL SÃO JUDAS TADEU, sob o nº 10, com validade de 90 (noventa) dias, a partir do dia 09/11/98 e inscrever seu Programa de Proteção, no regime de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, na área de atendimento Assistencial e no regime de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto, nas áreas de atendimento Educativo e Formação Profissional, de conformidade com o processo nº 030.003.324/94.

NEIDE VIANA CASTANHA
Presidente do CDCA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 1.251, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, resolve:

I - Promover, na forma dos Anexos I, II, III e IV a alteração dos Quadros de Detalhamento da Despesa de Diversas Unidades , aprovados pela Portaria SEFP nº 04, de 12 de janeiro de 1998 e pelo Decreto nº 19.042, de 19 de fevereiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
140101/00001 13101 **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**				13.172.711
03.007.0025.2032 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000274 0001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.39	100	7.500.000	
				7.500.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 000270 0001 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	34.90.39	110	5.672.711	
				5.672.711
230103/00001 16103 **ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL**				14.000
08.048.0247.1064 SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE LUIS CRULS				
Ref: 000244 0001 SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE LUIS CRULS	34.90.30	100	1.000	
	34.90.39	100	13.000	
				14.000
160201/16201 18201 **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**				49.144.913
08.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002161 0042 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	302	2.300.000	
	34.90.39	304	850.000	
	34.90.92	302	2.700.000	
				5.850.000
08.042.0188.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002251 0010 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	31.90.04	330	2.598.583	
	31.90.11	330	40.696.330	
				43.294.913
160901/16901 18901 **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				
08.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 502161 0042 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	102	5.000.000	
	34.11.41	104	850.000	
				5.850.000*
08.042.0188.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 502251 0010 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	31.11.41	130	43.294.913	
				43.294.913*
130103/00001 19101 **SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**				185.000
03.007.0040.2003 COORDENAÇÃO GERAL DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO				
Ref: 000017 0001 FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	34.90.39	110	185.000	
				185.000
150205/15205 21203 **SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA**				5.672.711
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000348 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	104	556.900	
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000348 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.41	104	115.811	
				672.711
10.060.0325.2079 EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA				
Ref: 000370 0001 EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	34.90.39	104	5.000.000	
				5.000.000
190101/00001 22101 **SECRETARIA DE OBRAS**				42.084.000
16.091.0572.1169 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO METROPOLITANO				
Ref: 000840 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO METROPOLITANO	45.13.51	110	42.084.000	
				42.084.000
220105/00001 24105 **POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**				185.000
06.030.0174.1208 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIVIL				
Ref: 002036 0019 AQUISIÇÃO DE LABORATÓRIO DE FONÉTICA FORENSE PARA O INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA	45.90.52	102	20.000	
				20.000
06.030.0174.1208 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIVIL				
Ref: 002038 0020 AQUISICAO DE LABORATORIO DE TRATAMENTO DE IMAGEM DO INSTITUTO DE CRIMINALISTICA	45.90.52	102	15.000	
				15.000
06.030.0174.2206 MANUTENÇÃO E COMPRA DE EQUIPAMENTOS DO LABORATÓRIO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA				
Ref: 002040 0001 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO DE CRIMINALÍSTICA DO DF	45.90.52	102	150.000	
				150.000
01004/2 - 200080 * As transferências não constam do Total			TOTAL	110.458.335

ANEXO II

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160201/16201 18201 **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**				12.489.087
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002321 0005 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	31.90.01	330	12.489.087	
				12.489.087
160901/16901 18901 **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 502321 0005 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	31.11.41	130	12.489.087	
				12.489.087*
170201/17201 23201 **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL**				42.420.000
13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000677 0039 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	300	27.500.000	

					27.500.000
13.075.0235.2011	BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES				
Ref: 000682 0001	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES	34.90.18	300	636.742	
		34.90.18	302	100.000	
		34.90.18	304	483.258	
					1.220.000
13.075.0428.2154	AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA				
Ref: 000702 0003	SAÚDE EM CASA	34.90.39	300	13.700.000	
					13.700.000
170901/17901 **23901**	**FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**				
13.075.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 500677 0039	FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	27.500.000	
					27.500.000*
13.075.0235.2011	BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES				
Ref: 500682 0001	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	636.742	
		34.11.41	102	100.000	
		34.11.41	104	483.258	
					1.220.000*
13.075.0428.2154	AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA				
Ref: 500702 0003	SAÚDE EM CASA (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	13.700.000	
					13.700.000*
01004/3 - 200080	* As transferências não constam do Total			TOTAL	54.909.087

ANEXO III

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
140101/00001 **13101** **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**				13.172.711
03.007.0025.2032 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000274 0001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.39	110	7.500.000	
				7.500.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 000270 0001 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	34.90.39	104	5.672.711	
				5.672.711
230103/00001 **16103** **ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL**				14.000
08.048.0247.1064 SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE LUIS CRULS				
Ref: 000244 0001 SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE LUIS CRULS	34.90.30	110	1.000	
	34.90.39	110	13.000	
				14.000
160201/16201 **18201** **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**				49.144.913
08.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002161 0042 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	310	3.150.000	
	34.90.92	310	2.700.000	
				5.850.000
08.042.0188.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002251 0010 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	31.90.04	300	2.598.583	
	31.90.11	300	40.696.330	
				43.294.913
160901/16901 **18901** **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				
08.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 502161 0042 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	110	5.850.000	
				5.850.000*
08.042.0188.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 502251 0010 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	31.11.41	100	43.294.913	
				43.294.913*
130103/00001 **19101** **SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**				185.000
03.007.0040.2003 COORDENAÇÃO GERAL DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO				
Ref: 000017 0001 FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	34.90.39	102	185.000	
				185.000
150205/15205 **21203** **SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA**				5.672.711
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000348 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	110	556.900	
	34.90.41	110	115.811	
				672.711
10.060.0325.2079 EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA				
Ref: 000370 0001 EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	34.90.39	110	5.000.000	
				5.000.000
190101/00001 **22101** **SECRETARIA DE OBRAS**				42.084.000
16.091.0572.1169 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO METROPOLITANO				
Ref: 000840 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO METROPOLITANO	45.13.51	130	42.084.000	
				42.084.000
220105/00001 **24105** **POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**				185.000
06.030.0174.1208 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIVIL				
Ref: 002036 0019 AQUISIÇÃO DE LABORATÓRIO DE FONÉTICA FORENSE PARA O INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA	45.90.52	110	20.000	
				20.000
06.030.0174.1208 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIVIL				
Ref: 002038 0020 AQUISICAO DE LABORATORIO DE TRATAMENTO DE IMAGEM DO INSTITUTO DE CRIMINALISTICA	45.90.52	110	15.000	
				15.000
06.030.0174.2206 MANUTENÇÃO E COMPRA DE EQUIPAMENTOS DO LABORATÓRIO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA				
Ref: 002040 0001 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO DE CRIMINALÍSTICA DO DF	45.90.52	110	150.000	
				150.000
01004/5 - 200081	* As transferências não constam do Total		TOTAL	110.458.335

ANEXO IV

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160201/16201 **18201** **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**				12.489.087
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002321 0005 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	31.90.01	300	6.055.829	
	31.90.01	302	5.100.000	
	31.90.01	304	1.333.258	
				12.489.087
160901/16901 **18901** **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 502321 0005 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	31.11.41	100	6.055.829	
	31.11.41	102	5.100.000	
	31.11.41	104	1.333.258	
				12.489.087*
170201/17201 **23201** **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL**				42.420.000
13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000677 0039 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	310	27.500.000	
				27.500.000
13.075.0235.2011 BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES				
Ref: 000682 0001 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES	34.90.18	310	1.220.000	
				1.220.000
13.075.0428.2154 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA				
Ref: 000702 0003 SAÚDE EM CASA	34.90.39	330	13.700.000	
				13.700.000
170901/17901 **23901** **FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**				
13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 500677 0039 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	110	27.500.000	
				27.500.000*
13.075.0235.2011 BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES				
Ref: 500682 0001 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	110	1.220.000	
				1.220.000*
13.075.0428.2154 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA				
Ref: 500702 0003 SAÚDE EM CASA (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	130	13.700.000	
				13.700.000*
01004/6 - 200081	* As transferências não constam do Total		TOTAL	54.909.087

PORTARIA Nº 1.252, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto n.º 11.335, de 7 de dezembro de 1988, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e do Fundo de Assistência Social, aprovado pela Portaria SEFP n.º 04, de 12 de janeiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
180201/18201 17201 **FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL**				91.445
15.081.0483.2142 ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO A CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Ref: 000615 0001 APOIO E ORIENTAÇÃO SÓCIO EDUCATIVA	34.90.30	100	81.000	
	34.90.39	100	4.000	
				85.000
15.081.0483.2143 ATENDIMENTO COM MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS				
Ref: 000619 0001 ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE INFRATOR	34.90.08	100	2.133	
	34.90.39	100	4.000	
				6.133
15.081.0486.2110 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ABRIGO DE MULHERES				
Ref: 000509 0001 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ABRIGO DE MULHERES	34.90.36	100	312	
				312
180902/18902 17902 **FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**				13.000
15.081.0486.2030 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 000119 0005 APOIO E PROGRAMAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO DEPENDENTE QUÍMICO E DOENTE CRÔNICO	34.50.43	100	13.000	
				13.000
01026/1 - 200080 * As transferências não constam do Total			TOTAL	104.445

ANEXO II

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
180201/18201 17201 **FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL**				91.445
15.081.0483.2142 ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO A CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Ref: 000615 0001 APOIO E ORIENTAÇÃO SÓCIO EDUCATIVA	34.50.39	100	37.000	
	34.90.08	100	48.000	
				85.000
15.081.0483.2143 ATENDIMENTO COM MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS				
Ref: 000619 0001 ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE INFRATOR	34.90.30	100	2.133	
	34.90.36	100	4.000	
				6.133
15.081.0486.2110 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ABRIGO DE MULHERES				
Ref: 000509 0001 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ABRIGO DE MULHERES	34.90.39	100	312	
				312
180902/18902 17902 **FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**				13.000
15.081.0486.2030 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 000119 0005 APOIO E PROGRAMAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO DEPENDENTE QUÍMICO E DOENTE CRÔNICO	34.50.39	100	13.000	
				13.000
01026/2 - 200081 * As transferências não constam do Total			TOTAL	104.445

PORTARIA Nº 1.253, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo nº 113.012.208/98, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, aprovado pela Portaria SEFP nº 04, de 12 de janeiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
200202/20202 26202 **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL**				35.152
16.007.0021.1077 AMPLIAÇÃO E REEQUIPAMENTO DO DER/DF				
Ref: 000317 0001 AMPLIACÃO E REEQUIPAMENTO DO DER/DF	45.90.51	220	9.000	
				9.000
16.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000310 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	100	20.000	
	34.90.93	220	6.152	
				26.152
01009/1 - 200080 * As transferências não constam do Total			TOTAL	35.152

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
200202/20202 26202 **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL**				35.152
16.007.0021.1077 AMPLIAÇÃO E REEQUIPAMENTO DO DER/DF				
Ref: 000317 0001 AMPLIACÃO E REEQUIPAMENTO DO DER/DF	45.90.52	220	9.000	
				9.000
16.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000310 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.14	100	13.000	
	34.90.92	100	7.000	
	34.90.92	220	6.152	
				26.152
01009/2 - 200081 * As transferências não constam do Total			TOTAL	35.152

PORTARIA Nº 1.254, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 030.002520/98 e 072.000160/98, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Agricultura e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, aprovado pela Portaria SEFP nº 04, de 12 de janeiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
210101/00001 14101 **SECRETARIA DE AGRICULTURA**				25
04.016.0098.1115 VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA				
Ref: 000479 0001 VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	34.90.39	132	25	
				25
210203/21203 14203 **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**				503.427
04.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000723 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	100	11.534	
				11.534
04.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 000724 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.13	100	490.000	
				490.000
04.018.0111.2173 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL				
Ref: 000726 0001 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	1.893	
				1.893
01023/1 - 200080 * As transferências não constam do Total			TOTAL	503.452

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
210101/00001 14101 **SECRETARIA DE AGRICULTURA**				25
04.016.0098.1115 VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA				
Ref: 000479 0001 VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	34.90.32	132	25	
				25
210203/21203 14203 **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**				503.427
04.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000723 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.92	100	11.534	
				11.534
04.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 000724 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.11	100	490.000	
				490.000

04.018.0111.2173		DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL				
Ref. 000726	0001	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	100	626	
			34.90.33	100	1.248	
			34.90.36	100	19	
						1.893
01023/2 - 200081		* As transferências não constam do Total			TOTAL	503.452

PORTARIA Nº 1.255, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo 190.000.252/98, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal , aprovado pela Portaria SEFP nº 04, de 12 de janeiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150101/00001	21101	**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**				2.000
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000522	0001	FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.36	100	2.000	
						2.000
01027/1 - 200080		* As transferências não constam do Total			TOTAL	2.000

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150101/00001	21101	**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**				2.000
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000522	0001	FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.30	100	2.000	
						2.000
01027/2 - 200081		* As transferências não constam do Total			TOTAL	2.000

PORTARIA Nº 1.256, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 030.008947/98, 030.008566/98 e 147.000524/98, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Governo, da Região Administrativa IX - Ceilândia e da Região Administrativa XIX - Candangolândia, aprovado pela Portaria SEFP nº 04, de 12 de janeiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
110101/00001	11101	**SECRETARIA DE GOVERNO**				8.000
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000825	0025	REALIZAÇÃO DO CERIMONIAL DO GOVERNADOR	34.90.32	100	8.000	
						8.000
190111/00001	11111	**REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA**				866
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000593	0001	FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	45.90.52	100	866	
						866
190121/00001	11121	**REGIÃO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLÂNDIA**				22.000
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref. 000056	0001	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.11	100	22.000	
						22.000
01006/1 - 200080		* As transferências não constam do Total			TOTAL	30.866

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
110101/00001	11101	**SECRETARIA DE GOVERNO**				8.000
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000825	0025	REALIZAÇÃO DO CERIMONIAL DO GOVERNADOR	34.90.39	100	8.000	
						8.000
190111/00001	11111	**REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA**				866
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000593	0001	FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	45.90.92	100	866	
						866
190121/00001	11121	**REGIÃO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLÂNDIA**				22.000
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref. 000056	0001	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.16	100	22.000	
						22.000
01006/2 - 200081		* As transferências não constam do Total			TOTAL	30.866

PORTARIA Nº 1.257, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa de diversas Unidades Orçamentárias , aprovado pela Portaria SEFP nº 04, de 12 de janeiro de 1998.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
230104/00001	16104	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO**				67.500
08.046.0224.2070		PROMOÇÃO, COORDENAÇÃO, APOIO E INCENTIVO AS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO				
Ref. 000321	0001	DESENVOLVIMENTO, APOIO E REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS NAS ÁREAS DE LAZER E RECREAÇÃO	34.90.39	125	67.500	
						67.500
230201/23201	16201	**FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL**				19.581
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000437	0001	FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	100	19.581	
						19.581
150101/00001	21101	**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**				30.000
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref. 000523	0001	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.92	100	10.000	
			31.90.93	100	20.000	
						30.000
150204/15204	21204	**FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA**				20.000
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 002309	0001	FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.41	100	20.000	
						20.000
01021/1 - 200080		* As transferências não constam do Total			TOTAL	137.081

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
230104/00001	16104	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO**				67.500
08.046.0224.2070		PROMOÇÃO, COORDENAÇÃO, APOIO E INCENTIVO AS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO				
Ref. 000321	0001	DESENVOLVIMENTO, APOIO E REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS NAS ÁREAS DE LAZER E RECREAÇÃO	34.90.30	125	64.800	
			34.90.92	125	2.700	
						67.500
230201/23201	16201	**FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL**				19.581
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000437	0001	FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.92	100	19.581	
						19.581
150101/00001	21101	**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**				30.000

03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 000523 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.11	100	30.000		
					30.000
150204/15204 21204 **FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA**					20.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 002309 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	100	20.000		
					20.000
01021/2 - 200081 * As transferências não constam do Total			TOTAL		137.081

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 030.006.618/98
INTERESSADO : SÉRGIO AUGUSTO PARÁ BITTENCOURT NETO E OUTROS
ASSUNTO : PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor do INSTITUTO GERALDO ATALIBA - IDEPE, objetivando atender despesas com a participação dos servidores Sérgio Augusto Pará Bittencourt Neto e Raimundo Nonato de Sousa, desta Secretaria, no XII Congresso Brasileiro de Direito Tributário, a ser realizado no período de 10/11 a 20/11/1998, na cidade de São Paulo-SP, no valor total de R$ 1.120,00 (um mil, cento e vinte reais).
A Inexigibilidade de Licitação foi reconhecida com fundamento no artigo 25, inciso II, c/c artigo 13, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral/SEFP, para as devidas providências.

PROCESSO Nº : 030.008.996/98
INTERESSADO : CEJANA DE QUEIROZ VALADÃO MOREIRA
ASSUNTO : PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor do INSTITUTO GOIANO DE DIREITO TRIBUTÁRIO, objetivando atender despesas com a participação da servidora Cejana de Queiroz Valadão Moreira, desta Secretaria, no 3º Congresso Goiano de Direito Tributário, a ser realizado nos dias 20/11 e 21/11/1998, na cidade de Goiânia GO, no valor total de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
A Inexigibilidade de Licitação foi reconhecida com fundamento no artigo 25, inciso II, c/c artigo 13, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral/SEFP, para as devidas providências.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

ATO DECLARATÓRIO Nº 78-SUREC/SEFP, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SEFP n.º 596/96, de 30/07/96, e fundamentado no artigo 22, inciso II, § 1º, do Decreto n.º 16.106, de 30/11/94, com a redação dada pelo Decreto 18.773, de 30/10/97, e considerando ainda o que consta do Processo n.º 043.000.660/98, declara:

ABANDONADAS as mercadorias apreendidas através do Auto de Infração e Apreensão n.º 036144, de 19/05/98, lavrado contra SÉRGIO ANTONIO, que assim encontram-se discriminadas:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	VALOR TOTAL R$
05	Kits Compostos por 1 Edredom, 1 Colcha e 1 Lençol de Casal e 2 Edredons, 2 Lençóis de Solteiro.	500,00
TOTAL		500,00

Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para que órgãos e entidades da Administação do Distrito Federal solicitem a incorporação da mercadoria ao seu patrimônio, caso haja interesse, conforme previsto no artigo 22, § 3º, do Decreto n.º 16.106, de 30/11/94.

Os pedidos deverão ser dirigidos ao Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, com indicação do número do Ato Declaratório, do Processo, quantidade e discriminação da mercadoria pretendida.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 564-DAT/SUREC/SEFP, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Isenção do ICMS na compra de veículo por portador de deficiência física.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, com base no item 44 do Caderno I do Anexo I do Regulamento do ICMS, Decreto nº 18.955 (Convênio ICMS nº 23/98) e no artigo 1º da Portaria nº 379/94-SEFP, de 13.6.94, e no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e tendo em vista o que consta do Processo nº 040.011791/98, declara:
Junto à BALI BRASÍLIA AUTOMÓVEIS LTDA, que MARICE ROSÁLIA DA SILVA, CPF n.º 552.868.601-68, está autorizada a adquirir, um veículo automotor nacional com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, desde que haja o repasse do benefício fiscal sob a forma de redução no preço do produto.
Este Ato Declaratório tem validade de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, prazo no qual o adquirente deverá cumprir as exigências contidas no parágrafo 1º do artigo 1º da Portaria 379/94-SEFP, de 13.6.94, sob pena de ter que recolher o ICMS com atualização monetária e acréscimos legais, ou ainda se incidir em qualquer uma das hipóteses elencadas no subitem 44.3 do Caderno I do Anexo I do Decreto n.º 18.955/97.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 565-DAT/SUREC/SEFP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.012627/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos-ITCD, a transmissão dos bens deixados por EDNA PAIVA CAETANO SANTOS, falecida em 28.2.98, para NINA ROSA PAIVA CAETANO SANTOS, CPF N.º 334.923.281-72, e outro.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 566-DAT/SUREC/SEFP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.012384/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos-ITCD, a transmissão dos bens deixados por PAULO PERES DA SILVA, falecido em 17.8.97, para NORVINA CAROLINA PERES DA SILVA, CPF N.º 227.065.261-49.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 567-DAT/SUREC/SEFP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.012181/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos-ITCD, a transmissão dos bens deixados por DJANIRA SOARES DOS SANTOS, falecida em 04.02.98, para JOÃO SILVA DOS SANTOS, CPF N.º 029.148.401-87.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 568-DAT/SUREC/SEFP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Isenção do ICMS na aquisição de veículo destinado a Táxi.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, fundamentado no item 93 do Caderno I do Anexo I do Decreto nº 18.955, de 22.12.97 (Convênio ICMS 83/97 e 23/98), declara:
Que os condutores autônomos de passageiros, abaixo relacionados, estão autorizados a adquirir junto aos estabelecimentos revendedores, cada um, 01 (um) veículo novo, com motor até 127 HP de potência bruta (SAE), que será utilizado exclusivamente como Táxi, excetuando-se do benefício quaisquer acessórios opcionais e desde que o veículo tenha saído do estabelecimento industrial com isenção ou alíquota reduzida a zero do Imposto sobre Produtos Industrializados.

N.º PROCESSO	INTERESSADO	N.º CPF
040012976/98	ANTÔNIO PÁDUA FERREIRA	074.851.581-04
030.008776/98	PAULO RAMOS PEREIRA	010.582.401-10

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 573-DAT/SUREC/SEFP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei n.º 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço n.º 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei n.º 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo n.º 040.005570/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCD a transmissão dos bens para ALESSANDRA RODRIGUES DUTRA DA SILVA, CPF N.º 516.147.741-53, E OUTRO, decorrente do falecimento de ARNALDO RODRIGUES DA SILVA, ocorrido em 20.03.97.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 574-DAT/SUREC/SEFP, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

Isenção do ICMS na importação de equipamentos técnico-científicos laboratoriais , sem similar nacional, por órgão da administração pública.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no item 37 do Caderno I do Anexo I, do Regulamento do ICMS-Decreto nº 18.955 de 22/12/97 (Convênios ICMS nºs 104/89 e 121/95), e conforme Processo nº 040.012899/98, declara:
Isenta do recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS a importação dos equipamentos abaixo relacionados,conforme seus respectivos Licenciamentos de Importação , efetuada pela Secretaria de Educação Superior-SESu/Ministério da Educação e do Desporto-MEC, inscrita no CGC sob o nº 00.394.445/0074-59.

LI nº : 98/0851601-0
52 un OBJETIVAS ACROMÁTICAS 10X/0,24 MODELO Ob103B;
LI nº : 98/0851599-4
01 un EPI- ILUMINADOR MODELO 2685 (6V/15W) COM RECIPIENTE DE POLARIZAÇÃO SIMPLES TIPO OE4. NÃO ACOMPANHA POWER SUPPLY ZM50
LI nº : 98/0853774-2
18 un MICROSCÓPIO STUDAR LAB(24143000), COMPLETO;
LI nº : 98/0853776-9
09 un ESTEREOMICROSCÓPIO MST131,COMPLETO;
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP, referente ao exercício de 1998, para os imóveis abaixo relacionados, pertencentes a aposentados/pensionistas, tendo em vista constatarmos através do Cadastro Imobiliário da SEFP, o requerentes não serem titular do imóvel, contrariando o disposto no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96:

N.º PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL
044000748/98	ANTÔNIA FERREIRA ALKIMIM	QD 4 LT 19 ST LESTE - GAMA - DF
046000937/98	ANTÔNIO ALVES DE MELO	QNN 17 CJ G LT 63 - CEILÂNDIA - DF
044000574/98	EMILIANO DEFINO DE AMORIM	QD 21 LT 55 ST OESTE - GAMA - DF
044000753/98	GRACILIANO PIRES DE CARVALHO	QD 29 LT 92 ST OESTE - GAMA - DF
044000457/98	JASMERINO FRANCISCO DA CRUZ	QD 216 CJ C LT 22 - SANTA MARIA - DF
046001020/98	JOANA DE LOURDES VIANA	QNN 7 CJ K LT 16 - CEILÂNDIA - DF
045000333/98	JOAQUIM ANTÔNIO DA SILVA	QD 4 CJ J LT 32 VL BURITIS - PLANALTINA - DF
044000371/98	MARIA BARBOSA ALVES	QD 3 LT 53 ST OESTE - GAMA - DF
046000235/98	MARIA COSTA MARINHO	QNN 7 CJ E LT 16 - CEILÂNDIA - DF
042000440/98	NATIVIDADE MACIEL VIANA	QNL 8 BL E LT 16 - TAGUATINGA - DF
046000715/98	ROSINA DOS SANTOS FERREIRA	QNN 1 CJ E LT 30 - CEILÂNDIA - DF
040000514/98	TEREZINHA DE J. DA S. GONÇALVES	QD 1 CJ C-1 LT 41 - ST URBANO - SOBRADINHO - DF
046000909/98	VICÊNCIA M. DA C. SILVA	QNP 16 CJ R LT 40 - CEILÂNDIA - DF

Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP referente ao exercício de 1998 para os imóveis abaixo relacionados , tendo em vista os requerentes receberem auxílio acidente de trabalho, não se enquadrando na condição de aposentado ou pensionista na data de ocorrência do fato gerador dos tributos, contrariando o disposto no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96:

N.º PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL
046001116/98	GEOVANA FERREIRA DA SILVA	QD 306 CJ 9 LT 11 -RECANTO DAS EMAS - DF
044000623/98	JOSÉ BASSI	QD 518 CJ A LT 5 - SANTA MARIA - DF

Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP referente ao exercício de 1998 para os imóveis abaixo relacionados pertencentes aos interessados especificados, tendo em vista que os imóveis possuem área construída superior a 120,00 m² e que os interessados percebem o benefício de prestação continuada de que trata a Lei n.º 8.742, de 7.12.93, Lei Orgânica da Assistência Social, não se enquadrando, portanto, na condição de aposentado ou pensionista, contrariando, assim, o disposto no artigo 3º da Lei n.º 1.362, de 30.12.96:

N.º PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL
046000110/98	EMÍLIA LIZARDA DE OLIVEIRA	QNN 18 CJ D LT 26 - CEILÂNDIA - DF
040002104/98	TERTULIANO JUVENAL	QNN 19 CJ K LT 20 - CEILÂNDIA - DF

Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

SEBASTIAO QUINTILIANO

ATOS DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

PROCESSO Nº : 040.011970/98
INTERESSADO : LAURA CARVALHO LEME MOURA E OUTROS
ASSUNTO : ISENÇÃO ITCD - LEI Nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção do ITCD referente à transmissão *causa mortis* dos bens deixados por JOSÉ DE OLIVEIRA MOURA, falecido em 11.07.97, tendo em vista que o total dos bens a partilhar é superior a 600 vezes a UPDF.
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do artigo 70 do Decreto nº 16.106/94.

PROCESSO Nº : 040.008270/98
INTERESSADO : CAFÉ DO PONTO S/A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO
ASSUNTO : NÃO INCIDÊNCIA DO ITBI

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de reconhecimento de não incidência do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acessão Física e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI, na transmissão do imóvel localizado na QI 03 LOTES 1060, 1080, 1100, 1120, 1140, 1160 e 1180 do SETOR LESTE INDUSTRIAL, GAMA-DF, por falta de amparo legal.
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do artigo 70 do Decreto nº 16.106/94.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO DO CHEFE
Em 20 de novembro de 1998

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11/09/95, AUTORIZO as restituições discriminadas abaixo:

Processo nº	Interessado	Imposto	Valor em R$
040.010.339/98	ANA CRISTINA PEREIRA DUTRA	TX. DE EXPEDIENTE	50,00
040.009.467/98	ANTÔNIO DA SILVA MELO JUNIOR	IPTU/TLP	343,29
040.004.810/98	FERNANDO PEREIRA NUNES	IPTU/TLP	21,53
040.005.721/98	GERALDA LIMA VIEIRA RIBEIRO	IPTU/TLP	59,46
040.004.596/98	HUMBERTO BARBOSA VIANA	ITBI	1030,63
040.004.769/98	MARCI BERNARDES FERREIRA	IPTU/TLP	280,09
040.002.333/98	MARGARIDA DE OLIVEIRA SOUZA	IPTU/TLP	50,93
040.013.487/97	MARIA ALZIRA DE ALMEIDA MARTINS	IPVA	211,34
040.002.743/98	MARIA EDNA LOPES OLIVEIRA	IPVA	224,43
040.006.154/98	MARIA LÚCIA BARRA MOURA	IPTU/TLP	18,16
040.011.266/98	RICARDO CASTANHEIRA	IPVA	162,00
044.000.324/98	SEVERINO JOSÉ DA SILVA	IPTU/TLP	10,65
040.010.956/96	TAFFAS CONFECÇÕES LTDA	TX. EXPEDIENTE	1.132,28
040.011.955/95	VICENTE DE PAULO OTAVIANO	OUTRAS RECEITAS	183,88
040.008.933/96	YOLETTE BORGES BARBOSA	IPVA	118,22
040.013.258/96	WAGNER LYRA DOS SANTOS	OUTRAS RECEITAS	202,61
046.000.163/98	VALDECIR CAVALCANTE AGUIAR	ISS	186,82

ANANIAS LOPES ZEDES

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 20 de novembro de 1998

Autorizo nos termos do art. 5º, parte final, da Lei nº 8.666/93, e da Informação Jurídica nº 187/97, de 09 de outubro de 1997, da Assessoria Jurídica desta Companhia, o pagamento no valor de R$ 103.098,00 (cento e três mil e noventa e oito reais) a UNIMED BRASÍLIA- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, relativo à Nota Fiscal nº 006048, competência agosto/98.

JOSÉ ARTUR DE BARROS PADILHA
Respondendo

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA
DIRETORIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR-EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 38, do Decreto n.º 14.937, de 13 de agosto de 1993;

considerando o acordado nas reuniões ocorridas nos dias 03.11.98 e 05.11.98 entre a Direção Executiva e os diversos setores da Divisão Técnico-científica da Fundação Hemocentro de Brasília, e entre as Chefias das Unidades de Hematologia e Hemoterapia da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, respectivamente e,

considerando a necessidade de normatizar a rotina e o fluxo de trabalho do Laboratório da Fundação Hemocentro de Brasília, resolve:

1. Expedir a presente Ordem de Serviço, destinada a normatizar os procedimentos para a realização de exames Imunohematológicos da Fundação Hemocentro de Brasília.
2. Estabelecer que a Pesquisa de Hemolisina: NÃO MAIS SERÁ EXECUTADA PELO HEMOCENTRO. **Caso necessário, cada UHH executará esse teste, conforme suas necessidades.**
3. Estabelecer que a rotina de Pesquisa e Identificação de Anticorpos Irregulares executados rotineiramente pelo Laboratório de Imunohematologia da FHB, quando positivos, deve constar no mapa de resultados do dia a identificação do anticorpo e também constar, de forma automática, o seguinte: **Concentrado de Hemácias liberado; Plasma: encaminhar à Produção de Albumina da Fundação Hemocentro de Brasília.**
4. Estabelecer que na rotina da Pesquisa de Hemoglobina S os resultados positivos serão lançados pelo Laboratório de Imunohematologia, devendo constar no mapa de resultados diários as informações: **Plasma liberado; Concentrado de Hemácias: uso só com a autorização da Chefia.**
5. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
6. Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ ANTÔNIO DE FARIA VILAÇA

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 19 de novembro de 1998

PROCESSO Nº: 101.001.259/98
INTERESSADO : SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ASSUNTO : TERMO DE CESSÃO DE USO

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação em favor da Secretaria de Governo do Distrito Federal, objetivando a cessão de uso de 04 veículos tipo Kombi, placas JFP 2501, JFP-2521, JFP-2511 e JFP- 2551. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no "CAPUT" do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constantes do processo acima referenciado.

PROCESSO Nº: 101.001.200/98
INTERESSADO : SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO : TERMO DE CESSÃO DE USO

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação em favor da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, objetivando a cessão de uso de 02 veículos sendo: 01 tipo Gol, placa JFP-2491 e 01 tipo Parati, placa JFP-2571. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no "CAPUT" do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constantes do processo acima referenciado.

PROCESSO Nº: 101.001.261/98
INTERESSADO : FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.
ASSUNTO : TERMO DE CESSÃO DE USO

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação em favor da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, objetivando a cessão de uso do veículo tipo Kombi, placa JFP 2531. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no "CAPUT" do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constantes do processo acima referenciado.

JACKSON DE FIGUEIREDO COSTA JÚNIOR

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 9 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 21, VI, do Código de Trânsito Brasileiro, e tendo em vista o que consta do processo nº 113.006536/98. resolve: aplicar, com esteio nos artigos 256 e 261 do referido Código, a VILMA MESQUITA DE MOURA, CNH prontuário nº 004770008-0, categoria "B", DF, as penas de MULTA no valor de R$518,99 (quinhentos e dezoito reais e noventa e nove centavos), SUSPENSÃO do direito de dirigir veículo automotor por 07 (sete) meses, RETENÇÃO da mencionada habilitação por igual período e APREENSÃO do veículo GM Chevete, de placas JEP 8167-DF, por 20 (vinte) dias, como incurso nas penas do artigo 173, do multicitado diploma legal, podendo haver redução mediante conclusão com aproveitamento de curso de reciclagem.

MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES

INSTRUÇÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 21, VI, do Código de Trânsito Brasileiro, e tendo em vista o que consta do Processo nº 113.010.617/98, resolve: aplicar , com esteio nos Artigos 244, Inciso I, 261, "caput' e 269, Inciso III, do referido Código, a ALLAN FERREIRA DA SILVA, CNH Nº 032312024, categoria "AB" - DF, as penas de MULTA no valor de R$ 173,00 (cento e setenta e três reais); SUSPENSÃO do direito de dirigir veículo automotor, por 1 (um) mês, período de 06/10/98 à 06/11/98, e RETENÇÃO da mencionada habilitação no mesmo período.

MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 92, DE 19 NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS, no uso de suas atribuições regimentais e com base nas disposições contidas no parágrafo 3º, inciso IV do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores e, considerando os fatos constantes do processo n.º 096.004.574/98; o disposto no item 13.1.5, do Capítulo XIII - das Penalidades, contidas no Edital n.º 09/96 - Tomada de Preços da CPL/DMTU-DF e Cláusula Décima Terceira do Contrato n.º 023/96, item 13.1, celebrado entre o DMTU/DF e a empresa L. COSTA Engenharia Ltda., resolve:
1. Declarar a empresa L. COSTA - Engenharia Ltda. inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pela autoridade aplicadora da penalidade.
2. Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

CLÓVIS ANTONIO BARBARÁ JACOB

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 19 de novembro de 1998

PROCESSO Nº : 072.000.154/98
INTERESSADA : EMATER/DF - GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666, de 21.06.93, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor de RUY DE ALENCAR MATOS, no valor total estimado em R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), com o objetivo de atender despesas com a capacitação de pessoal, lotados na EMATER/DF, para o Curso de Gerenciamento.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Artigo 25, inciso II, combinado com o Artigo 13, inciso VI, da mencionada lei.

MAURÍCIO DUTRA GARCIA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 42 - CONTRANDIFE, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Estabelece os procedimentos necessários para a condução de ciclomotores, nas vias públicas do DF, para maiores de 14 anos de idade

O CONSELHO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 14 inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro, lei nº 9.503/97, resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a condução de ciclomotores, nas vias urbanas e rurais do Distrito Federal, de acordo com o que dispõe o artigo 57 e seu parágrafo único do Código de Trânsito Brasileiro, aos maiores de 14 anos de idade, desde que portem a Autorização e o Certificado de Registro e Licenciamento expedidos pelo Departamento de Trânsito.

Art. 2º - A Autorização para Conduzir Ciclomotor é válida em todo território nacional, sendo obrigatória a sua apresentação no original, acompanhada de documento de identidade, reconhecido pela legislação federal.

Parágrafo Único - A autorização de que trata o caput deste artigo, terá validade de quatro anos a contar da data do exame médico.

Art. 3º - Para requerer a Autorização de que trata o artigo anterior, o interessado deverá ser maior de 14 anos de idade, estar formalmente autorizado pelos pais ou responsável legal, gozar de plena saúde comprovada por exames físico, mental e oftalmológico, saber ler e escrever e ter frequentado o curso de direção defensiva de acordo com anexo II da resolução 50/98 do CONTRAN.

§ 1º - O candidato julgado inapto no exame médico poderá requerer novo exame, junto ao Departamento de Trânsito. Este poderá, a qualquer tempo, exigir exames complementares aos referidos no caput deste artigo.

§ 2º - Quando da renovação da autorização, a critério da autoridade de trânsito, o interessado poderá ser dispensado do curso de direção defensiva.

Art. 4º - Ao condutor de ciclomotor serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, nas resoluções do CONTRAN e do CONTRANDIFE, pela inobservância dos preceitos que lhes couberem observar.

Parágrafo Único - Além dos casos previstos na legislação vigente, será considerada infração gravíssima, quando houver alteração das características originais do ciclomotor, devendo ser aplicada a penalidade de apreensão do ciclomotor.

Art. 5º - Os condutores e passageiros de ciclomotores, para transitarem nas vias do Distrito Federal, deverão usar capacete conforme a legislação de trânsito em vigor.

Art. 6º - Ao condutor de ciclomotor, será aplicada a penalidade de suspensão da autorização para conduzir quando:
I) cometer uma infração gravíssima;
II) ser reincidente em infração grave;
III) for considerado infrator contumaz em infração média ou leve.

Art. 7º - A suspensão da autorização para conduzir ciclomotor, dar-se-á de um a três meses, devendo o apenado reiniciar posteriormente todo o processo para obtenção de nova Autorização.

Art. 8º - O recurso interposto à autoridade de trânsito obedecerá as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 9º - O controle das autorizações será feito pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Art. 10 - O Departamento de Trânsito poderá a qualquer tempo exigir aferição da velocidade máxima do Ciclomotor, visando a comprovação do limite de 50 Km/h, que será comprovado por Certificado de Aferição.

Parágrafo Único - O Certificado de Aferição referido no caput deste artigo, será emitido por entidade credenciada pelo Departamento de Trânsito.

Art. 11 - O modelo e especificações da Autorização para Conduzir Ciclomotor será o constante no anexo I desta Resolução.

Art. 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS
Presidente
JOÃO MARIA PETRUY
Conselheiro
FANSTONE MATOS DE ALENCAR
Relator
RUI CORRÊA VIEIRA
Relator
GERALDO SÁ NOGUEIRA BATISTA
Conselheiro
GILDÁSIO VILELA DE CASTRO
Conselheiro

DANIEL ANTONIO DE SOUSA
Conselheiro

JOAQUIM PEREIRA DA SILVA FILHO
Conselheiro

JOSÉ MEDEIROS DE OLIVEIRA
Conselheiro

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO-DF

AUTORIZAÇÃO PARA CONDUZIR CICLOMOTORES

Nº _____

(nome)_____

Identidade nº_____ **UF** _____

_____ _____
(local e data) **(expedidor)**

FRENTE 100X60,5mm

A autorização será impressa em papel filigranado.
Papel com gramatura de 94+/-4g/m2 e com espessura de 122+/-6mm

A presente autorização tem validade em todo o Território Nacional e o titular está obrigado a portar documento de identidade reconhecido pela legislação federal.

Observações:

VERSO 100X60,5mm

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 643, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe contere o Artigo 43 Inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro nos Artigos 22 Inciso I,II e 256 Incisos III e VII da Lei nº 9.503, de 23.09.97, as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo automotor.

Processo nº : 0550011291/98 Categoria/UF: **"B"/DF**
Interessado : **JOSÉ VICTOR DA SILVA**
Prontuário : 00277426376
Infração : Artigo 165 do CTB
Período : 04 (um) mês, a partir de 11.11.98
Processo nº : 0550011292/98 Categoria/UF: **"B"/DF**
Interessado : **CLEISON WELLINGTON GONÇALVES DE OLIVEIRA**
Prontuário : 00157792001
Infração : Artigo 175 do CTB
Período : 01 (um) mese, a partir de 12.11.98

LUIS RIOGI MIURA.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 645, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMÉNTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve: AAPREENDER a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada com fulcro nos Artigos 22 , Incisos II da Lei nº 9.503, de 23.09.97, por haver infringido o Artigo 162 Inciso III e com fulcro na Resolução nº 798/95, Artigo 78. Em conseqüência o referido condutor deverá ser submetido ao exame de sanidade física e mental, ao psicotécnico, a uma reciclagem sobre Legislação de Trânsito, educação para o trânsito e prevenção de acidentes de trânsito, com carga horária mínima de 08(oito) horas, e a uma prova de direção veicular, para que volte a dirigir veículos automotores.
Interessado: RIVADAVIO FERNANDES BATISTA DE AMORIM
Processo: 055001487/98

LUÍS RIOGI MIURA

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, resolve:
Tornar sem efeito o ato de apostilamento publicado no Suplemento do "DODF" nº 149, de 24.07.92, que autorizou que a pensão vitalícia concedida a AGOSTINHA MARIA BARRETO, companheira do ex-servidor FLÁVIO GOMES TAVARES, Agente de Polícia, matrícula nº 20.613-X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, fossem calculadas com base nos artigos 215, 217, item I, alínea "c", e 224 da Lei nº 8.112, de 11.12.90. Processo nº 050.002.446/88.

MARCO AURÉLIO MARTINS DE ARAÚJO

APOSTILAMENTO

O Diretor da Divisão de Pessoal do Departamento de Administração Geral, da Polícia Civil do Distrito Federal, no uso das suas atribuições, autoriza que nos valores percebidos a título de pensão instituída pelo ex-servidor JOÃO WERNER, Agente de Polícia, 1ª Classe, Padrão I, matrícula nº 28.381-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, seja excluído do rol dos beneficiários de pensão temporária, por ter contraído matrimônio CLÁUDIA DOS SANTOS WERNER, a partir de 30.10.92. Processo nº 050.002.115/92.

Brasília-DF, 16 de novembro de 1998.
MARCO AURÉLIO MARTINS DE ARAÚJO

APOSTILAMENTO

O Diretor da Divisão de Pessoal do Departamento de Administração Geral, da Polícia Civil do Distrito Federal, no uso das suas atribuições, autoriza que nos valores percebidos a título de pensão instituída pelo ex-servidor JOÃO FLORÊNCIO NETO, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, matrícula nº 20.253-3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, seja excluído do rol dos beneficiários de pensão temporária, por ter assumido cargo público ELIANE ALVES FLORÊNCIO, a partir de 01.04.91. Processo nº 050.002.160/92.

Brasília-DF, 16 de novembro de 1998
MARCO AURÉLIO MARTINS DE ARAÚJO

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de 10 de Novembro de 1997, publicada no DODF nº 227, de 25/11/97, referente ao "Prêmio Candango de Cultura/97", no item 4.2 onde se lê: "Personalidade Artística do Ano" leia-se: "Personalidade Cultural do Ano".

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 10 de novembro de 1998

PROCESSO: 081.001814/98
INTERESSADO: GRUPO DE TEATRO DURO ANGU.
ASSUNTO: ADVERTÊNCIA.
Tendo em vista o constante nos autos e de acordo com o Art. 87 da Lei 8.666/93, aplico a pena de ADVERTÊNCIA ao GRUPO DE TEATRO DURO ANGU, CGC nº 01.717.339/0001-76, com sede na QNM 23, CONJUNTO "F", CASA 40, CEILÂNDIA SUL/DF, por inobservância do Art. 81, do citado Diploma Legal.
Publique-se e encaminhe-se os autos ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

NILSON RODRIGUES DA FONSECA

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PORTARIA Nº 243, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Estabelece normas para participação de pleiteantes de incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - PRODECON/DF, com vistas à pré-indicação de terrenos a firmas ou empresas que exercem a atividade econômica de serviços gráficos ", no Conjunto C, da Quadra 03, do Setor de Industria Bernardo Sayão – Núcleo Bandeirante.

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XII e XIII, do Artigo 40 da Resolução nº 099/93-CDE/DF, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94-CDE/DF, de 27 de abril de 1994, e tendo em vista o consenso quanto às normas e ao cronograma desta fase do procedimento de seleção, alcançado em reunião realizada em 17de novembro de 1998, no Auditório da Secretaria de Indústria e Comércio, no SBN Quadra 02 Bloco K 2º Sub-solo, com a participação da Secretaria de Indústria e Comércio - SIC, Associação das Gráficas e Editoras do Núcleo Bandeirante – AGENB, e da Administração Regional do Núcle Bandeirante – RA VIII, resolve;

Art. 1º - A participação das Firmas/Empresas que exercem a atividade econômica de serviços gráficos, pleiteantes de incentivo econômico no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, no procedimento de seleção com vistas à pré-indicação de 25 (vinte e cinco) terrenos no Conjunto C, da Quadra 03 do Setor de Industria Bernardo Sayão – Núcleo Bandeirante, obedecerá às normas estabelecidas na presente Portaria e, subsidiariamente, à legislação do Programa.

Parágrafo único - Os lotes a serem pré-indicados às Firmas/Empresas participantes deste procedimento são aqueles constantes do MDE Nº 009/98, de 27de março de 1998 (Quadra 03, Conjunto C), que se encontram vagos, da seguinte forma:

- **25 Lotes** com área de **225,00** metros quadrados, taxa máxima de ocupação de 70% da área do lote, possibilitando a altura máxima de edificação de 7,00 m (sete metros), subsolo para garagem e/ou depósito (optativo), e com taxa máxima de construção de 140% da área do lote, permitidos os usos de serviços gráficos, conforme disposto na NGB nº 009/98, que regula os usos daquelas unidades imobiliárias.

Art. 2º - As Firmas/Empresas classificadas serão selecionadas, em ordem decrescente de pontuação, em função do número correspondente à quantidade de lotes disponíveis para este processo de seleção no Setor de Industria Bernardo Sayão.

Parágrafo único - Caso ocorra algum cancelamento dentre as Firmas/Empresas enquadradas no caput deste Artigo, as novas pré-indicações recairão sobre as remanescentes classificadas e com maior pontuação.

Art. 3º - As Firmas/Empresas participantes do processo seletivo que possuem filial optarão por concorrer com a matriz ou com a filial, opção esta que uma vez efetivada não poderá ser alterada.

Art. 4º - Participarão dos procedimentos de seleção as Firmas/Empresas com Carta-Consulta protocolada até 07 de dezembro de 1998, na Secretaria de Indústria e Comércio - SIC, na qual venha a declarar o Setor de Industria Bernardo Sayão, como primeira opção de localização.

Art. 5º - As Firmas/Empresas interessadas em participar deste procedimento de seleção e que já protocolaram Carta-Consulta na SIC, deverão atualizar a documentação e as informações da mesma, até 07 de dezembro de 1998, solicitando mudança para o Setor de Industria Bernardo Sayão, quando for o caso.

Art. 6º - São documentos necessários para o recebimento da Carta-Consulta:

I - cópia dos atos constitutivos da Firma/Empresa e de cada uma de suas alterações, registrados na Junta Comercial do Distrito Federal, independentemente de ser uma delas consolidação de alterações anteriores;

II - comprovação de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - **CGC/MF,** ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ**, por meio do cartão, ou do formulário de inscrição;

III - certidões negativas de débitos da Firma/Empresa, de seu titular e de cada um dos seus sócios, emitidas pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal;

IV - original do "Nada Consta" da Firma/Empresa, de seu titular e de cada um dos seus sócios, emitido pelo agente financeiro do PRODECON/DF, o Banco de Brasília - BRB, através da sua Gerência de Cadastro e Risco - GECAR, situado no Setor Bancário Sul, Edifício - Sede do BRB;

V - declaração de estado civil, do titular e de cada um dos sócios da Firma/Empresa, firmado de próprio punho, em formulário fornecido pela SIC e, sempre que for o caso, cópia da certidão de casamento, com as respectivas averbações, quando houver;

VI - cópia autenticada da Cédula de Identidade e do Cartão do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, do Ministério da Fazenda, do titular e de cada um dos sócios e dos respectivos cônjuges, excetuados, no caso destes, os que, sendo dependentes, não possuem inscrição própria;

VII - cópia do Alvará de Funcionamento ou, se a Firma/Empresa não o possuir, declaração da Administração Regional com a indicação do motivo de sua negação;

VIII - comprovação de inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal -CF/DF.

§ 1º - Os documentos definidos neste artigo, excetuado o do inciso IV, poderão ser apresentados em cópia não autenticada, desde que acompanhados dos respectivos originais, para conferência e imediata restituição ao interessado.

Art. 7º - A Secretaria de Indústria e Comércio deverá encaminhar ao DODF, até o dia 09 de dezembro de 1998, edital contendo relação de Firmas/Empresas que protocolaram carta-consulta (Anexo 1) e relação de Firmas/Empresas cuja documentação autuada esteja incompleta (Anexo 2), devendo os documentos faltantes serem apresentados e registrados em formulário próprio, fornecido pelo Protocolo Geral da SIC, até as 18:00 horas do dia 15 de dezembro de 1998, sob pena de exclusão da Firma/Empresa do procedimento de seleção.

Art. 8º - A SIC enviará até ò dia 18 de dezembro de 1998, ao Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, para publicação, a "Lista das Firmas/Empresas Habilitadas" que cumpriram os requisitos dos Artigos 4º, 5º e 7º, desta Portaria.

§ 1º - As Firmas/Empresas não habilitadas nos termos do caput deste artigo poderão protocolar recurso até as 18:00 horas do dia 23 de dezembro de 1998, dirigido ao Secretário de Indústria e Comércio.

§ 2º - A SIC enviará ao DODF até 18 de janeiro de 1999, para publicação, o resultado da apreciação dos recursos eventualmente interpostos na forma do parágrafo anterior.

Art. 9º - Terão início no dia 08 de fevereiro de 1999, as vistorias em cada uma das Firmas/Empresas habilitadas nos termos do Artigo 8º desta Portaria.

§ 1º - As vistorias a que se refere o caput deste Artigo serão realizadas por comissões formadas por um técnico da SIC, um técnico da Administração Regional do Núcleo Bandeirante e um representante credenciado pela Associação das Gráficas e Editoras do Núcleo Bandeirante – AGENB.

§ 2º - As vistorias serão realizadas, exclusivamente, no endereço fiscal da Firma/Empresa, conforme documentação constante do respectivo processo.

§ 3º - Para efeito da vistoria de que trata o caput deste Artigo, será acolhida documentação referente à alteração de endereço fiscal, protocolada na SIC até às 18:00 horas do dia 05 de fevereiro de 1999.

§ 4º - As observações coletadas na vistoria serão lançadas imediatamente em Termo de Vistoria, que terá numeração serial previamente estabelecida pela SIC.

§ 5º - O Termo de Vistoria será datado e assinado na última folha e rubricado nas demais, pelos membros da comissão vistoriadora e pelo representante legal da empresa vistoriada.

§ 6º - O não comparecimento de representante da entidade representativa dos empresários não será fator impeditivo à realização das vistorias.

Art. 10º - Será excluída dos procedimentos de seleção para concessão do incentivo econômico a Firma/Empresa:

I – registrada e sem comprovação de funcionamento da atividade constante nos atos constitutivos, verificada no instante da vistoria, realizada em conformidade com o disposto no Artigo 9º desta Portaria;

II – que, em qualquer fase dos procedimentos, apresentar documentos ou informações com dolo, fraude ou simulação;

III – cujo titular, sócios ou seus cônjuges sejam ou tenham sido detentores de direitos relativos a imóvel destinado à atividade econômica, adquiridos por intermédio do PROIN/DF, do PRODECON/DF, ou de programa similar;

IV – cuja atividade econômica, constante de sua documentação ou constatada em vistoria, seja incompatível com as normas de uso do solo vigentes para as unidades imobiliárias do Setor de Indústria Bernardo Sayão – Núcleo Bandeirante.

Art. 11º - A SIC enviará até o dia 22 de fevereiro de 1999, ao Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, para publicação, a "Lista Preliminar das Firmas/Empresas Habilitadas que, tendo cumprido todos os requisitos desta Portaria, continuarão participando dos procedimentos de seleção.

§ 1º - Contra a lista a que se refere o caput deste Artigo, poderá ser protocolado recurso até às 18:00 horas do dia 26 de fevereiro de 1999, no Protocolo Geral da SIC, dirigido ao Secretário de Indústria e Comércio.

§ 2º - Após análise dos recursos eventualmente interpostos, a SIC enviará até o dia 09 de março de 1999, para publicação, o edital contendo a "Lista Final das Firmas/Empresas", já considerado o resultado da apreciação dos recursos interpostos na forma do parágrafo anterior.

Art. 12º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º - Revogam-se as disposições em contrário.

LUIZ CÉSAR BRANDÃO MAIA
Substituto

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

PORTARIA DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

1. Instituir o Programa de Controle do Tabagismo na Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal, sob a orientação da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

CONSELHO DO TRABALHO

RESOLUÇÃO Nº 72, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1998 (*)

O Conselho do Trabalho do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 892/95, alterada pela Lei n.º 1.998, de 3 de julho de 1998, e pela Lei Complementar n.º 005/95, alterada pela Lei Complementar n.º 113, de 2 de julho de 1998, juntamente com os Decretos n.º 16.961/95 e n.º 19.572/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda - SETER a promover a transferência dos saldos das operações da Carteira de Crédito Urbano do programa BANCO DO TRABALHO para a Carteira de Perdas, observado o seguinte:

I - serão objeto de transferência as operações com parcela(s) vencida(s) e não paga(s) há 180 dias ou mais;

II - com vistas à transferência, o saldo será recalculado mediante aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre o capital emprestado, desde a data da liberação do crédito;

III - os valores recebidos em pagamento do principal da dívida serão descontados do saldo recalculado de acordo com o inciso II deste artigo;

IV - as operações inscritas na Carteira de Perdas deixarão de sofrer atualização, a não ser em casos de acordos e liquidações, quando então serão atualizadas pela TJLP desde a data da transferência;

V - a transferência poderá ocorrer independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para seu recebimento;

VI - os procedimentos judiciais de cobrança porventura iniciados não deverão ser interrompidos em função da transferência de que trata este artigo.

Art. 2º Autorizar a SETER a recalcular os saldos das operações de que trata o inciso I do artigo 1º, independentemente de efetivada a transferência para a Carteira de Perdas, nos casos de negociação.

Parágrafo único - O saldo final das operações não poderá ser inferior ao calculado conforme o disposto no artigo 1º.

Art. 3º Autorizar, ainda, a SETER a recalcular os saldos das operações - renegociadas ou não - que tenham tido os seus valores atualizados, total ou parcialmente, com a incidência do Fator Diário de Inadimplência do BRB - FDI.

§ 1º Os saldos serão recalculados mediante substituição do FDI, aplicado sobre o valor das prestações, pelos encargos previstos no art. 3º da Resolução n.º 71, deste CTDF, ou em regulamentação que o substitua.

§ 2º Os valores recebidos serão descontados do saldo recalculado conforme o parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º As operações renegociadas cujo saldo tenha sido calculado com aplicação do FDI poderão ser objeto de nova renegociação, observando-se, nesse caso, as condições regulamentares vigentes.

Art. 4º Ocorrendo saldo credor em favor do mutuário, decorrente dos recálculos autorizados por esta Resolução, considerar-se-á a dívida extinta.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES - Bancada do Governo
EDMAR ADAYR STORTI - Representante dos Empregadores
JOSÉ ZUNGA A. DE LIMA - Bancada dos Trabalhadores

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF Nº 211, de 6.11.98, pág. 6.

RETIFICAÇÃO

No DODF de 14 de abril de 1998, pag. 12 na resolução - CTDF, nº 060 de 13 de abril de 1998.
Onde se lê: Nomear Márcia Odília P. da Cunha
Leia-se : Nomear Maria Odília P. da Cunha
Onde se lê: Nomear Fernanda Corrêia da Silva
Leia-se: Nomear Fernando Corrêia da Silva

COMITÊ DE CRÉDITO DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

DELIBERAÇÃO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1998

O Comitê de Crédito do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda - FUNSOL-DF, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 7º da Lei Complementar nº 005, de 14/08/95, alterada pela Lei 113/98, combinado com o Artigo 6º, do Decreto nº 16.962, de 22/11/95, resolve:

Dar conhecimento das operações discutidas e deliberadas na reunião de 06/11/98.

NOME	Nº PROCESSO	LOCALIDADE	VALOR DO PLEITO (R$)	JULGADO
Edna dos Santos Andrade	170.BT-01159/98	Sobradinho	1.670,00	Sobrestado
Davi Gomes	170.BT-01524/98	Gama	3.000,00	Aprovado
Darcy Nunes Roquini	170.BT-01532/98	Rec. das Emas	1.000,00	Aprovado
Eloy de Freitas Dutra Filho	170.BT-01549/98	Taguatinga	2.165,00	Aprovado
Julio Cesar da Silva Madalena	170.BT-01574/98	Taguatinga	3.000,00	Aprovado
Euclides Ramos de Araujo	170.BT-01579/98	Ceilândia	3.000,00	Aprovado
Izabel Aparecida de Oliveira	170.BT-01615/98	Samambaia	307,50	Aprovado
Celso Gomes Barbosa	170.BT-01623/98	Taguatinga	2.000,00	Sobrestado
Antonio Vasconcelos Mendonça	170.BT-01624/98	Taguatinga	4.992,90	Sobrestado
Josefa Lopes de Menezes	170.BT-01632/98	Samambaia	400,00	Aprovado
Waldiney Marques de Souza	170.BT-01633/98	Ceilândia	1.534,00	Aprovado
Jose da Costa Leite	170.BT-01638/98	Taguatinga	700,00	Aprovado
Ademirson Louly	170.BT-01639/98	Sobradinho	1.200,00	Aprovado
Maria Zuleide da Silva	170.BT-01640/98	Planaltina	700,00	Aprovado
Osvaldo Teixeira de Melo	170.BT-01641/98	Ceilândia	6.240,50	Aprovado
Iacy de Oliveira	170.BT-01642/98	Taguatinga	720,00	Aprovado
José Ribamar Pinto da Silva Filho	170.BT-01643/98	Ceilândia	1.000,00	Aprovado
Edimar Cardoso Silveira	170.BT-01644/98	Brasília	4.168,00	Sobrestado
José Chaves de Carvalho	170.BT-01645/98	Taguatinga	4.406,00	Aprovado
Antonio Fernandes Leite	170.BT-01649/98	Ceilandia	2.855,00	Sobrestado
Luiz Pereira Filho	170.BT-01653/98	Santa Maria	1.500,00	Aprovado
Clarice Portes Paulo Filha	170.BT-01654/98	Samambaia	1.250,00	Aprovado
Maria Lauides Medeiros Bezerra	170.BT-01655/98	Santa Maria	500,00	Aprovado
Maria Francisca Costa Teixeira	170.BT-01656/98	Santa Maria	1.318,00	Aprovado
Geraldo Alves da Silva	170.BT-01657/98	Guará	1.200,00	Aprovado
Iracema Salome de Oliveira Silva	170.BT-01658/98	Ceilândia	700,00	Aprovado
Luiza Araujo de Melo	170.BT-01659/98	Ceilândia	700,00	Aprovado
Sérgio Antônio Vieira de Mello Seiffert	170.BT-01660/98	Brasília	3.496,32	Aprovado
Raimundo José de Sousa	170.BT-01662/98	Ceilândia	700,00	Aprovado
Adriana Silva Rosa	170.BT-01663/98	Taguatinga	4.435,00	Aprovado
Manoel de Jesus Gomes da Silva	170.BT-01664/98	Gama	1.000,00	Aprovado
Maria Raimunda de Souza	170.BT-01665/98	Gama	3.000,00	Aprovado
Jane Cerqueira da Silva	170.BT-01667/98	Ceilândia	500,00	Aprovado
Marcones Barros de Assunção	170.BT-01668/98	Gama	1.000,00	Aprovado
Maria Helenice Carneiro	170.BT-01669/98	Gama	700,00	Aprovado
João Pereira Ramos	170.BT-01670/98	Gama	2.590,00	Sobrestado
Monica Lopes Neta	170.BT-01672/98	Gama	1.500,00	Aprovado
Heriberto Teixeira de Lima	170.BT-01673/98	Gama	4.000,00	Aprovado
Maria das Dores Lemos Melo	170.BT-01674/98	Rec. das Emas	800,00	Aprovado
Francisca Linhares da Silva	170.BT-01675/98	Gama	1.500,00	Aprovado
Jesuino de Almeida Bernardes	170.BT-01676/98	Gama	1.200,00	Aprovado

Gildasio Vieira de Miranda	170.BT-01677/98	São Sebastião	2.500,00	Aprovado
Marilza Ferreira da Costa Lima	170.BT-01678/98	São Sebastião	6.000,00	Aprovado
Suely de Oliveira Teixeira	170.BT-01679/98	Sobradinho	1.200,00	Aprovado
Sebastiana Gomes Calacia	170.BT-01680/98	Sobradinho	1.200,00	Aprovado
Jose de Souza	170.BT-01681/98	Sobradinho	1.300,00	Aprovado
Maria José Alves da Silva	170.BT-01682/98	Ceilândia	600,00	Aprovado
Shirley Rocha de Brito	170.BT-01683/98	Sobradinho	2.796,95	Aprovado
Amélia Joaquina Ferraz Carmo	170.BT-01685/98	Ceilândia	500,00	Aprovado
Almerinda Vieira Pacheco	170.BT-01687/98	Ceilândia	1.291,00	Aprovado
Guido Jesuino dos Santos	170.BT-01688/98	Brazlândia	487,33	Aprovado
Maria Dalva Lopes de Souza	170.BT-01689/98	Brasília	320,00	Aprovado
Antonio Marques de Souza	170.BT-01690/98	Gama	4.000,00	Aprovado
Josefa de Carvalho Kran	170.BT-01695/98	Santa Maria	4.730,00	Aprovado
Eunice Costa Bomfim	170.BT-01696/98	Gama	1.200,00	Aprovado
Gilda de Fátima Borges de Oliveira	170.BT-01699/98	Brasília	2.012,15	Aprovado
Adriana Carneiro Machado de Aguiar	170.BT-01700/98	Gama	5.000,00	Aprovado
Maria de Fátima Porto Dores de Carvalho	170.BT-01702/98	Cruzeiro	2.148,50	Aprovado
Givanildo Delfino de Lucena	170.BT-01703/98	Samambaia	3.300,00	Aprovado
Maria Auxiliadora Vieira	170.BT-01705/98	Gama	1.000,00	Aprovado

MARIA APARECIDA BARBOSA VIANA, Representante da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda; NELSON ALVES LOUZEIRO JÚNIOR, Representante do BRB-Banco de Brasília S/A e LUIZ CLÁUDIO AUGUSTO DE OLIVEIRA, Representante da EMATER.

DELIBERAÇÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 1998

O Comitê de Crédito do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda - FUNSOL-DF, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 7º da Lei Complementar nº 005, de 14/08/95, alterada pela Lei 113/98, combinado com o Artigo 6º, do Decreto nº 16.962, de 22/11/95, resolve:
Dar conhecimento das operações discutidas e deliberadas na reunião de 13/11/98.

NOME	Nº PROCESSO	LOCALIDADE	VALOR DO PLEITO (R$)	JULGADO
João Oliveira dos Santos	170.BT-01434/98	São Sebastião	1.000,00	Aprovado
Antônio Vasconcelos Mendonça	170.BT-01624/98	Taguatinga	2.473,90	Aprovado
Antônio Fernandes Leite	170.BT-01649/98	Ceilândia	1.675,00	Aprovado
Salvador Dias Soares	170.BT-01661/98	Riacho Fundo	300,00	Aprovado
Lázaro do Carmo	170.BT-01671/98	Rec. das Emas	1.185,00	Aprovado
Viviane Cristine Bastos de Carvalho	170.BT-01684/98	Ceilândia	500,00	Aprovado
Domingas Antunes Correia	170.BT-01686/98	Sobradinho	1.780,00	Aprovado
Hernando Maia Anastácio	170.BT-01697/98	Brazlândia	500,00	Aprovado
Maria Nonata da Silva	170.BT-01701/98	Samambaia	350,00	Aprovado
Edir de Castro Vieira	170.BT-01706/98	Gama	1.000,00	Aprovado
Idelfonso da Costa Ferreira	170.BT-01707/98	Gama	700,00	Aprovado
Givaldo de Oliveira Freire	170.BT-01708/98	Sobradinho	10.000,00	Aprovado
João Bastista Aguiar da Ponte	170.BT-01710/98	Planaltina	2.000,00	Aprovado
Domingos Mendes de Ornelas	170.BT-01721/98	Rec. das Emas	2.500,00	Aprovado
Luciana Miranda	170.BT-01722/98	Gama	3.000,00	Aprovado
Domingas Cerqueira dos Santos	170.BT-01724/98	Gama	500,00	Aprovado
Maria Valdete Souza de Oliveira	170.BT-01729/98	Gama	1.000,00	Aprovado
Miralva Rodrigues Moreira	170.BT-01730/98	Gama	3.000,00	Sobrestado
Raimundo Nonato Leitão	170.BT-01732/98	Gama	700,00	Aprovado
Maria José Ribeiro Caldas	170.BT-01733/98	Gama	2.862,00	Aprovado
Domingos Ribeiro de Araújo Neto	170.BT-01734/98	Ceilândia	750,00	Aprovado
Maria de Oliveira da Silva	170.BT-01735/98	Taguatinga	1.500,00	Aprovado
Edna Lucena de Araújo	170.BT-01739/98	Paranoá	500,00	Aprovado
Maria Gorete Esperidião Alves	170.BT-01740/98	Samambaia	400,00	Aprovado
Maria José Pereira da Silva	170.BT-01741/98	Samambaia	500,00	Aprovado
Ana Guedes Sales	170.BT-01742/98	São Sebastião	600,00	Aprovado
Eridemis Carvalho Lemos	170.BT-01743/98	Paranoá	700,00	Aprovado
Hildon da Rocha Moreno	170.BT-01745/98	Ceilândia	1.500,00	Aprovado
Cícera Paulino de Melo	170.BT-01747/98	Ceilândia	529,00	Aprovado
Francisco Cleides Ferreira Fonseca	170.BT-01748/98	Samambaia	1.683,00	Aprovado
Luiza de Marilaque Gomes	170.BT-01750/98	Gama	3.000,00	Aprovado
José Franciberto da Silva	170.BT-01751/98	Santa Maria	1.587,00	Aprovado
Maria Aparecida dos Santos	170.BT-01752/98	Santa Maria	1.200,00	Aprovado
Maria dos Santos da Silva	170.BT-01753/98	Santa Maria	1.000,00	Aprovado
Cristhiane de Sousa Pinto	170.BT-01754/98	Santa Maria	300,00	Aprovado
Maria Bezerra da Costa Filha	170.BT-01755/98	Santa Maria	1.000,00	Aprovado
Mario Cezar Felipe	170.BT-01757/98	Sobradinho	500,00	Aprovado
Edina Alice Borges de Oliveira	170.BT-01758/98	Samambaia	250,00	Aprovado
Maria José da Costa	170.BT-01759/98	Planaltina	1.500,00	Aprovado
Nely Lemos do Prado	170.BT-01761/98	Ceilândia	500,00	Aprovado
Francisco Costa de Pinho	170.BT-01762/98	Samambaia	4.180,00	Aprovado
Lucia Maria Alves de Albuquerque	170.BT-01763/98	Ceilândia	2.000,00	Aprovado
Maria Cleonice Arimateia	170.BT-01770/98	Cruzeiro	2.000,00	Aprovado
Josefa Alves da Silva	170.BT-01772/98	Taguatinga	1.000,00	Aprovado
Ary Rabelo de Lima	170.BT-01773/98	Ceilândia	5.823,37	Aprovado
Antônio Aécio Pires Mota	170.BT-01774/98	Taguatinga	2.152,50	Aprovado
Antônio dos Reis Cunha Ladeira	170.BT-01775/98	São Sebastião	3.000,00	Aprovado
Ulda Ribeiro de Andrade	170.BT-01777/98	Ceilândia	1.500,00	Aprovado
Nelson Guimarães dos Santos	170.BT-01778/98	Santa Maria	1.000,00	Aprovado
Deuzilene Soares da Silva Oliveira	170.BT-01779/98	Brasília	700,00	Aprovado
Lindomar Tavares Moura	170.BT-01790/98	São Sebastião	1.000,00	Aprovado

MARIA APARECIDA BARBOSA VIANA, Representante da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda; NELSON ALVES LOUZEIRO JÚNIOR, Representante do BRB-Banco de Brasília S/A e LUIZ OTÁVIO DE QUEIROZ NEVES Representante da EMATER.

SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 19 de novembro de 1998

PROCESSO Nº: 210.000.565/98
INTERESSADO: Ianê de Heusi Monteiro
ASSUNTO: Inscrição em Curso

Autorizo a realização da despesa, e determino a emissão de Nota de Empenho, no valor de **R$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais)**, em favor da **Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração - FEPAD**, visando atender despesas com a inscrição de 01 (um) servidor desta Secretária no curso **Planejamento Estratégico**, a ser realizado no período de **23 a 27/11/1998**, com base no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, combinado com o Inciso II do Artigo 39, do Decreto nº 16.098/94.

Ratifico a despesa autorizada na forma do artigo 26, da mesma Lei acima mencionada.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista ao SOF, para as demais providências

MARCELO DOURADO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE
Em 17 de novembro de 1998

PROCESSO No. 193.000.262/98
ASSUNTO: Aplicação de penalidade

De acordo.

Aprovo o despacho do Ilmo. Sr. Chefe da Douta Assessoria Jurídica, constante de fls. 189/190. Aplico à firma BUSINESS INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÃO LTDA., após a comprovada oferta de defesa prévia, a multa de R$ 12,00 (doze reais), pela recusa na assinatura do contrato de prestação de serviço com esta Fundação, objeto do Edital de Convite no. 09/98-FAP/CPL, nos termos do Art. 81, da Lei no. 8.666/93, combinado com o Art. 106, do Decreto no. 10.996/88. Publique-se. Encaminhe-se à DA/FAPDF, para as demais providências.

LAURA MARIA GOULART DUARTE

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 19 de novembro de 1998

Processo : 030.002.928/98
Interessado : TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do artigo 25, do citado Diploma Legal, a favor da **TELEBRASÍLIA CELULAR S/A** no valor de **R$ 800,00 (Oitocentos Reais),** referente ao reforço da 98NE00038 através da 98ne00130 para o pagamento de faturas no corrente exercício.

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 19 de novembro de 1998

Despacho nº 327/98 - DGA (AA)
Processo nº 5108/98
Assunto: reconhecimento de dívida por despesas de exercícios anteriores.
No uso da atribuição a mim delegada no inciso VII do artigo 1º da Portaria-TCDF nº 001, de 02 de janeiro de 1997, RECONHEÇO a dívida por despesas de exercícios anteriores, referente às Taxas de Limpeza Pública dos apartamentos 601/602 e 607/608, da SQS 315 bloco G, exercício de 1997, no valor de R$ 489,90(quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos), em favor da SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DF, com fulcro no artigo 37 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com os artigos 80 e 81 do Decreto-GDF nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, e, em decorrência, AUTORIZO o respectivo pagamento, condicionado à existência de recursos na dotação orçamentária própria.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento Administrativo, para as devidas providências.

JOSÉ GERALDO DE LANA TÔRRES

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3379

Aos 12 dias do mês de novembro de 1998, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI e JORGE CAETANO, o Conselheiro-Substituto JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e o representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procurador-Geral JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, o Presidente, Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da Sessão Ordinária nº 3378, de 10.11.98.

O Senhor Presidente, acompanhado pelos demais membros do Plenário, inclusive pelo representante do Ministério Público, deu boas-vindas à Conselheira MARLI VINHADELI, que reassumiu as suas funções na Corte, após o gozo de férias. A Conselheira agradeceu a manifestação de cordialidade.

A seguir, deu conhecimento ao Plenário do Ofício nº 23/98-GAB/MV, mediante o qual a Conselheira MARLI VINHADELI comunica que, a partir desta data, reassumiu suas funções na Corte.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 4360/93 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 8965/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 911/98-GAB/SEA; b) conceder, excepcionalmente, a prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pelo Tribunal no Processo nº 030.013.314/92, de interesse de MARIANA BEZERRA NASCIMENTO SOARES.

PROCESSO Nº 4769/93 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 8966/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 911/98-GAB/SEA; b) conceder, excepcionalmente, a prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pelo Tribunal no Processo nº 030.000.630/91, de interesse de NIJALMA LINS DA SILVA; c) recomendar à SEA que observe a data do vencimento do prazo fixado, a fim de que os pedidos de prorrogação sejam feitos tempestivamente.

PROCESSO Nº 4993/93 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 8967/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 911/98-GAB/SEA; b) conceder, excepcionalmente, a prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pelo Tribunal no Processo nº 030.003.479/91, de interesse de MARIA DE LOURDES PINHEIRO.

PROCESSO Nº 3349/94 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 8968/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 195/98-PRESI; b) relevando a intempestividade do pedido, conceder à FSS/DF a prorrogação de prazo, até 13.11.98, para o atendimento da Decisão nº 5751/98.

PROCESSO Nº 3945/94 (apensos os de nºs 040.001.335/94, 040.004.612/94 e 2 volumes) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, referente ao exercício de 1993. - DECISÃO Nº 8969/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I- tomar conhecimento da documentação de fls. 21/37; II- relevar a falta de pronunciamento acerca do item "b" da diligência; III- considerar parcialmente cumprida a diligência ordenada pela Decisão 11498/95; IV- levantar o sobrestamento dos autos; V- julgar, nos termos do inciso II, art. 167, do RI/TCDF, regulares as contas dos ordenadores de despesa do IDR, relativas ao exercício de 1993, com as ressalvas a seguir enumeradas, servindo as mesmas como determinações de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes, de acordo com o art. 19 da Lei Complementar nº 01/94: a) bens inservíveis amontoados no pátio interno do Instituto, em deterioração e a céu aberto, sem segurança e sem controle; b) contas bancárias com pendências contábeis; c) valor fictício apresentado como disponibilidade no Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial; d) falta de conciliação bancária; e) recursos financeiros mantidos indevidamente em conta bancária junto ao BRB, causando perda financeira em virtude da falta de aplicação desses recursos, ora por demora na transferência para o GDF, ora pela transferência parcial de saldo; f) desorganização no sistema de controle de faturas; g) fragilidade no sistema de controle de inscrição dos candidatos em concursos; VI- em conseqüência, autorizar a expedição do certificado de quitação aos gestores: - Elizabete Garcia Campos - Superintendente (01.01 a 25.01.93); - Bruno Urbano Vizotto - Superintendente (26.01 a 01.09.93); -Josephina Desounet Baiocchi - Superintendente (01.09 a 31.12.93); - Hélvio Ferreira - Gerente de Adm. Geral (01.01 a 18.11.93); -Hélvio Ferreira - Chefe da Divisão de Adm. Geral (19.11 a 31.12.93); -Oscar Caetano de Faria - Chefe da Seção de Tesouraria (01.01 a 18.11.93); -Dirce Neiva da Silva - Chefe do Serviço de Mat. e Patrimônio (19.11 a 31.12.93); VII- autorizar o arquivamento do processo e a devolução dos apensos à origem.

PROCESSO Nº 4310/95 (apenso o de nº 1202/95) - Estudo a respeito da constitucionalidade das Leis nºs 837/94 e 851/95, que dispõem, respectivamente, sobre a autonomia administrativa e financeira da Polícia Civil do DF e da remuneração dos integrantes da Carreira Policial Civil do DF. - DECISÃO Nº 8964/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - autorizar a 4ª ICE a realizar inspeção na PCDF, no prazo de 15 (quinze) dias, para complementação dos dados necessários a análise do feito, na forma elencada no referido voto; 2 - determinar o sobrestamento da apreciação dos processos de aposentadoria, pensão e demais concessões e, ainda, de auditoria que envolvam remuneração da PCDF, até decisão final a ser adotada nos autos; 3 - suspender os efeitos das Decisões nºs 8523/98 e 8524/98 exaradas, respectivamente, nos Processos nº 7454/91 e 1565/92, até o deslinde do processo.

PROCESSO Nº 6370/95 - Representação formulada pela Procuradora do Ministério Público junto a esta Casa, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, a respeito de possíveis irregularidades na desapropriação de imóvel pela Companhia Imobiliária de Brasília. - DECISÃO Nº 8970/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 434/97 - PRESI, da Presidência da TERRACAP, e da documentação a ele anexada, fls. 434 "usque" 466; II. ordenar à Secretaria de Obras que instaure, com fulcro no art. 9º, "caput" e seu § 1º, da Lei Complementar nº 01/94, no prazo de 10 dias, tomada de contas especial para apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos decorrentes da irregularidade de que tratam as letras "a" e "b" da Decisão nº 3.145/97, fl. 392, quais sejam: a) concessão do redutor de 8% sobre o valor de avaliação dos imóveis dados em pagamento; b) inclusão das Glebas 10, 11 e 12 (cada uma com 2,0275 ha) da quadra 5 ao patrimônio da MINA- Empresa Brasileira de Empeendimentos Imobiliários e Agro-Pastoril Ltda., pela Contadoria de Justiça, sem qualquer impugnação da TERRACAP, uma vez que elas pertenciam, respectivamente, aos Srs. ROBERTO VACCARO MORSOLETO, ANTÔNIO ARACY CÂMARA PIMENTEL e FRANCISCO DAS CHAGAS ELÓI DE SOUZA, bem como pelas perdas decorrentes da não impugnação, pela Divisão Jurídica da TERRACAP, no momento processual pertinente, dos cálculos efetuados pela Contadoria da Justiça quanto aos juros moratórios incidentes sobre a indenização; III. autorizar o envio de cópia da Informação de folhas 339 "usque" 369 à Secretaria de Obras, para subsidiar, desta feita, os trabalhos da referida Comissão; IV. determinar à TERRACAP que: a) providencie, desde já, o registro no Cartório Imobiliário competente, das Escrituras Públicas de Desapropriação Amigável das glebas expropriadas, atendendo, prontamente, às exigências feitas pelo Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF, informando, no prazo de 30 (trinta) dias, a respeito das medidas adotadas; b) mantenha esta Corte informada sobre o andamento do Recurso Especial interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça; V. autorizar a restituição dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 1796/96 (apensos os de nºs 1800/96, 2054/96, 2173/96, 2174/96, 2253/96, 2425/96, 2426/96, 2429/96, 2688/96, 2694/96, 3092/96, 3094/96, 3547/96, 3548/96 e 3745/96) - Tomadas de contas especiais instauradas pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, objetivando apurar irregularidades apontadas nos Processos nºs 1796/96, 1800/96, 2054/96, 2173/96, 2174/96, 2253/96, 2425/96, 2426/96, 2429/96, 2688/96, 2694/96, 3092/96, 3094/96, 3547/96, 3548/96 e 3745/96. - DECISÃO Nº 8971/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento das TCE´s constantes dos autos; b) determinar à jurisdicionada que, caso ainda não tenha feito, adote as medidas de sua alçada estabelecidas no art. 12 da Resolução nº 102/98 para ressarcimento do dano e regularização patrimonial; c) esclarecer à jurisdicionada que as medidas tomadas deverão constar dos Processos nºs 030.001.301/96, 030.001.004/96, 030.001.302/96, 030.001.836/96, 030.001.775/96 030.001.691/96, 030.001.974/96, 030.002.143/96, 030.001.091/96, 030.002.415/96, 030.002.350/96, 030.002/753/96, 030.002.755/96, 030.002.834/96, 030.003.415/96, 030.003.733/96, sendo que a efetividade dessas medidas ficará registrada no demonstrativo elaborado pela Entidade, na forma prevista no artigo 14 da citada Resolução, o qual deverá ser anexado à tomada de contas anual de 1998; d) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4429/96 (apensos os de nºs 4430/96, 4945/96, 4946/96, 4947/96, 5262/96, 5263/96, 5264/96, 5265/96, 6047/96, 6050/96 e 6709/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por irregularidades apontadas nos Processos nºs 4429/96, 4430/96, 4945/96, 4946/96, 4947/96, 5262/96, 5263/96, 5264/96, 5265/96, 6047/96, 6050/96, 6709/96. - DECISÃO Nº 8972/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento das tomadas de contas especiais constantes dos autos; II) determinar à Jurisdicionada que, caso ainda não tenha feito, adote as medidas de sua alçada, estabelecidas no art. 12 da Resolução nº 102/98, para ressarcimento do dano e regularização patrimonial; III) esclarecer àquela Pasta que as medidas tomadas deverão constar nos Processos nºs 30.004.422/96, 30.004.327/96, 30.005.104/96, 30.005.103/96, 30.005.013/96, 30.005.586/96, 30.005.466/96, 30.005.384/96,30.005.012/96, 30.006.468/96, 30.006.031/96 e 30.006.710/96, sendo que a efetividade dessas medidas ficará registrada no demonstrativo a que se refere o art. 14 da mesma Resolução, o qual deverá ser anexado à prestação de contas anual de 1998; IV) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 5349/96 - Ofício nº 906/98-GAB/SEA, mediante o qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 8973/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 906/98-GAB/SEA; b) conceder, excepcionalmente, a prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pelo Tribunal no Processo nº 030.008.442/95, de interesse de ANA BEZERRA DE LIMA.

PROCESSO Nº 5754/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 8974/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 906/98-GAB/SEA; b) conceder, excepcionalmente, a prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pelo Tribunal no Processo nº 030.003.753/95, de interesse de MARIA IZABEL DO ESPÍRITO SANTO.

PROCESSO Nº 6397/96 (apenso o de nº 061.007.573/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a bem patrimonial. - DECISÃO Nº 8975/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos Ofícios nºs 812/96-GAB/SES e documentos de fls. 73/75 do Processo Apenso nº 061.007.573/96; b) considerar encerrada a tomada de contas especial, com fundamento no art. 13, inciso I, da Resolução nº 102, de 15.06.98; c) devolver o processo apenso à FHDF; d) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1861/97 (apenso o de nº 001.001.960/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio do Ato da Mesa Diretora nº 03, de 17.01.97, com a finalidade de apurar responsabilidades pela impressão de vinte mil fichas de filiação partidária para partido político. - DECISÃO Nº 8976/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos autos do Processo nº 001.001.960/97-CLDF; b) considerar a diligência cumprida; c) em face do ressarcimento, considerar encerrada a TCE, conforme o art. 157, I, do RI/TCDF; d) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4553/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para a conclusão e remessa do Processo nº 011.000.171/97, referente à tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8977/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 1325/98-SUAUD/SEFP (fls. 11/12) e do Ofício nº 470/97-GAB/DEFER (fl. 01); II - conceder a jurisdicionada prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, até 25.12.98, para conclusão da TCE referente ao Processo nº 011.000.171/97.

PROCESSO Nº 0584/98 - Pedido de dilação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para a conclusão da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 054.000.179/98-GDF. - DECISÃO Nº 8978/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 1.267/98-SUAUD/SEFP; b) conceder a prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, até o dia 05.12.98, para a conclusão da tomada de contas especial constante do Processo nº 054.000.179/98-GDF.

PROCESSO Nº 0821/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para conclusão de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8979/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 1385/98-GAB/SES (fls. 26/28) e do Ofício nº 252/98-GAB/SES (fls.01/06); II - conceder à FHDF a prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, até 23.01.99, para conclusão da TCE referente ao Processo nº 061.033.147/98.

PROCESSO Nº 2774/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para conclusão de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8980/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 1384/98-GAB/SES (fls. 10/11) e do Ofício nº 828/98-GAB/SES (fl. 01); II - conceder à FHDF a prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, até 23.01.99, para conclusão da TCE referente ao Processo nº 061.030.542/98.

PROCESSO Nº 4707/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Cultural do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 8981/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 431/98-PRES/FCDF; b) conceder, excepcionalmente, a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pelo Tribunal no Processo nº 3597/93 - TCDF (081.000.153/93).

PROCESSO Nº 4841/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal para cumprimento de determinações da Corte. - DECISÃO Nº 8982/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 1410/98-GAB/SES; b) conceder, excepcionalmente, à SES/DF a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para o cumprimento da diligência determinada nos Processos nºs 3100/91-TCDF (060.000.135/91-SES) e 3496/98-TCDF (22.983/80-SES), alvo do expediente acima mencionado.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 3748/92 (apenso o de nº 3008/90) - Aposentadoria de ALBERTINA LÚCIA MACHADO DE CARVALHO-PRG. - DECISÃO Nº 8983/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu sobrestar o julgamento do processo, até que seja proferida decisão de mérito no Processo nº 5948/95.

PROCESSO Nº 4404/92 - Tomada de contas especial instaurada em decorrência de irregularidade na execução do Convênio nº 05/89, celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e o Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia. - DECISÃO Nº 8984/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1778/93 - Aposentadoria e revisão dos proventos de IRENE CALDAS RODRIGUES-FHDF. - DECISÃO Nº 8985/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legais, para fim de registro, a aposentadoria e revisão de proventos de Irene Caldas Rodrigues, Matrícula nº 100.563-4-FHDF e determinou à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, providencie as seguintes correções, que serão objeto de verificação em futura auditoria programada: I. retificar o item "I" da Instrução de fl. 27, para: a) alterar o enquadramento funcional da servidora para a 1ª Classe, Padrão IV; b) fazer constar do texto, também, a exclusão da vantagem do § 3º do artigo 2º da Lei nº 6732/79; II. elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 125, para excluir a parcela referente a 55% do emprego em comissão, conforme determinação contida no item "2.b" de fl. 99, observando o que dispõe o item II da DN-TCDF nº 2/93; III. tornar sem efeito o documento de fl. 125.

PROCESSO Nº 3691/93 - Integralização da pensão estatutária (Lei nº 3.373/58) concedida a JUVENIL JOSÉ DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 8986/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - negar provimento ao pedido de reexame formulado pelo servidor; II - determinar à SEA/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, cumpra a Decisão nº 8274/96 e adote as demais providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, inciso X, da LODF).

PROCESSO Nº 5248/93 (apenso o de nº 054.000.196/93) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades decorrentes de danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8987/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6702/93 - Contendo o Ofício nº 1325/98-SUAUD/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo para remessa do Processo de TCE nº 012.000.648/92-SETUR. - DECISÃO Nº 8988/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 1325/98-SUAUD/SEFP, de 19/10/98 (fls. 113/114); II. autorizar a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, a contar de 21/10/98, para que a SEFP remeta a esta Corte de Contas o Processo de TCE nº 012.000.648/92-SETUR; III. restituir os autos à 3ª ICE, para os fins devidos.

PROCESSO Nº 6747/93 (apenso o de nº 054.000.694/93) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8989/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6751/93 (apenso o de nº 054.000.510/93) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 8990/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0984/96 (apenso o de nº 081.003.753/92) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar possíveis prejuízos decorrentes da não prestação de contas do auxílio financeiro concedido à Empresa Promoção Comércio e Representações Ltda. para a realização do Projeto "A Volta da Tradição Universal-Papai Noel Brasileiro". - DECISÃO Nº 8991/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1952/96 - Notas de Empenho nºs 819/95, 73/96 e 117/96, emitidas pela Região Administrativa IX - Ceilândia. - DECISÃO Nº 8992/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento da inspeção realizada pela 1ª ICE junto à RA IX-Ceilândia, considerando atendida a Decisão nº 3136/98, prolatada na S.O. nº 3331, de 21/5/98; II - considerar: a) atendida pela RA IX-Ceilândia as recomendações expressas na Decisão nº 10.318/96; b) regular o recebimento definitivo das obras relativas à Tomada de Preços nº 03/95 e Convites nºs 01 e 02/96-CPL/RA IX, à vista do que consta dos Termos de Recebimento Definitivo de Obras, acostados às fls. 130/132; III - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 2459/96 (apensos 2 volumes) - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Governo do Distrito Federal para remessa de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8993/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 757/98-GAB/SEG, de 22/10/98 e demais documentos (fls. 165/167); II. autorizar a prorrogação do prazo, por 45 (quarenta e cinco) dias, até 12/12/98, para a conclusão da tomada de contas especial que apura os fatos a que se referem os Processos nºs 61.009.288/95 e 40.001.986/95, fazendo comunicação às Secretarias de Governo e de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal; III. restituir os autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 5154/96 (apenso 1 volume) - Auditoria programada levada a efeito junto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, relacionada ao Edital de TP nº 039/96-ASCAL/PRES, antecedente do Contrato nº 587/96, celebrado entre aquela Companhia e a firma Serterra Ltda. - DECISÃO Nº 8994/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do resultado da auditoria programada realizada pela 3ª ICE junto à NOVACAP, relacionada ao Contrato nº 587/96-NOVACAP; II. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 5279/96 - Edital nº 2/96, da Fundação Educacional do Distrito Federal, visando a seleção para contratação temporária de professores. - DECISÃO Nº 8995/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu reexaminar a Decisão nº 6601/97 (fl. 103) para considerar atendido o item IV da Decisão nº 1024/97, em decorrência da juntada dos documentos de fls. 84 e 86, determinando a restituição dos autos à 4ª DT/4ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 5956/96 (apenso o de nº 061.030.621/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 8996/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 8098/96 (apenso o de nº 081.002.887/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo pagamento de multa em razão de infrações cometidas pelo serviço de Radiodifusão Modulada (Rádio Cultura), nos termos do art. 62 da Lei nº 4117/62. - DECISÃO Nº 8997/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0206/97 (apenso o de nº 081.003.316/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 8998/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1596/97 - Termo de concessão de direito real de uso, termo de compromisso e contrato de cessão de uso, celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e terceiros. - DECISÃO Nº 8999/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do termo de concessão de direito real de uso e do seu 1º termo aditivo, celebrado entre a CAESB e a Administração Regional de Taguatinga; do termo de compromisso CAESB/PROMOV - Comunicação Estratégica Ltda.; do Contrato nº 3.939/97-CAESB/Cervejarias Reunidas Skol Caracú Ltda.; e dos Contratos de Cessão de Uso nºs 012 e 013/97-CAESB/Ferrovia Centro Atlântica S.A.; II. relevar o atraso verificado no encaminhamento a este Tribunal dos Contratos de Cessão de Uso nºs 12/97 e 13/97; III. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 2694/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 9000/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3487/97 - Relatório anual SISCOEX sobre a gestão do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal no exercício de 1997. - DECISÃO Nº 9001/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos Relatórios SISCOEX, Gráficos, Relatórios de Ocorrências e demais documentos acostados aos autos; II - recomendar ao DER/DF que, ao contratar a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, cujas necessidades sejam de antemão previsíveis, utilize a modalidade de licitação compatível com as despesas a serem realizadas, de forma que não se verifique o ocorrido na contratação feita em 1996, para o fornecimento de vales-refeição, Processo nº 1691/96-DER/DF; III - autorizar a juntada dos autos ao processo de análise de tomada de contas anual de 1997, do ordenador de despesa do DER/DF; IV - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 0598/98 - Aposentadoria de RAMÃO NELSON GONÇALVES-TCDF. - DECISÃO Nº 9002/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, para que se manifeste sobre a questão em caráter preferencial.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO Nº 2880/87 - Revisão dos proventos da aposentadoria de PETRINA VILAS BÔA RIBEIRO-SEA. - DECISÃO Nº 9003/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 6678/96.

PROCESSO Nº 3693/88 - Revisão dos proventos da aposentadoria de PETRONIO EMANUEL DE CERQUEIRA-SES. - DECISÃO Nº 9004/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar dos autos em diligência, para que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: 1 - torne sem efeito a Portaria de 30.11.93 (fl. 38), convalidando, em todos os seus termos, o ato concessório inicial de fl. 03-v; 2 - retifique o ato revisório de fl. 40, a fim de manter a redação original do ato concessório da aposentadoria (fl. 03.v), com exclusão do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, bem assim para alterar a data de publicação da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952; 3 - junte aos autos cópia autenticada de certidão de tempo de serviço, a ser emitida pelo órgão competente (NOVACAP ou GEB), para fins de comprovação do período da contagem em dobro a que se refere a Lei nº 22/89; 4 - confeccione novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 34, com vista a excluir o tempo relativo a licenças para a própria saúde do cômputo para adicionais, nos termos da Lei nº 1.711/52 (25% - qüinqüênios), devendo, por mero apostilamento, ser concedido tal benefício a partir de 01.01.92 (Lei nº 197/91), com fulcro no artigo 67 da Lei nº 8.112/90 (29% - anuênios); 5 - elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 42, observando o teor da D.N. TCDF nº 02/93, a fim de retificar o percentual dos qüinqüênios para 25% e acrescentar as parcelas a que fazia jus, à época (junho/89), o servidor, tais como a gratificação pelo desempenho de atividades de apoio (DL nº 2.224/85) e o abono especial instituído pelo DL nº 2.352/87 (NCz$ 6,64); 6 - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3344/89 - Revisões dos proventos da aposentadoria de FILOMENA GOMES DE FREITAS-SEA. - DECISÃO Nº 9005/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 6678/96.

PROCESSO Nº 3050/90 (apenso 1 volume) - Prestação de contas da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, referente ao exercício de 1989. - DECISÃO Nº 9006/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento dos documentos de fls. 381/391 e prorrogou, por 30 (trinta) dias, o prazo para que os Srs. Antonio Carlos Bastos da Silva e Marcos de Mesquita Filho dêem cumprimento à Decisão nº 7097/98.

PROCESSO Nº 4294/90 (anexo o de nº 6893/91) - Aposentadoria e revisão dos proventos de LUIZA RAIMUNDA DAMASCENO DA SILVA-SES. - DECISÃO Nº 9007/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria e de revisão de fls. 03 e 26 dos autos; II - determinar que a Secretaria de Saúde adote as seguintes providências: a) elabore novo abono provisório, em substituição ao revisional de fl. 27, com observância do teor da Decisão Normativa TCDF nº 02/93, a fim de consignar o percentual de 25% da parcela relativa aos qüinqüênios da Lei nº 1.711/52; b) efetue nova apuração do montante pago indevidamente à servidora, a título de adicional de tempo de serviço e da vantagem do artigo 184, item II, da Lei nº 1.711/52, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, considerando o percentual de 25% (qüinqüênios) no período de 28.06.90 a 31.12.91 e de 29% (anuênios) a partir de 01.01.92 (Lei DF nº 197/91); III - autorizar a 4ª ICE incluir o processo em roteiro de futura auditoria na jurisdicionada, a fim de verificar o fiel cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 2552/93 (apenso o de nº 082.010.137/95) - Relatório de inspeção realizada na Fundação Educacional do Distrito Federal para verificar a regularidade da cessão de servidores daquela Entidade, em virtude de convênios firmados com entes públicos e privados. - DECISÃO Nº 9008/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, autorizar o retorno dos autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, em nova diligência interna, com vista a subsidiar a formação de juízo quanto ao mérito das questões levantadas no relatório/voto.

PROCESSO Nº 2898/94 (apenso o de nº 2312/80) - Pensão civil concedida a MARIA VITÓRIA DE JESUS BARBOSA-SEA. - DECISÃO Nº 9009/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 6678/96.

PROCESSO Nº 5412/95 (apensos os de nºs 3863/89 e 030.002.355/95) - Pensão civil concedida a MARLENE MONTEIRO MARQUES TAVEIRA e outro-SEA. - DECISÃO Nº 9010/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1170/96 (apenso 1 volume) - Contrato nº 3483/95 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma SOLTEC-Engenharia Ltda. - DECISÃO Nº 9011/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, autorizou o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 5299/96 (apenso o de nº 082.017.674/95) - Aposentadoria de VERA LÚCIA DANTAS MAGALHÃES-FEDF. - DECISÃO Nº 9012/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5859/96 (apenso o de nº 030.006.460/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Governo do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 9013/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, ao tomar conhecimento da tomada de contas especial em apreço, decidiu: I) considerar procedente a absorção dos prejuízos pelo Erário Distrital, tendo em vista que não restou caracterizada a culpa do servidor militar envolvido, no tocante aos danos aqui experimentados; II) julgar regulares as contas do servidor Lindauro Rosa de Jesus, declarando-o quite com a Fazenda Pública do DF, neste caso; III) alertar todas as jurisdicionadas no sentido de que, de acordo com a Lei Complementar nº 01/94 (art. 9º, § 3º), a Emenda Regimental nº 01/98 (art. 2º, § 8º) e a Resolução nº 102/98 (arts. 13 e 14), as tomadas de contas especiais de valor inferior ao de alçada (3300 UFIRs), bem assim as encerradas por ausência de prejuízo, ressarcimento integral do dano, reposição do bem pelo responsável, reaparecimento ou recuperação dos bens extraviados/danificados, como também aquelas cujas apurações concluírem que a responsabilidade pela reparação do dano deve recair exclusivamente sobre terceiros (não vinculados à Administração Pública), passaram a ser registradas em demonstrativos que, por sua vez, deverão ser anexados à correspondente tomada ou prestação de contas anual, não sendo cabível, portanto, o encaminhamento dessas contas especiais em processos apartados; IV) autorizar o retorno dos autos à Inspetoria própria para fins de arquivamento e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 8152/96 (apenso o de nº 082.000.880/96) - Aposentadoria de SÔNIA MARIA DE SOUZA-FEDF. - DECISÃO Nº 9014/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0556/97 (apenso o de nº 082.010.496/96) - Aposentadoria de MARIA APARECIDA CAMPOS-FEDF. - DECISÃO Nº 9015/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0559/97 (apenso o de nº 082.007.969/96) - Aposentadoria de ANAILDES ALVES DE JESUS-FEDF. - DECISÃO Nº 9016/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0724/97 (apenso o de nº 082.013.997/96) - Aposentadoria de IRENE DINIZ FERREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 9017/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1100/97 (apenso o de nº 192.000.258/96) - Aposentadoria de JUDITH FRANCISCA DA SILVA-JZDF. - DECISÃO Nº 9018/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1168/97 - Contendo o Ofício nº 310/98-PRESI, mediante o qual a Companhia Imobiliária de Brasília solicita prorrogação de prazo para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 9019/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e em atenção ao Ofício nº 310/98-PRESI, concedeu a prorrogação de prazo, na forma solicitada pela TERRACAP.

PROCESSO Nº 1582/97 - Atas de órgãos colegiados do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 9020/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimentos dos documentos juntados aos autos, fls. 92/152; II) determinar ao Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB que, em substituição ao Termo de Permissão de Uso nº 01/97, celebrado com a Fundação do Serviço Social do DF, proceda a confecção de Termo de Cessão de Uso, que é o instrumento jurídico adequado à espécie; III) devolver os autos à Inspetoria competente, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2887/97 - Relatório SISCOEX referente às despesas realizadas pelo Serviço de Limpeza Urbana no decorrer do exercício de 1997. - DECISÃO Nº 9021/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) relevar a falha formal apontada pela instrução; II) recomendar ao Serviço de Limpeza Urbana do DF que passe a enquadrar a despesa com seguro obrigatório de veículos (DPVAT) como "inexigível" (art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93), de modo que não mais se repita a falha cometida na Nota de Empenho nº 617/97; III) determinar a juntada dos autos ao processo que será constituído para apreciar a prestação de contas do SLU/DF, referente ao exercício de 1997; IV) autorizar o retorno do processo sub examine à Inspetoria própria, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 3830/97 - Edital Normativo nº 5/DP/97, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, sobre o Curso de Formação de Oficial Bombeiro/Engenheiro de Incêndio e Pânico daquela Corporação. - DECISÃO Nº 9022/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício nº 523/98-GAB/CMT (fls. 28), dando por cumprida a determinação constante do item II.2 da Decisão nº 1.123/98; II) rever os termos do item 2 da Decisão nº 4547/97, para considerar regular, nos editais normativos de concurso público para Curso de Formação de Oficiais do CBMDF, a exigência de ser o candidato solteiro; III) dar conhecimento desta Decisão ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

PROCESSO Nº 0173/98 (apenso o de nº 082.011.328/97) - Aposentadoria de VALDEMAR ALVES DE SOUSA-FEDF. - DECISÃO Nº 9023/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0690/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar remessa de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 9024/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do Ofício nº 3708/CTCE (fls. 14) e, relevando o atraso apontado pela instrução, concedeu à PMDF prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da TCE de que trata o Processo 054.000.210/98.

PROCESSO Nº 1592/98 (apensos os de nºs 3401/97, 4993/97 e 1 volume) - Balancetes do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, referentes aos 2º, 3º e 4º Trimestres de 1997. - DECISÃO Nº 9025/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, conhecendo dos Balancetes do IDHAB, referentes aos 1º, 2º e 3º Trimestres de 1997 e dos demais documentos constantes dos autos, decidiu: I) preliminarmente, determinar àquele órgão que, no prazo de 30 dias, preste esclarecimentos a respeito dos débitos assinalados na Conta 1.1.2.2.90.000 - Diversos Responsáveis, indicando as providências adotadas no sentido de regularizar a referida conta; II) determinar, ainda, àquele jurisdicionado que mantenha estrita observância ao prazo estabelecido no art. 113, "caput", do RI/TCDF, para encaminhamento dos balancetes trimestrais, alertando-o quanto a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/94; III) autorizar o retorno dos autos à Inspetoria própria, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 2141/98 - Pedido de prorrogação prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para remessa da prestação de contas anual da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, referente ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 9026/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, em atenção ao Ofício nº 1357/98-SUAUD/SEFP, concedeu a prorrogação de prazo, na forma solicitada pela SEFP.

PROCESSO Nº 3493/98 (apensos os de nºs 8021/96 e 030.003.958/98) - Aposentadoria de EDMILSON SOUZA SAMPAIO e pensão civil concedida a MARIA BEATRIZ SAMPAIO-JZB. - DECISÃO Nº 9027/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios.

PROCESSO Nº 4367/98 - Relatório SISCOEX referente às despesas realizadas pela Polícia Militar do Distrito Federal, com suporte em inexigibilidade de licitação, durante o período de 15.01 a 17.09.98, cujos valores superam a R$ 10.000,00. - DECISÃO Nº 9028/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) relevar as falhas formais apontadas pela instrução; II) recomendar à Polícia Militar do DF que, ao preencher o campo "Especificação" da nota de empenho, procure detalhar, de maneira completa, o objeto que está sendo contratado, de modo que não mais se repita a falha cometida na NE nº 357/98; III) autorizar a realização de auditoria na PMDF, com o objetivo de verificar a regularidade das despesas realizadas, a título de diárias, por aquela jurisdicionada.

PROCESSO Nº 4745/98 - Contendo o Ofício nº 419/98, mediante o qual a Procuradoria Geral do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligência determinada por esta Corte. - DECISÃO Nº 9029/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 419/98; b) relevando o atraso apontado pela instrução, prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento da diligência referente ao Processo nº 020.000.004/96.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 3270/91 - Aposentadoria de JOSÉ MARIA DE CASTRO-FEDF. - DECISÃO Nº 9030/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3730/92 - Aposentadoria de BEMERVAL CABRAL FORMIGA-SEFP. - DECISÃO Nº 9031/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - refaça o documento de fl. 9 e o demonstrativo de tempo de serviço de fl. 10, com a finalidade de fazer constar 395 (trezentos e noventa e cinco) dias de serviço prestados ao Serviço de Limpeza Pública; II - esclareça a divergência entre os documentos de fls. 09 e 16, no diz respeito ao gozo ou não de Licença Especial relativa aos 1º e 2º decênios; III - torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5503/96 (apenso o de nº 082.005.002/95) - Aposentadoria de SONIA BRIGAGÃO-FEDF. - DECISÃO Nº 9032/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de SONIA BRIGAGÃO, visto às fls. 18/21 do processo apenso; II - alertar a Fundação Educacional do Distrito Federal sobre: a) a necessidade de ser elaborado novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 14 do processo apenso, a fim de incluir o tempo averbado, prestado pela servidora à Prefeitura Municipal de Patos Bons (MA), para efeito de Adicional por Tempo de Serviço, atentando para os efeitos desta alteração no Abono Provisório; b) a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação, a seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 5511/96 (apenso o de nº 082.024.753/95) - Aposentadoria de AFONSINA ROCHA DE CARVALHO-FEDF. - DECISÃO Nº 9033/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de AFONSINA ROCHA DE CARVALHO, visto às fls. 18/23 dos autos apensos; II - alertar a Fundação Educacional do Distrito Federal sobre: a) a necessidade de ser elaborado novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 14 do processo apenso, a fim de incluir o tempo averbado, prestado pela servidora à Secretaria de Administração do Estado do Ceará, para efeito de Adicional por Tempo de Serviço, atentando para os efeitos desta alteração no Abono Provisório; b) a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação, aos seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 5570/96 (apenso o de nº 082.021.426/95) - Aposentadoria de NEUZA CARNEIRO SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 9034/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de NEUZA CARNEIRO SILVA, visto às fls. 16/22 do processo apenso; II - alertar a Fundação Educacional do Distrito Federal sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação, a seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 6263/96 (apenso o de nº 082.001.961/95) - Aposentadoria de MARIA BEATRIZ NASCIMENTO SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 9035/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA BEATRIZ NASCIMENTO SILVA, visto às fls. 24/25 do processo apenso; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que junte aos autos apensos documento que comprove o direito à percepção, pela inativa, da Gratificação de Titulação instituída pela Lei nº 771/94, o que será verificado em futura auditoria; III - alertar aquela Entidade sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação, a seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, da Gratificação de Alfabetização - GAL e da Gratificação de Ensino Especial - GATE, de que tratam as Leis nºs 696, 654/94 e 540/93, respectivamente.

PROCESSO Nº 6539/96 (apenso o de nº 082.007.746/95) - Aposentadoria de AURÉLIO ANCHISES RIBEIRO DE SOUZA-FEDF. - DECISÃO Nº 9036/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de AURÉLIO ANCHISES RIBEIRO DE SOUZA, visto às fls. 43/46 do processo apenso; II - alertar a Fundação Educacional do Distrito Federal sobre a possibilidade de o interessado exercitar o direito de pleitear a incorporação, a seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 7052/96 (apenso o de nº 082.000.749/96) - Aposentadoria de ZULEICA MARIA JORGE CUNHA-FEDF. - DECISÃO Nº 9037/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ZULEICA MARIA JORGE CUNHA, visto às fls. 18/20 do processo apenso; II - alertar a Fundação Educacional do Distrito Federal sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação, a seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 7053/96 (apenso o de nº 082.022.860/95) - Aposentadoria de DILMA SOUSA THOMÉ-FEDF. - DECISÃO Nº 9038/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de DILMA SOUSA THOMÉ, visto às fls. 13/19 do processo apenso; II - alertar a Fundação Educacional do Distrito Federal sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação, a seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 7477/96 (apenso o de nº 082.017.144/95) - Aposentadoria de ARIENE DO BONFIM COSTA-FEDF. - DECISÃO Nº 9039/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ARIENE DO BONFIM COSTA, visto às fls. 14/15 do processo apenso; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que junte aos autos apensos documento que comprove o direito à percepção, pela inativa, da Gratificação de Titulação instituída pela Lei nº 771/94, o que será verificado em futura auditoria; III - alertar aquela Entidade sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação, a seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 7947/96 (apenso o de nº 101.001.670/96) - Aposentadoria de JORGE DE SANTANA-FSSDF. - DECISÃO Nº 9040/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 7973/96 (apenso o de nº 082.006.670/96) - Aposentadoria de NEIDE MARIA ALMEIDA CAMPOS-FEDF. - DECISÃO Nº 9041/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de NEIDE MARIA ALMEIDA CAMPOS, visto às fls. 18/21 do processo apenso; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que junte aos autos apensos documento que comprove o direito à percepção, pela inativa, da Gratificação de Titulação, instituída pela Lei nº 771/94, o que será verificado em futura auditoria; III - alertar aquela Entidade sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação, a seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 8178/96 (apenso o de nº 082.013.306/96) - Aposentadoria de SAMUEL GOMES-FEDF. - DECISÃO Nº 9042/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de SAMUEL GOMES, visto às fls. 23/24 do processo apenso; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que junte aos autos apensos documento que comprove o direito à percepção, pela inativa, da Gratificação de Titulação instituída pela Lei nº 771/94, o que será verificado em futura auditoria; III - alertar aquela Entidade sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação, a seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 0188/97 - Concurso Público para o cargo de Auxiliar de Administração Pública, da Carreira Administração Pública, aberto pelo Edital nº 04/97-IDR. - DECISÃO Nº 9043/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministéiro Público, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da auditoria realizada e dos documentos juntados às fls. 77/81; II - considerar legais, para fins de registro, as seguintes admissões para o cargo de Auxiliar de Administração Pública, especialidade Serviços de Engenharia, da Carreira Administração Pública do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, oriundas do concurso de que trata o Edital nº 4/97-IDR: Adinael Barreto Rocha, Alberto Alves Soares, Alixandre Abel Alvarenga, Andree Ricardo Cavalcante Pedroza, Carlos Renato do Amaral Portilho, Cassia Mayara de Araújo, Clara Etiene Lima de Souza, Cristina Seabra Moraes, Deusely Ferreira Malgaço, Diana Almeida Amaral Lima, Dionísio Tavares dos Santos, Edson Santos de Albuquerque, Elcimar Soares de Andrade, João Barbosa França, Lairton José de Araújo Gonçalves, Leonardo Félix de Souza, Luiz Carlos Nunes de Assunção, Marcelo Justiniano Padilha, Márcio André Cardoso da Silva, Mário Robson da Silva Sousa, Ney Leite Romão, Paulo Alexandre Sad Tanus, Paulo Henrique Leão Moraes, Rodrigo dos Santos Pereira, Silvio Santos Trajano Firmino, Valter Eufrázio Santos Maranhão, Zelismar Lourenço Braz; III - ratificar que as nomeações de candidatos aprovados em concurso público, obedecido o quantitativo destinado a portadores de deficiência física, devem obedecer estritamente a ordem de classificação geral; IV - determinar o retorno dos autos à 4ª ICE para o oportuno exame da legalidade de futuras admissões decorrentes do citado certame.

PROCESSO Nº 0562/97 (apenso o de nº 082.012.898/96) - Aposentadoria de MARIA DAS GRAÇAS LOPES DE ALENCAR-FEDF. - DECISÃO Nº 9044/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA DAS GRAÇAS LOPES DE ALENCAR, visto às fls. 24/25 do processo apenso; II - alertar a Fundação Educacional do Distrito Federal sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação, a seus proventos, da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 3758/97 - Concurso Público para o provimento dos empregos de Analista de Sistemas, Contador, Economista, Engenheiro Civil e Programador da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, objeto do Edital nº 96/97. - DECISÃO Nº 9045/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados de auditoria de regularidade realizada na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e dos documentos de fls. 33/39; II - considerar legais, para efeito de registro, os atos de admissão dos candidatos abaixo relacionados, integrantes do Quadro Permanente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, aprovados no Concurso Público decorrente do Edital Normativo nº 96/97, publicado no DODF de 03/09/97, em cumprimento ao prescrito no inciso III do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal: Emprego: Analista de Sistemas: Carlos Alberto Moreira da Silva, Carlos Eduardo Neves Lamar, Cristiano Carvalho Ribeiro, Fabrício Pereira de Farias, José Humberto Borges, Nilton da Silva Reis; Emprego: Contador: Anderson de Oliveira Alves Ferreira, Emprego: Economista: Fábio Souza de Oliveira; Emprego: Engenheiro Civil: Adoniro Ulisses Machado de Sá, Aida Barbosa da Veiga, Ana Paula Guerreiro Vidigal, André Luiz Oliveira Vaz, Ângelo Tiveron Júnior, Antônio Pedro Ferreira Júnior, Carlos Henrique Linhares Feijão, Cláudia Cristiane Lima do Vale, Daclimar Azevedo de Castro, Edie Andreeto Júnior, Ely Latorraca do Carmo, Euler Junqueira Pereira, Fauzi Nacfur Júnior, Fernando Morethson Sampaio, Francisco Nogueira Porto, Giancarlo Ferreira Manfrim, Gustavo Costa Guimarães, Jânio Pinto Pinheiro, Jesus Nery de Castro, José Alves de Melo Júnior, José Arioston Cavalcante, José Ataíde Sampaio Passos, José Wagner Mourão Rebouças Chagas, Kahlil Lacerda de Vasconcelos, Luciano Faria Vicari, Luiz Rogério Pinto Gonçalves, Márcio Dayvison da Silva Freitas, Marcus Barreto Pires, Marden dos Reis e Silva, Mário César Faustino Honório, Marly Yashida Cavalcante, Maruska Lima de Souza Holanda, Paulo Henrique Monteiro Daroz, Paulo Zanolini Facchini, Roberto Perrella, Rômulo Fontenele Cavalcante, Sérgio Antônio Gurgel de Oliveira, Sérgio Coelho Tolentino, Severino Rezende Aidar, Silvana Conceição Silva, Túlio Augusto Castelo Branco Leal, Vicente Tadeu Barboza Gama; Emprego: Procurador: Alex Borges, Alexandre Bezerra de Oliveira, Bernardo Barca Gonçalves Teixeira Arante, Cláudia de Souza Damasceno, Hayderlei de Almeida, Nelson Yosugi Mori, Sandro Augusto Farias Lopes, Walber Rosa Ciqueira Filho; III - solicitar à NOVACAP que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste esclarecimentos sobre a contratação de JURANDY PEREIRA MACHADO como Analista de Sistemas, posto que o candidato não cumpriu a exigência de apresentar diploma de curso em nível de pós-graduação na área de informática, exigência do Edital Normativo nº 96/97, modificado pelo Edital 121/97; IV - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para análise de futuras admissões oriundas do concurso público em análise.

PROCESSO Nº 3770/97 (apenso o de nº 4166/97) - Inspeção realizada no Instituto de Saúde do Distrito Federal, com o objetivo de examinar diversas aquisições com dispensa de licitação, observadas em decorrência do acompanhamento da gestão distrital por meio do SISCOEX. - DECISÃO Nº 9046/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento da inspeção em apreço, bem como dos documentos acostados aos autos às fls. 09/68; II - alertar o Instituto de Saúde do Distrito Federal para que, doravante, atente para os requisitos exigidos pelo inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, ao utilizá-lo com o fim de justificar a contratação direta, tendo em vista que a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB não foi criada com o fim específico de prestar serviços à Administração; III - deixar de aplicar penalidade ao responsável pela irregularidade, em razão de não ter sido verificado qualquer prejuízo ao Erário; IV - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 5099/97 (apenso o de nº 101.001.216/97) - Aposentadoria de SONIA REGINA DE SOUZA ARAÚJO-FSSDF. - DECISÃO Nº 9047/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5102/97 (apenso o de nº 101.001.233/97) - Aposentadoria de UBIRAJARA ROCHA DE ARAÚJO-FSSDF. - DECISÃO Nº 9048/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0185/98 (apenso o de nº 082.010.698/97) - Aposentadoria de MARIA LUIZA DE OLIVEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 9049/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0214/98 (apenso o de nº 101.001.398/97) - Aposentadoria de JOÃO FELIPE DA SILVA-FSSDF. - DECISÃO Nº 9050/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0561/98 (apenso o de nº 082.014.085/97) - Aposentadoria de MARIA DE OLIVEIRA SOUZA-FEDF. - DECISÃO Nº 9051/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0862/98 (apenso o de nº 101.000.003/98) - Aposentadoria de MARCOS RODRIGUES CORREIA-FSSDF. - DECISÃO Nº 9052/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1970/98 (apenso o de nº 082.017.650/97) - Aposentadoria de MARIA ABADIA DA COSTA-FEDF. - DECISÃO Nº 9053/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2704/98 (apenso o de nº 101.000.282/98) - Aposentadoria de RAIMUNDA MARIA MASCARENHAS-FSSDF. - DECISÃO Nº 9054/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2786/98 (apenso o de nº 082.002.718/98) - Aposentadoria de CRISÓLITA ALVES VAZ DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 9055/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2912/98 (apenso o de nº 082.013.512/97) - Aposentadoria de ALZIRA ORELLI ALVES-FEDF. - DECISÃO Nº 9056/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2958/98 (apenso o de nº 082.016.153/97) - Aposentadoria de ANTONIETA MARIA DE JESUS BRAGA-FEDF. - DECISÃO Nº 9057/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3453/98 (apenso o de nº 030.004.383/98) - Aposentadoria de PAULO CÉSAR TEIXEIRA SOUZA-PRGDF. - DECISÃO Nº 9058/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3486/98 (apenso o de nº 094.000.489/98) - Aposentadoria de ANTÔNIO PEREIRA-SLU. - DECISÃO Nº 9059/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3518/98 (apenso o de nº 082.005.245/98) - Aposentadoria de MARIA JOSÉ TORRES DE MELO-FEDF. - DECISÃO Nº 9060/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3739/98 (apenso o de nº 030.004.189/98) - Aposentadoria de JOÃO ARAÚJO VICENTE-SLU. - DECISÃO Nº 9061/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3766/98 (apenso o de nº 094.000.613/98) - Aposentadoria de FRANCISCO LOPES DAS CHAGAS-SLU. - DECISÃO Nº 9062/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3833/98 (apenso o de nº 094.000.959/98) - Aposentadoria de AURELINO FRANCISCO GUIMARÃES-SLU. - DECISÃO Nº 9063/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3865/98 (apenso o de nº 050.000.309/98) - Aposentadoria de MARIA DO SOCORRO BELARMINO DOS SANTOS-SSP. - DECISÃO Nº 9064/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 2694/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de MARILENE DE SOUZA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 9065/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3324/90 (anexo o de nº 3570/95) - Aposentadoria de EDIR BITES NYLANDER BRITO-SEA. - DECISÃO Nº 9066/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar diligência para a Secretaria de Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - tornar sem efeito o ato de fls. 03v e retificar o ato de fl. 71, alterado pelo de fls. 77/78, para incluir o Nível 01 correspondente ao cargo de Professor, Classe Única, padrão XIX; II - anexar o processo de concessão da vantagem instituída pelo art. 2º da Lei nº 696/94 (GRC), haja vista a sua inclusão no Abono Provisório de fls. 79; III - elaborar um novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fls. 72, considerando, para efeito de adicional por tempo de serviço, as licenças para tratamento da própria saúde, conforme art. 102, VIII, "b", da Lei nº 8.112/90; IV - em função da solicitação anterior, elaborar um novo Abono Provisório, em substituição ao de fls. 79, para alterar o valor do adicional por tempo de serviço, observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF; V - juntar declaração da carga horária da servidora dos últimos três anos anteriores à 1ª aposentadoria, para fins de comprovação das 40 horas (art. 41, § 7º da LODF), considerando o tempo de inatividade como suspenso (Decisão nº 2050/97, Proc. nº 7696/96); VI - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3658/92 (apenso o de nº 132.001.068/92) - Tomada de contas especial instaurada pela Região Administrativa III - Taguatinga para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 9067/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 83/89; b) determinar a baixa na responsabilidade inscrita no Certificado de Auditoria nº 008/93-Dpa/SEFP; c) determinar o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 4400/92 - Aposentadoria de SÍLVIA HELENA MOURÃO SCHIMITT-FEDF. - DECISÃO Nº 9068/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar diligência para a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, especificar quais as atividades desempenhadas pela servidora quando ocupava os cargos de Chefe do Núcleo e da Seção de Formação da Divisão de Recursos Humanos nos períodos de 19.4.89 a 28.06.90 e 29.6.90 a 23.4.91, apresentando circunstanciadas justificativas no tocante à ligação direta e preponderante das funções exercidas em relação ao ensino oficial, de acordo com o entendimento exarado na Decisão nº 5.778/94, prolatada no Processo nº 5.019/92.

PROCESSO Nº 3250/93 (apensos os de nºs 2446/89 e 030.003.865/92) - Pensão civil concedida a MARIA DE LOURDES DE MEDEIROS e outras-SEA. - DECISÃO Nº 9069/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à Secretaria de Administração do DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma abaixo indicada, que será objeto de verificação em futura auditoria, conforme segue: a) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 22 do Processo nº 030.003865/92, para excluir

360 dias de licença especial que não constam no demonstrativo de fl. 22 do Processo nº 2446/89; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 7336/93 (apenso o de nº 094.000.848/93) - Tomada de contas especial instaurada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, decorrente do pagamento com atraso de despesa com combustível. - DECISÃO Nº 9070/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0465/94 - Aposentadoria de BENEDITO RODRIGUES DOS SANTOS-FEDF. - DECISÃO Nº 9071/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0571/94 - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES CORDEIRO-FEDF. - DECISÃO Nº 9072/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0722/94 (apenso o de nº 011.000.084/92) - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelas irregularidades detectadas na prestação de contas do Convênio nº 023/23/91, firmado entre a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência e o DEFER. - DECISÃO Nº 9073/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 49/50; b) determinar a baixa na responsabilidade do BRB quanto a este caso; c) determinar o arquivamento dos autos e a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 1457/94 (apenso o de nº 030.012.327/92) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade. - DECISÃO Nº 9074/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1852/94 (apensos os de nºs 113.000.351/94 e 113.003.322/96) - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade, envolvido em acidente de tráfego. - DECISÃO Nº 9075/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) com base no art. 29, I, da Lei Complementar nº 01/94, determinar ao DER/DF que, no prazo de 30 dias, providencie o desconto parcelado, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, nos vencimentos (ou proventos, se for o caso) dos servidores IVAN MARIA DA SILVA, JOSÉ ALPIANO PEREIRA, JOSÉ VICENTE FILHO e LUIZ GERALDO RANGEL VILELA, do valor equivalente a 14.274,7194 UFIRs, a ser acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir de 1º.07.98, correspondente ao débito solidário apurado na TCE em apreço, devendo remeter à Corte, após a quitação da dívida, comprovantes dos descontos efetuados; b) autorizar a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 2266/94 (apenso o de nº 054.000.508/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por irregularidades ocorridas em 1992 na Aprovisionadoria do 1º BPM. - DECISÃO Nº 9076/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5179/94 (apensos os de nºs 082.011.690/94 e 082.007.037/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 9077/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar o arquivamento dos autos e a devolução do processo apenso à origem, para proceder nos termos do art. 14 da Resolução nº 102/98.

PROCESSO Nº 5559/94 (apenso o de nº 053.001.047/94) - Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 9078/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2713/95 (apenso o de nº 030.003.063/95) - Tomada de contas especial instaurada pela então Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal para apurar responsabilidades por irregularidades detectadas pela Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais. - DECISÃO Nº 9079/98.- O Tribunal, acolhendo proposição do representante do Ministério Público junto à Corte, Procurador-Geral JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, com a qual concorda o Relator, decidiu, antes de promover a citação dos responsáveis nominados no voto de fs. 40/43, determinar a devolução dos autos à 2ª ICE, para que aquela Unidade Orgânica proceda a reavaliação, considerando a respectiva depreciação, do valor dos bens relacionados à f. 302 do apenso, devendo o processo retornar à apreciação plenária.

PROCESSO Nº 4761/95 (apensos os de nºs 054.001.129/95 e 054.001.487/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 9080/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar à PMDF que promova o desconto do débito na folha de pagamento do servidor, observada a legislação pertinente, devendo informar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas.

PROCESSO Nº 0434/96 (apenso o de nº 094.001.115/95) - Tomada de contas especial instaurada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, decorrente de danos causados a veículo oficial, envolvido em acidente de tráfego. - DECISÃO Nº 9081/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 45/47; b) devolver o apenso, juntando cópia do requerimento de fls. 47, ao SLU para que providencie o parcelamento, na forma solicitada, do débito no valor de r$ 473,41 (quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos), acrescido de 01% ao mês, a partir de junho/98, nos vencimentos do servidor JODETE COSTA DA SILVA, Mat. 81.735-x encaminhando comprovantes de ressarcimento após o recolhimento da última parcela; c) devolver os autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 0999/96 (apenso o de nº 101.001.238/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 9082/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento das contas em apreço; II - autorizar, com fulcro nos arts. 14 e 17 da Resolução nº 102, c/c o art. 2º § 8º da Emenda Regimental nº 1/98, publicadas no DODF de 20.07.98, a devolução do processo apenso à origem, para as providências de sua alçada, estabelecidas nos termos dos arts. 12 e 14 da citada Resolução; III - esclarecer à Jurisdicionada que as medidas tomadas deverão constar do Processo nº 101.001238/95, sendo que a efetividade dessas medidas ficarão registradas no demonstrativo elaborado pela entidade, na forma prevista no art. 14 da mesma Resolução, o qual deverá ser anexado à prestação (tomada) de contas anual referente ao exercício de 1998; IV - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1001/96 (apensos os de nºs 5015/97, 061.003.916/94 e 061.005.678/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por possíveis irregularidades na aquisição de café moído, para uso na rede hospitalar do DF. - DECISÃO Nº 9083/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da TCE em apreço; b) relevar os atrasos verificados; c) determinar a citação dos responsáveis para apresentarem alegações de defesa, nos termos do Regimento Interno.

PROCESSO Nº 7198/96 (apenso o de nº 102.080.114/92) - Tomada de contas especial instaurada pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por prejuízo oriundo da não emissão de carnês de prestações referentes ao financiamento do imóvel situado à QR 401, conjunto 21, casa 12 - SAMAMBAIA - DF. - DECISÃO Nº 9084/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) relevar os atrasos verificados; c) determinar a apensação do processo ao de nº 3.028/94, para exame em conjunto.

PROCESSO Nº 3080/97 (apenso o de nº 093.000.956/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Energética de Brasília para apurar responsabilidades por danos causados em decorrência de acidente de trânsito a veículo oficial. - DECISÃO Nº 9085/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar o arquivamento dos autos e devolução do processo apenso à origem, para proceder nos termos do art. 14 da Resolução nº 102/98.

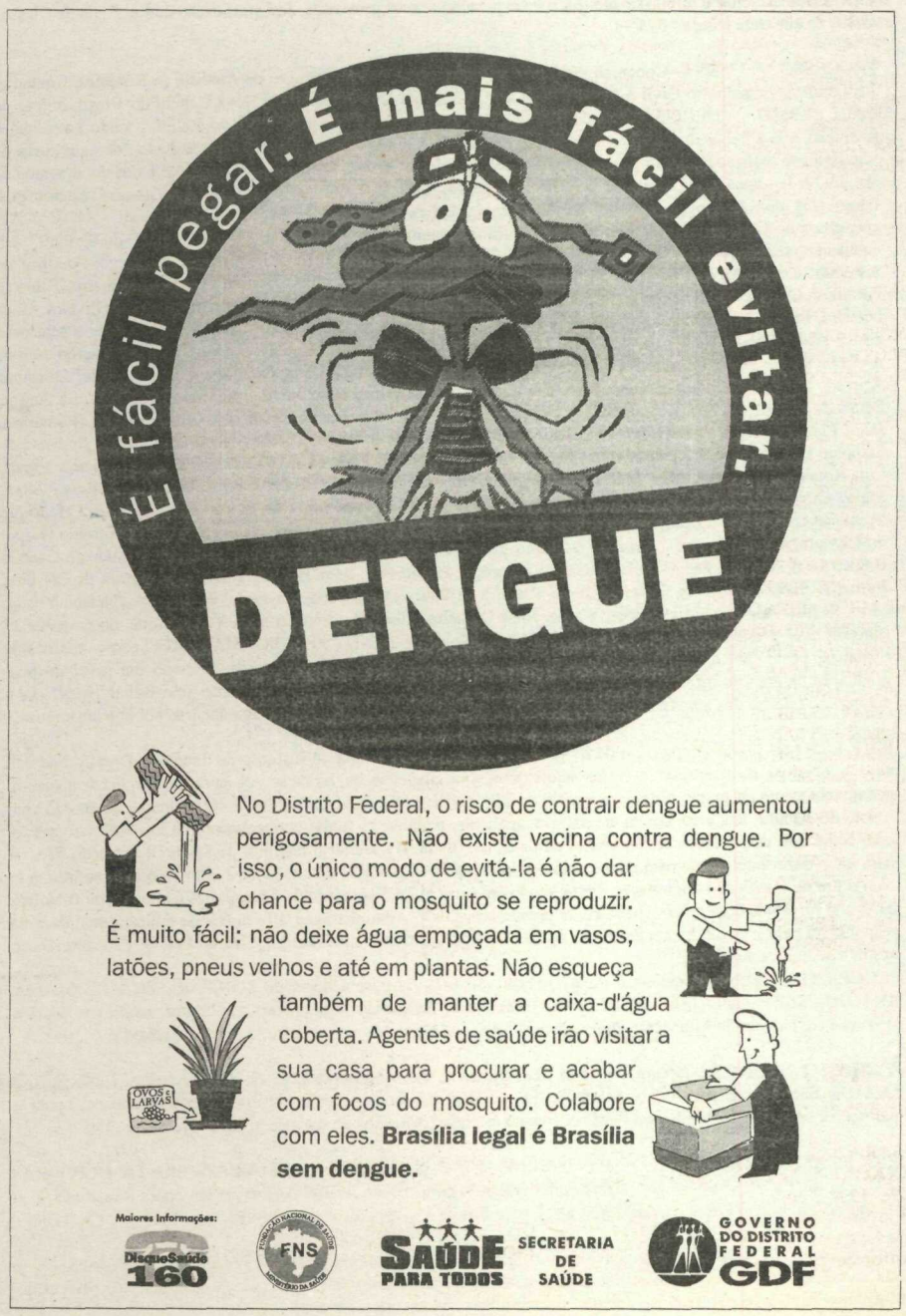
PROCESSO Nº 4288/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 9086/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o arquivamento dos autos, comunicando o fato à Secretaria de Transportes para os fins previstos na Resolução nº 102/98 - art. 14.

Encerrada a fase de julgamento de processos ostensivos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária, de caráter reservado, a realizar-se a seguir, para que o Tribunal apreciasse, na forma do disposto no art. 97, parágrafo 1º, da Lei Orgânica desta Corte, matéria administrativa.

O Tribunal, com base no art. 42, parágrafo único, do Regimento Interno, decidiu adiar a Sessão Ordinária do dia 19 de novembro, quinta-feira, para o próximo dia 25 deste mês - quarta-feira - a partir das 15 horas.

Nada mais havendo a tratar, às 11h55, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 123 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Conselheiro-Substituto e representante do Ministério Público junto à Corte.

JOSÉ MILTON FERREIRA, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES.



SEÇÃO II

CASA MILITAR

PORTARIA DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 36, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, resolve:
EXONERAR o Terceiro-Sargento QPPMC RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS - matrícula 92.158/0, da Polícia Militar do Distrito Federal, da função de Assistente Militar da Ajudância de Ordens da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como MANDAR CESSAR o pagamento da Gratificação de Representação Militar, concedida nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE OUTUBRO DE 1998

A Comissão de Avaliação de Desempenho, da Administração Regional da Candangolândia, constituída pela Ordem de Serviço de 24 de Novembro de 1998, resolve:
Publicar o resultado da Avaliação de Desempenho dos servidores abaixo relacionados.

MAT.	NOME	PERÍODO	PONTOS	CONCEITO
18.807-7	HAROLDO ALBERTO DE M. PEREIRA	16/10/97 A 15/10/98	4,90	EXCELENTE
24.404-X	SÉRGIO FERNANDES FERREIRA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
34.117-7	VERA LÚCIA E. DE FARIA LIRA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
34.582-2	ALÍRIO ALVES DA SILVA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
37.049-5	ESTELA MARIA O. DE LIMA SIQUEIRA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
39.835-7	EDMAR FIRMINO LIMA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
40.147-1	UBIRAJARA BARBOSA DE OLIVEIRA	16/10/97 A 15/10/98	4,90	EXCELENTE
40.537-X	EMERSON KUPLICH DE OLIVEIRA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
40.573-6	SUSAN DIAS SILVA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
40.594-9	VILSON EDSON RIBEIRO	16/10/97 A 15/10/98	4,57	EXCELENTE
40.812-3	ANDRÉ LUIZ GONÇALVES RODRIGUES	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
40.823-9	VIVIANE OLIVEIRA TAVARES	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
41.023-3	MARCELO GALIMBERTI NUNES	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
41.133-7	CARLOS FREDERICO S. MORGADO	16/10/97 A 15/10/98	4,80	EXCELENTE
41.192-2	GERMANA MARIA SILVA SERRANO	16/10/97 A 15/10/98	4,80	EXCELENTE
41.790.4	SEBASTIÃO ANTONIO S . FILHO	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
42.329-7	EDNA FERREIRA DA SILVA	16/10/97 A 15/10/98	4,10	BOM
42.358-0	ELDINO DIAS FURTADO	16/10/97 A 15/10/98	4,60	EXCELENTE
42.392-0	FLORISA FERREIRA DE SOUZA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
42.396-3	VIDALIO MARTINS ARRAIS	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
42.450-1	JULI RODRIGUES DOS SANTOS	16/10/97 A 15/10/98	4,90	EXCELENTE
42.460-9	FRANCISCO JACINTO P. IBIAPINA	16/10/97 A 15/10/98	4,58	EXCELENTE
42.591-5	JESUÍNO DIAS FURTADO	16/10/97 A 15/10/98	4,60	EXCELENTE
42.818-3	ADRIANA GOMES FERREIRA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
42.823-X	MARIA ALICE DE SOUZA	16/10/97 A 15/10/98	4,90	EXCELENTE
42.904-X	MEIRE LUIZA SILVA CARDOSO	16/10/97 A 15/10/98	4,90	EXCELENTE
42.967-8	ERNANDES GOMES DE SOUZA	16/10/97 A 15/10/98	4,60	EXCELENTE
43.062-5	MOISÉS FERREIRA FARIA	16/10/97 A 15/10/98	4,60	EXCELENTE
43.148-6	MARIA DAS GRAÇAS P . MOURA	16/10/97 A 15/10/98	4,60	EXCELENTE
43.271-7	OSCARINA FERREIRA LIMA DA SILVA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
43.297-0	MARIA SOARES RIBEIRO	16/10/97 A 15/10/98	4,80	EXCELENTE
43.356-X	ELISABETE DOS SANTOS OLIVEIRA	16/10/97 A 15/10/98	4,80	EXCELENTE
43.357-8	ELIANE SANTOS DA SILVA	16/10/97 A 15/10/98	4,67	EXCELENTE
43.399-3	LYANNKA YANNE BRAGA	16/10/97 A 15/10/98	4,70	EXCELENTE
43.466-3	VALDIVINO FRANCISCO DE ALMEIDA	16/10/97 A 15/10/98	4,60	EXCELENTE
43.534-1	MAURO ALMÉRIO BARBOSA DE LIMA	16/10/97 A 15/10/98	4,57	EXCELENTE
43.671-2	MARIA LOURDES SOARES COELHO	16/10/97 A 15/10/98	4,90	EXCELENTE
43.750-6	AMPHRISIO ROMEIRO FILHO	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
43.850-2	CELESTE SOUZA DA SILVEIRA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
44.218-6	MARIA DO ROSÁRIO COSTA SOUZA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
46.270-5	WELLINGTON RESENDE DE SANTANA	16/10/97 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE
39.715-6	CLAUDIA NUNES DA SILVA	01/09/98 A 15/10/98	5,00	EXCELENTE

EMERSON KUPLICH DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 94, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXXIV, Artigo 53, do Regimento Aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
DESIGNAR o servidor JUAN CARLOS DEL CARPIO NATCHEFF, matr. 42.491-1, como Executor das Obras de implantação de meios fios - QNO 05, QNO 11, QNO 13, convite 028/98, conforme processo 138.002414/98.

AILTON PASSOS JARDIM

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 77, DE 11 DE AGOSTO DE 1998

Administrador Regional de Santa Maria, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei 423, de 23 de março de 1993 e em consonância com a Lei 8.666/93 resolve:
Tornar sem efeito o Ordem de Serviço n.º 106, de 05 de novembro de 1997 e designar o servidor IVANDRO FERREIRA DE SOUSA, Chefe do Serviço de Administração de Sede, como executor e supervisor do contrato firmado entre a Administração Regional de Santa Maria e Xerox do Brasil Ltda, que tem como objeto a Locação de Máquina Copiadora, Redutora e Ampliadora de documentos, modelo X 5364, conforme consta no processo n.º 143.000.176/97.
Ao executor caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços em observância das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

MAURO ALVES PINHEIRO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 95, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO/RA-XIV, no uso das atribuições legais e combinado com artigo 9º, do Decreto n.º 13.447, de 17 de setembro de 1.991, e tendo em vista o que consta do processo n.º 144.000.300/94, resolve:
CANCELAR o pagamento da Indenização de Transporte, do(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

MATRÍCULA	NOME	DATA FINAL
43.600-3	Luiz Guilherme Wanderley	11.11.98

VIRGÍNIO GABRIEL BELTRAMI

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO DE 30 DE OUTUBRO DE 1998

Dispõe sobre a prorrogação da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar fatos constantes no processo nº 030.007.186/98
O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF, órgão paritário, deliberativo e controlador das ações de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, nos termos da Lei nº 234/92 e alterada pela Lei nº 518/93, combinada com a lei nº 8.112/90, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Prorrogar, por mais 60 dias o prazo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar fatos constantes no processo nº 030.007.186/98, instituída pela Resolução de 26 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 186 de 30 de setembro de 1998.

NEIDE VIANA CASTANHA
Presidente do CDCA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 20 de novembro de 1998

PROCESSO Nº : 030.009.196/98
INTERESSADO : CELSO MONTEIRO DA SILVA E OUTROS
ASSUNTO : DISPENSA DE PONTO

Autorizo, nos termos do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento do Distrito Federal, com dispensa de ponto, dos servidores CELSO MONTEIRO DA SILVA, matrícula nº 46.223-3, GIOVANI LEAL DA SILVA, matrícula nº 25.243-3, EDMAR ANDRADE DE ALMEIDA, matrícula nº 30.220-1, MARLI ARSÊNIO FELÍCIO, matrícula nº 30.192-2, e SILONI SOARES DA SILVA, matrícula nº 22.990-2, para participarem do 11º Congresso Nacional do Fisco – CONAFISCO, no período de 23 a 27 de novembro de 1998, na cidade de Cuiabá - MT, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção do vencimento e demais vantagens fixas.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral desta Secretaria, para as providências cabíveis.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

SEÇÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 48, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1998

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL ISDF, no uso de sua competência delegada pela Ordem de Serviço nº 216 de 22 de novembro de 1995 e tendo em vista o contido no Decreto nº 7.612, artigo 30, inciso 30 de 25 de julho de 1983, resolve:

CONCEDER SALÁRIO FAMÍLIA, ao servidor abaixo relacionado, nos termos do artigo 197 da Lei nº 8.112/90.
NOME : Monique Brito Knox
MATRÍCUL : 200853-0
DEPENDENTE: : Gabriel Knox de Souza

CONCEDER AUXILIO NATALIDADE ao servidor abaixo relacionado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 8.112/90.
NOME : Monique Brito Knox
MATRÍCULA : 200853-0
DEPENDENTE : Gabriel Knox de Souza

WILSON ANTONIO DE SALGADO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 50, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL/ISDF no uso de sua competência delegada pela Ordem de Serviço nº 216 de 22 de novembro de 1995 e tendo em vista o contido no Decreto nº 7.612, artigo 30, inciso 30 de 25 de julho de 1983, resolve:

CONCEDER SALÁRIO FAMÍLIA, ao servidor abaixo relacionado, nos termos do artigo 197 da Lei nº 8.112/90.
NOME : Adriana Fonseca Zeredo
MATRÍCUL : 200894-7
DEPENDENTE: : Arthur Fonseca Zeredo

CONCEDER AUXILIO NATALIDADE ao servidor abaixo relacionado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 8.112/90.
NOME : Adriana Fonseca Zeredo
MATRÍCULA : 200894-7
DEPENDENTE : Arthur Fonseca Zeredo

WILSON ANTONIO DE SALGADO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 26 DE AGOSTO DE 1998 (*)

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, resolve:

Conceder Licença para Trato de Interesses Particulares à servidora **EDNA FIGUEIREDO REGO**, Assistente Superior de Saúde (Médico - Clínica Médica), 2ª Classe, Padrão IV, matrícula 129.873-9, lotada na HRC, por um período de 2 (dois) anos, a partir de 01/11/98, nos termos do artigo 5º da Lei 1.864, de 19 de janeiro de 1998, conforme autos do processo nº 061.042578/98.

ANTONIO LUIZ RAMALHO CAMPOS

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF Nº 163, DE 27.8.98.

DIRETORIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do subitem 2.9 da Instrução No. 03 de 20 de março de 1998, publicada no DODF de 31.03.98, da Senhora Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e, considerando a necessidade de informatizar as Unidades de Anatomia Patológica e Citologia da FHDF, resolve:

1- Criar Grupo Técnico de Trabalho para elaborar diretrizes técnicas para subsidiar a implantação de um programa de informatização das Unidades de Anatomia Patológica e Citologia da FHDF que disponha sobre:

- Padronização dos laudos citológicos e anátomo-patológicos
- Definição da codificação a ser utilizada
- Definição dos dados técnicos necessários para controle do fluxo de exames cito e histopatológicos contendo as informações pertinentes desde a requisição dos exames até a disponibilização do laudo final.

2 - O grupo de trabalho, se necessário poderá solicitar assessoria técnica junto a especialistas na matéria e terá um prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data para a conclusão dos trabalhos.

3 - Designar os profissionais abaixo relacionados para integrarem o grupo de trabalho, sob a coordenação do primeiro:

- LEONORA MACIEL DE SOUZA VIANNA - Médica - Lotação HRS, mat. 126.716-7 FHDF
- HÉLCIO LUIZ MIZIARA - Médico - Lotação HBDF, mat. 100.034-09 FHDF
- DÉCIO FAUSTO GORINI - Médico - Lotação HMIB, mat. 122.637-1 FHDF
- MARIA FUENCISLA DE FELIPE MARTINEZ - Médica - Lotação HRG, mat. 128.806-7 FHDF
- MANUELISA BRITO DE MELO PONTES CUNHA - mat. 133.379-8 representante do CPD.

RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti
R$ 87,12

Remessa via Correios
R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDENS DE SERVIÇO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 3, de 20 de março de 1998, item 3, subitem 3.8, resolve:

1) Retificar a Progressão Funcional publicada no DODF nº 83, de 06 de maio de 1998, por haver saído com incorreção no original.
2) Conceder Progressão Funcional nos termos do artigo 2º, Decreto nº 14.647, de 25.03.93, ao servidor **SEBASTIÃO HÉLIO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE**, matrícula nº 132.405-5, Artífice-Bombeiro Hidráulico, passando da referência AIS-23 (Assistente Intermediário de Saúde II, 2ª Classe, Padrão III) para AIS-24 (Assistente Intermediário de Saúde II, 2ª Classe, Padrão IV), retroativo a 06.01.98, conforme processo nº 061.003019/97.
3) Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta Ordem de Serviço, retroagem à data em que se completou o interstício do servidor.
4) Esta Ordem de Serviço entra em vigor a partir da data de sua publicação.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item 3, subitem 3.4, da Instrução nº 03, de 20 de março de 1998, resolve:

1) Homologar o Resultado da Avaliação do Estágio Probatório do servidor **NRI FERNANDO ALVES DOS SANTOS**, matrícula nº 132.940-5 (Auxiliar de Enfermagem), lotado no HBDF - Hospital de Base do Distrito Federal), obtendo resultado final de 2,86 pontos equivalente ao conceito regular, conforme consta do processo nº 061.010652/98.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições regimentais e considerando o disposto no item 3 e subitem 3.8 da Instrução nº 03, de 31 de março de 1998, resolve:

1) Conceder Progressão Funcional nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, ao servidor **PAULO CÉSAR NUNES RESTIVO**, matrícula nº 135.295-4, Médico - Clínica Médica, admitido em 14.12.94, da referência AS-33 para AS-34, a partir de 14.12.97 até a presente data.
2) Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta Ordem de Serviço, retroagem à data em que se completou o interstício do servidor.
3) Esta Ordem de Serviço entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LEADOR MACHADO

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE - CEDRHUS, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe atribui a Instrução nº 03/98-FHDF, de 20 de março de 1998, resolve:

Autorizar a liberação do servidor RICARDO ANTÔNIO BARCELOS, Assistente Superior de Saúde (Farmacêutico), matrícula 132.286-9, com vistas a participar do VI Curso Brasileiro de Assistência Farmacêutica, a realizar-se em Curitiba, no período de 24 a 26 de novembro de 1998, já incluindo o período necessário para o trânsito.

Autorizar a liberação da servidora ANA MARIA CORDEIRO MENEZES MENDES, Assistente Superior de Saúde (Odontólogo), matrícula 131.948-5, com vistas a participar dos cursos Emergências Médicas em Consultório Odontológico, Cariologia no Modelo de Promoção de Saúde em Odontopediatria, Periodontodia, a realizar-se em Brasília, no período de 24 a 26 de novembro de 1998, já incluindo o período necessário para o trânsito.

ELZA MARIA DE SOUZA

HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA, no uso das competências regimentais e considerando o disposto no item 4.16, da Instrução Nº 03 de 20 de março de 1998, r e s o l v e:

Conceder salário família a servidora abaixo, nos termos do Artigo 197, da Lei 8.112/90:
Nome: Magda Celeste Sanches de Oliveira Mat. 352054-4
Dependente: Elias Mariano Sanches de Oliveira Souza DN: 27.10.98

CID LUIS DE SOUSA VALE

HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de 23 DE MARÇO DE 1998, item 4, subitem 4.15; Resolve: ELOGIAR através das Ordens de Serviço datadas de 31 de agosto, 11, 24, e 29 de setembro, 13, 15 e 21 de outubro de 1998, pela dedicação, eficiência e senso de responsabilidade demonstrados no exercício de suas funções junto ao Hospital de Base do Distrito Federal, os servidores abaixo relacionados:
NAIR MARTINS DE SOUZA GOMES, Artífice Operador de Máquina - Lavanderia, matrícula nº 133.262-7, ANTONIA CONCEIÇÃO SILVA, Artífice Operador de Máquina - Lavanderia, matrícula nº 133.202-3; MADALENA MARIA DE MORAIS B. RABELO, Artífice Operador de Máquina - Lavanderia, matrícula nº 133.184-1, ALCIONE VELOSO, Artífice Operador de Máquina - Lavanderia, matrícula nº 125.339-5; JOSÉ GOMES ALVES, Artífice Operador de Máquina - Lavanderia, matrícula nº 118.300-1; FRANCISCO CLAÚDIO X. DE MENEZES,

Encarregado de Lavanderia, matrícula nº 115.808-2; DIVINA LÚCIA DA SILVA RAMOS, Artífice Operador de Máquina - Lavanderia, matrícula nº 107.044-4; JUSCELINO HONÓRIO DE OLIVEIRA, AIS - Motorista, matrícula nº 132.923-5; IVANCILDO VAZ DE MEDEIROS, AIS-Motorista, matrícula nº 127.402-1; WALDIR MIGUEL MOREIRA, AIS - Motorista, matrícula nº 118.775-9; ISMAR ROBERTO MARIA, AIS - Motorista, matrícula nº 114.148-1; VANILZA CATEM, Médica Residente - Radiologista, matrícula nº 403.034-6; MARCO ANTONIO DE SOUSA, Médico Residente - Radiologista, matrícula nº 402.966-6; RONALDO HONORATO, Médico Residente - Radiologista, matrícula nº 403.101-6; MARILEI FERREIRA ADORNO, ASS - Médica Broncoesofagologista, matrícula nº 128.505-0;PAULO ROGERIO RAYOL BRAGA, ASS - Médico Broncoesofagologista, matrícula nº 128.636-6; MARIA DE LOURDES CUNHA PEREIRA, ASS - Enfermeira, matrícula nº 122.225-2; ELIZABETH FERREIRA DO NASCIMENTO, AIS - Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 130.198-5; ANDREZA PAULO DOS SANTOS, AIS - Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 130.647-2; MARIA CAMELO DE PAIVA DOS SANTOS, AIS - Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 135.955-0; ANA MARIA DA SILVA HOLANDA, AIS - Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 136.065-5; ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS, AIS - Contramestre - Obras Civis, matrícula nº 101.713-6;JOSÉ CARLOS CORTEZ, Chefe da Seção de Manutenção de Aparelhos Eletrônicos, matrícula nº 119.836-0; JOÃO DE DEUS RESENDE, Artífice Especializado - Mecânica, matrícula nº 120.067-4; LUIZ CARLOS VIEIRA SANTOS, AIS - Técnico em Radiologia, matrícula nº 350.945-1; ROBERTO DE CARVALHO KREBS, Médico Residente - Traumatologia e Ortopedia, matrícula nº 403.751-1; ALCENIR PAULO VAROTTO, AIS - Técnico em Radiologia, matrícula nº 350.936-2; VALMIR BRAZ DE MACEDO, AIS - Técnico em Radiologia, matrícula nº 350.943-5; IVANCILDO VAZ DE MDEIROS, AIS - Motorista, matrícula nº 127.420-1; SEVERINO SOBRAL DA SILVA, AIS - Motorista, matrícula nº 110.264-8; IVAN RIBEIRO, ASS - Médico Broncoesofagologista, matrícula nº 110.952-9 e ROMUALDO ABADE ALVES DA CRUZ, Artífice Especializado - Mecânica, matrícula nº 120177-8.

LUCIANO GONÇALVES DE SOUZA CARVALHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução N.° 3/98 - FHDF, Publicado no DODF de 31 de março de 1998 pág. 19 e 20. Resolve:
Conceder LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, aos Servidores abaixo relacionados lotados no HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do Art. 87 da Lei 8.112./90, combinado com a Lei 221/91, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração. Deduzidos os meses por ventura usufruídos.

Nome Servidor	Matrícula	Processo N.°	Quinquênio
IRANILDES MACHADO MORENO	110.058.1	061023881/89	4º: 22.10.91 a 21.10.96
ROSALINA LEITE DE ARAÚJO	113.714.0	061023511/90	4º: 25.10.93 a 24.10.98
ANTÔNIA DE OLIVEIRA BRAGA	120.934.5	061022639/93	3º: 03.09.93 a 02.09.98

LUCIANO GONÇALVES DE SOUZA CARVALHO

REGIONAL DE SAÚDE DA ASA SUL

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE DA ASA SUL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do subitem 4.7, da Instrução nº 3 de 20 de março de 1998, resolve:
Aplicar Pena de Suspensão de 10(dez) dias, ao servidor PAULO JOSÉ MARTINS, Assistente Superior de Saúde(Médico-Clínica-Médica), Classe Especial, Padrão V, matrícula 115775-2, por ter infringido o artigo 116, inciso I, III e XI, da Lei 8.112/90 , conforme processo nº 061.027.189/98, no período de 04.11 a 13.11.98.

LUCAS CARDOSO VERAS NETO

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE DA ASA SUL, no uso das atribuições que lhe confere o item 4 da Instrução nº 03 de 20 de março de 1998, do Sr. Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:
Autorizar os afastamentos dos servidores a seguir mencionados nos períodos abaixo discriminados já incluídos os dias necessários para trânsito.
CONCEIÇÃO DE MARIA XAVIER PEREIRA, Assistente Superior de Saúde (Médico Ter. Int. Neonatal), 1ª Classe, Padrão V, mat. 123.128-6, para participar do Curso Pré-Simpósio Morfologia das Cardiopatias Congênitas e Simpósio Internacional Cardiopatias congênitas, no período de 22 a 29.11.98, em Porto Alegre-RS.
DARIA MARIA MACEDO GARCIA, Assistente Superior de Saúde (pediatra) , Classe Especial, Padrão V, mat. 116.065-6, para participar do Congresso Mundial de Medicina Tradicional Chinesa e IV Congresso da Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura, no período de 24 a 29.11.98, em Pernambuco.
ERNESTINO VILELA FARIA, ASA-03-IN (Enfermeiro), mat. 360.695-3 e JOANA D'ARC P. DO ESPIRITO SANTO,(Diretora da D. de Enfermagem/HMIB), mat. 136815-0, para participarem do 1º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem, no período de 29.11 a 06.12.98, em Natal-RN.
ELIANA LIMA BICUDO DOS SANTOS, Assistente Superior de Saúde(Médica-Clínica-Médica), 2ª Classe, Padrão IV, mat. 128295-6, para participar do VI Congresso Brasileiro de Controle de Infecção e Epidemiologia Hospitalar, no período de 29.11 a 04.12.98, em Campos do Jordão/SP.
O DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE DA ASA SUL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através de Instrução de 11 de novembro de 1996, com base no item 7.1 da Instrução nº 20 de 24 de novembro de 1995 do Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:
Remover, Eurenisa Abadia de Oliveira, Assistente Intermediário de Saúde (Aux. de Enf.), Classe Especial, Padrão V, mat. 117.269-7, do CSB-08 da Regional de Saúde da Asa Sul para o CSB-01, da Regional de Saúde da Asa Sul.
Remover, Denise Carvalho Lyrio Marques, Assistente Superior de Saúde (Méd. Gineco-Obst.), 2ª Classe, Padrão III, mat. 129.791-1, do HMIB para o CSB-06, da Regional de Saúde da Asa Sul.
Remover, Maria do Carmo Silva, Assistente Intermediário de Saúde (Aux. de Enf.), Classe Especial, Padrão V, mat. 114.297-6, do HMIB para o CSB-08, da Regional de Saúde da Asa Sul.

LUCAS CARDOSO VERAS NETO

REGIONAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 8, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1998

Diretor Regional de Saúde de Santa Maria, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item IV da Instrução nº 03 de 20 de Março de 1998, do senhor Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:
Designar a servidora Rosane Pescador, Assistente Superior de Saúde - Nutricionista, Matrícula nº 134.889-2, para coordenar as ações do NETS.

HÉLIOS DE SOUZA FLEURY

HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE OUTUBRO DE 1998

O Diretor da Divisão de Recursos Humanos do Hospital Materno - Infantil de Brasília, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas através da Ordem de Serviço do Diretor/HMIB de 23-08-95 resolve :

Conceder SALÁRIO FAMÍLIA aos servidores abaixo relacionados, lotados na Direção Regional de Saúde da Asa Sul, nos termos do artigo 197 da Lei n.º 8112/90.

Delinan Lima Mota, matrícula: 113.854-5, lotação: HMIB, dependente: Gustavo Mota Fernandes de Sousa, filho, nascido em 10.10.98, a partir de 20.10.98.

Valter Câmara Mafra, matrícula: 122.792-1, lotação: HMIB, dependente: Hannah Mariah Cyrino Mafra, filha, nascida em 15.07.98, a partir de 20.07.98.

Verônica Alves Corrêa de Oliveira, matrícula: 129.676-1, lotação: HMIB, dependente: Juliana Corrêa Guedes, filha, nascida em 02.04.98, a partir de 08.10.98.

Dalvani Martins Xavier do Amaral, matrícula: 132.949-9, lotação: HMIB, dependente: Matheus Martins Xavier da silva, filho, nascido em 17.11.97, a partir de 12.08.98.

Cleide Irene Xavier, matrícula: 133.905-2, lotação: CSB-07, dependentes: Rebeca Xavier Nardelli, filha, nascida em 04.03.95 e Lucas Xavier Nardelli, filho, nascido em 17.06.98, a partir de 28.07.98.

Adriana de Carvalho, matrícula: 135.046-3, lotação: HMIB, dependente: Fernanda Heloísa de Carvalho Silva, filha, nascida em 19.09.98, a partir de 08.10.98.

Conceder SALÁRIO FAMÍLIA ao contratado temporariamente vinculado ao RGPS, nos termos do artigo 79 do Decreto nº 2.172 de 05.03.97.
Chrismá Lessa de Souza Santos, matrícula 352.182-6, lotação: HMIB, dependente: Vitória Gabrielle Lessa de Souza Santos, filha, nascida em 29.09.98, a partir de 09.10.98.

Conceder AUXÍLIO NATALIDADE aos servidores abaixo relacionados, lotados na Direção Regional de Saúde da Asa Sul, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 8112/90.
Shirley Mclaine de Queiroz Rocha, matrícula: 136.633-5, nome do filho: Gustavo Caio de Queiroz Rocha Silva, data de nascimento do filho: 22.09.98.

FRANCISCO DAS CHAGAS P. E. SANTO

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

INSTRUÇÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o que estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e o que consta do Memo nº 216/CDS Brasília, resolve:
Autorizar o afastamento da servidora MARIANA DE FÁTIMA PEREIRA LEMOS, matrícula nº 5974-9, do Cargo Comissionado de Supervisora do Serviço de Internação Estrita do CAJE, DFG-07, por motivo de Licença Prêmio, no Período de 22/09/98 a 20/12/98, com base no artigo 7º da Instrução nº 11 de 13 de setembro de 1994.

MARIA JOSÉ VIEIRA FÉRES

INSTRUÇÃO DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso IV, do Estatuto desta Fundação e o contido no processo nº 101.001213/98, resolve:
EXONERAR, os servidores VAGNER HENRIQUE HERRERO e RAIMUNDO MARINHO MIRANDA, do Cargo de Atendente de Reintegração Social, Especialidade-Agente Social, Terceira Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, a contar de 14/06/98 e 19/08/98 respectivamente, com base no Artigo 6º, parágrafo 2º da Lei nº 1.799, de 23 de dezembro de 1997.

MARIA JOSÉ VIEIRA FÉRES

DIRETORIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE SETEMBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere artigo 1º , inciso IV, da Instrução nº 2 de 10 de março de 1998 e o contido no processo nº 101.000982/98, resolve:

Declarar VACÂNCIA do cargo Público de Assistente Básico em Serviços Sociais, Especialidade-Vigia, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Provimento Efetivo da Fundação do Serviço Social, ocupado pelo ex-servidor ANTONINO CHAGAS, matrícula 4865-8, por motivo de falecimento, a contar de 26/08/1998, nos termos do artigo 33, inciso IX, da Lei 8.112/90.

JACKSON FIGUEIREDO DA COSTA JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 4 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso VII, da Instrução nº 2 de 10 de março de 1998, e conforme Memo nº 082-CDS Santa Maria, datado de 09 de agosto de 1998, resolve:

DESIGNAR o servidor HÉLIO CARVALHO GONÇALVES, matrícula nº 6593-5, Assistente Intermediário em Serviços Sociais, Especialidade-Agente Social, para substituir à servidora ELIZABETE JOSÉ MARQUES, matrícula nº 6254-5, no Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Supervisor do Serviço de Internação Estrita do CAJE, no período de 10/09/98 a 24/10/98, por motivo de Licença Médica, com base no artigo 1º do Decreto nº 17.603 de 15/08/96.

JACKSON DE FIGUEIREDO COSTA JÚNIOR

INSTRUÇÕES DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso VII, da Instrução nº 2 de 10 de março de 1998, e conforme Memo nº 021/PROJU, datado de 04 de novembro 1998, resolve:

DESIGNAR a servidora LUCIANA RIBEIRO MELO DE MORAES, matrícula nº 7954-5, Procuradora Fundacional, para substituir o servidor HELENO GILBERTO BARCELOS, matrícula nº 8335-6, no Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Chefe da Procuradoria Jurídica, no período de 07/12/98 a 05/01/99, por motivo de férias regulamentares, com base no Decreto nº 17.603 de 15/07/97.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso VII, da Instrução nº 2 de 10 de março de 1998, e conforme Memo nº 216/98 do CDS/Brasília, datado de 11 de novembro 1998, resolve:

DESIGNAR a servidora VIRGÍNIA COSTA CONCEIÇÃO, matrícula nº 1541-5, Assistente Intermediário em Serviços Sociais, Especialidade-Agente Administrativo, para substituir à servidora MARIANA DE FÁTIMA PEREIRA LEMOS, matrícula nº 5974-9, no Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Supervisora do Serviço de Internação Estrita do CAJE, no período de 22/09/98 a 20/12/98, por motivo de Licença Prêmio, com base no artigo 7º parágrafo único da instrução nº 11 de 13 de setembro de 1998.

JACKSON DE FIGUEIREDO COSTA JÚNIOR

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso III, alínea "b", da Instrução nº 2 de 10 de março de 1998, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora MARIA ALVES DA CUNHA, matrícula nº 4067-3, referente ao 2º QUINQUÊNIO: 01/09/92 a 31/08/97, processo nº 101.000744/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor ANTONIO BEZERRA DA SILVA, matrícula nº 6043-7, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 20/09/93 a 19/09/98, processo nº 101.002126/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor CLEUSVALDINO PAULINO DA SILVA, matrícula nº 4118-1, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 17/01/93 a 16/01/98, processo nº 101.001115/95.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora MARIA GORETTE C. CAVALCANTE, matrícula nº 5412-7, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 28/09/93 a 27/09/98, processo nº 101.000833/93.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor LOURIVAL SANTANA DA CRUZ, matrícula nº 1465-6, referente ao 4º QUINQUÊNIO: 19/04/89 a 18/04/94, processo nº 101.002510/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor SEBASTIÃO BISPO BELTRÃO, matrícula nº 4317-6, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 10/06/93 a 09/06/98, processo nº 101.000129/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor LUIZ PEREIRA DE CARVALHO, matrícula nº 4333-8, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 10/06/93 a 09/06/98, processo nº 101.000533/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor LUIZ MARCIANO BENTO, matrícula nº 4817-8, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 10/06/93 a 09/06/98, processo nº 101.000529/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor FRANCISCO GOMES DE MESQUITA, matrícula nº 4358-3, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 10/06/93 a 09/06/98, processo nº 101.000172/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor ADELSON FERREIRA BRAUNA, matrícula nº 7463-2, referente ao 2º QUINQUÊNIO: 15/12/92 a 14/12/97, processo nº 101.002790/92.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 08 de outubro de 1992, publicada no DODF, de 13/10/92, página 25, referente a Licença Prêmio concedida à servidora MARIA DE FÁTIMA MELO ARAÚJO, matrícula nº 2264-0, ONDE SE LÊ: "2º QUINQUÊNIO: 08/05/83 a 07/05/88", LEIA-SE: 2º QUINQUÊNIO: 08/05/83 a 07/06/88, e Ordem de Serviço de 1º de setembro de 1995, publicado no DODF, de 06/09/95, página 48, ONDE SE LÊ: "3º QUINQUÊNIO: 08/05/88 a 07/05/93", LEIA-SE: 08/06/88 a 07/06/93, processo nº 101.000807/91.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 16 de fevereiro de 1994, publicada no DODF, de 22/02/94, página 16, referente a Licença Prêmio concedida ao servidor BELINO ALVES DA SILVA, matrícula nº 4591-8, ONDE SE LÊ: "2º QUINQUÊNIO: 10/06/83 a 09/06/88", LEIA-SE: 2º QUINQUÊNIO: 10/06/83 a 09/09/93, processo nº 101.000566/92.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 10 de dezembro de 1992, publicada no DODF, de 17/12/92, página 13, referente a Licença Prêmio concedida ao servidor ALFREDO FERREIRA VIEIRA, matrícula nº 5299-X, ONDE SE LÊ: "1º QUINQUÊNIO: 03/06/83 a 02/06/88", LEIA-SE: 1º QUINQUÊNIO: 13/06/83 a 12/08/88, e Ordem de Serviço de 27 de abril de 1995, publicado no DODF, de 28/04/95, página 26, ONDE SE LÊ: "2º QUINQUÊNIO: 13/06/88 a 12/06/93", LEIA-SE: 2º QUINQUÊNIO: 13/08/88 a 12/08/93, processo nº 101.002354/92.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 29 de julho 1992, publicada no DODF, de 31/07/92, página 31, referente a Licença Prêmio concedida ao servidor ANTONIO DE SOUZA GUEDES, matrícula nº 3594-7, ONDE SE LÊ: "1º QUINQUÊNIO: 11/08/81 a 10/08/86 , 2º QUINQUÊNIO: 11/08/86 a 10/08/91", LEIA-SE: 1º QUINQUÊNIO: 11/08/81 a 10/01/87, 2º QUINQUÊNIO: 11/01/87 a 10/01/92, processo nº 101.0004300/91.

RETIFICAR a Instrução de 27 de março de 1991, publicada no DODF, de 10/04/91, página 29, referente a Licença Prêmio concedida à servidora JOSEFA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 1272-6, ONDE SE LÊ: "1º DECÊNIO: 22/10/73 a 22/10/83", LEIA-SE: 1º QUINQUÊNIO: 22/10/73 a 21/10/78, 2º QUINQUÊNIO: 22/10/78 a 21/10/83, processo nº 101.002341/90.

RETIFICAR a Instrução de 09 de maio de 1991, publicada no DODF, de 22/05/91, página 30, referente a Licença Prêmio concedida à servidora MARIA DA CONCEIÇÃO FERRAZ ALVES, matrícula nº 2359-0, ONDE SE LÊ: "1º DECÊNIO: 04/03/80 a 04/03/90", LEIA-SE: 1º QUINQUÊNIO: 18/09/78 a 17/04/84, 2º QUINQUÊNIO: 18/04/84 a 17/04/89, e Ordem de Serviço de 23 de março de 1995, publicada no DODF, de 28/03/95, página 40, ONDE SE LÊ: "3º QUINQUÊNIO: 18/09/88 a 17/09/93", LEIA-SE: 3º QUINQUÊNIO: 18/04/89 a 17/04/94, processo nº 101.000974/91.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 08 de dezembro de 1995, publicada no DODF, de 12/12/95, página 45, referente a Licença Prêmio concedida ao servidor JOSÉ DE FRANÇA BARBOSA SOBRINHO, matrícula nº 4015-0, ONDE SE LÊ: "2º QUINQUÊNIO: 01/03/89 a 28/05/94", LEIA-SE: 2º QUINQUÊNIO: 01/03/89 a 30/06/94, processo nº 101.003088/92.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 25 de maio de 1993, publicadano DODF, de 31/05/93, página 11, referente a Licença Prêmio concedida ao servidor VALDIVINO NUNES DOS SANTOS, matrícula nº 7496-9, ONDE SE LÊ: "1º QUINQUÊNIO: 04/02/88 a 03/02/93", LEIA-SE: 1º QUINQUÊNIO: 04/02/88 a 03/08/93, processo nº 101.000509/93.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 30 de outubro de 1992, publicada no DODF, de 13/11/92, página 10, referente à Licença Prêmio concedida ao servidor ELISMAR PAULO DOS SANTOS, matrícula nº 4475-X, ONDE SE LÊ: "1º QUINQUÊNIO: 10/06/83 a 09/05/88", LEIA-SE: 1º QUINQUÊNIO: 10/06/83 a 09/06/88, processo nº 101.002401/92.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 13 de outubro de 1993, publicada no DODF, de 19/10/93, página 26, referente à Licença Prêmio concedida à servidora ELIANE PEREIRA LOPES DE SOUZA, matrícula nº 4055-X, ONDE SE LÊ: "1º QUINQUÊNIO: 30/09/88 a 29/09/93", LEIA-SE: 1º QUINQUÊNIO: 03/10/88 a 02/10/93, processo nº 101.002064/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor JOÃO MÁRCIO COSTA E SOUZA, matrícula nº 4097-5, referente ao 1º QUINQUÊNIO: 07/12/82 a 06/12/87, 2º QUINQUÊNIO: 03/11/88 a 02/11/93, 3º QUINQUÊNIO: 03/11/93 a 02/11/98, processo nº 101.001126/98.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora ELIANA PEREIRA L. DE SOUZA, matrícula nº 4055-X, referente ao 2º QUINQUÊNIO: 03/10/93 a 02/10/98, processo nº 101.002064/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor ELISMAR PAULO DOS SANTOS, matrícula nº 4475-X, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 10/06/93 a 09/06/98, processo nº 101.002401/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor VALDIVINO NUNES DOS SANTOS, matrícula nº 7496-9, referente ao 2º QUINQUÊNIO: 04/08/93 a 03/10/98, processo nº 101.000509/93.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora JOSEFA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 1272-6, referente ao 5º QUINQUÊNIO: 22/10/93 a 21/10/98, processo nº 101.002341/90.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor ANTONIO DE SOUZA GUEDES, matrícula nº 3594-7, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 11/01/92 a 10/01/97, processo nº 101.004300/91.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora MARIA DE FÁTIMA MELO ARAÚJO, matrícula nº 2264-0, referente ao 4º QUINQUÊNIO: 08/06/93 a 07/06/98, processo nº 101.000807/91.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor ALFREDO FERREIRA VIEIRA, matrícula nº 5299-X, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 13/08/88 a 12/08/98, processo nº 101.002354/92.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor BELINO ALVES DA SILVA, matrícula nº 4591-8, referente ao 3º QUINQUÊNIO: 10/09/93 a 09/09/98, processo nº 101.000566/92.

ROSSI DA SILVA ARAÚJO

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso III, alínea "c", da Instrução nº 2 de 10 de março de 1998, resolve:

Averbar Tempo de Serviço prestado pelos servidores abaixo relacionados, com base na Lei 8.112/90,

adotada no âmbito do Distrito Federal, a partir de 01.01.92, através da Lei 197, de 04.12.91;
SERVIDORA : NERITA DOS SANTOS BELDA
MATRÍCULA : 02105-9
PROCESSO : 101.001186/98
335 dias contados somente para aposentadoria, conforme certidão expedida em Brasília-DF, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em 17/09/98.
SERVIDOR : OSVALDO DE PAULA SILVEIRA
MATRÍCULA : 02378-7
PROCESSO : 101.001195/98
908 dias contados para adicionais e aposentadoria, conforme certidão expedida em Brasília-DF, pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em 05/10/98.
SERVIDOR : ADEMILSON JOSÉ MIRANDA
MATRÍCULA : 03937-3
PROCESSO : 101.001206/98
516 dias contados somente para aposentadoria, conforme certidão expedida no Gama-DF, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em 27/08/98.
SERVIDOR : ABADIO BELTRÃO MENDES
MATRÍCULA : 04622-1
PROCESSO : 101.001176/98
1.159 dias contados somente para aposentadoria, conforme certidão expedida em Planaltina-DF, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em 26/08/98.
SERVIDOR : JOSÉ AUGUSTO DA COSTA
MATRÍCULA : 04751-1
PROCESSO : 101.001207/98
1.704 dias contados somente para aposentadoria, conforme certidão expedida em Brasília-DF, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em 14/10/98.
SERVIDOR : JOSÉ LUIZ RODRIGUES
MATRÍCULA : 06223-5
PROCESSO : 101.000915/91
2.007 dias contados somente para aposentadoria, conforme certidão expedida em Brasília-DF, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em 14/08/98; 365 dias contados somente para aposentadoria, conforme certidão expedida em Brasília-DF, pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN, em 30/09/98; e 07 dias contados para adicionais e aposentadoria, conforme certidão expedida em Brasília-DF, pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em 09/10/98.

ROSSI DA SILVA ARAÚJO

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3°, inciso III, alínea "d" da Instrução n° 2 de 10 de março de 1998, resolve:
CONCEDER Salário-Família aos servidores abaixo relacionados, nos termos do artigo n° 197 da Lei 8.112/90.

NOME:	**ABDON ALVES DE MELO**
MATRÍCULA:	**8723-8**
DEPENDENTE:	**CYNTHIA PEREIRA DE MELO**
NOME:	**ANTONIO FERREIRA DE SOUSA**
MATRÍCULA:	**8265-1**
DEPENDENTE:	**MARCOS EDUARDO DE SOUSA ASSUNÇÃO**
NOME:	**LINDALVA DE AZEVEDO DAMASCENO**
MATRÍCULA:	**8164-7**
DEPENDENTE:	**LETÍCIA MARIA DAMASCENO DA SILVA**
NOME:	**BENEDITO DE JESUS MARQUES CARDOSO**
MATRÍCULA:	**8408-5**
DEPENDENTE:	**LUCAS CUNHA CARDOSO**
NOME:	**EMANUEL LIMA**
MATRÍCULA:	**6377-0**
DEPENDENTE:	**CARLOS VÍTOR TEIXEIRA LIMA**
NOME:	**TÂNIA CRISTINA DE LIMA RODRIGUES**
MATRÍCULA:	**5923-4**
DEPENDENTE:	**MARCOS DE LIMA RODRIGUES**
NOME:	**ABADIA MARIA DA SILVA DE OLIVEIRA**
MATRÍCULA:	**7173-0**
DEPENDENTE:	**ANA JÚLIA DA SILVA**
NOME:	**DORI EDSON OLIVEIRA SOUZA**
MATRÍCULA:	**8252-X**
DEPENDENTE:	**MARCUS VINÍCIUS NOVAES SOUZA**
NOME:	**JOÃO TIAGO DIAS JUNIOR**
MATRÍCULA:	**8737-8**
DEPENDENTE:	**ANDREZA ANDREIA ALVES DIAS**
NOME:	**RENATA MENEZES RÊGO**
MATRÍCULA:	**8708-4**
DEPENDENTE:	**RENAN MENEZES DE ARAÚJO**

ROSSI DA SILVA ARAÚJO

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 16 DE NOVENBRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 66, Inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20-12-93 e tendo em vista o encerramento do exercício de 1998, resolve: Designar os servidores EDSON ENEDINO DAS CHAGAS, matrícula nº 94.056-9, FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE, matrícula nº 94.205-7, LUIZ RIBEIRO FEITOSA, matrícula nº 94.277-4, ANTONIO MARIA DA SILVA, matrícula nº 93.352-X e JOÃO BATISTA SOUZA BRANDÃO, matrícula nº 93.834-3, para sob a presidência do primeiro, comporem comissão para realização do inventário físico-financeiro, no período de 24-12-1998 a 10-01-1999.

MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998
O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL, DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, resolve:
CANCELAR Salário Família dos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	SERVIDOR/DEPENDENTE	A CONTAR DE:
25.530-0	José Kennedy de Oliveira Nóbrega	
	Heloísa Maria da Costa	Agosto/98
27.670-7	Franca Fonseca	
	Elza Silva Fonseca	Agosto/98
23.449-4	Laércio Pery	
	Paula Constantina Muniz Pery	Setembro/98
23.871-6	Wanderley Leal Chagas	
	Jupitiara de Moura Chagas	Outubro/98
39.486-6	Hildeci José Rezende	
	Heloísa Adriana dos Santos Rezende	Outubro/98
24.285-3	Otacílio Soares Mota	
	Maria Cleam Guimarães Mota	Novembro/98
25.500-9	Lázaro de Assis dos Santos Costa	
	Kênia de Paula Costa	Novembro/98
57.153-9	Augusto César de Magalhães Farias	
	Eduardo Augusto Xavier Farias	Novembro/98

CONCEDER Salário Família aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	SERVIDOR/DEPENDENTE	A CONTAR DE:
23.497-4	Waldemir Vilarins da Silva	
	Luana Vilarins dos Santos	Agosto/98
23.499-0	Marcondes Pereira Conde	
	Fernanda Sampaio Conde	Agosto/98
	Camila Torres Conde	Agosto/98
23.822-8	Geovan Baptista Cordeiro	
	Davi Ferreira Cordeiro	Agosto/98
24.097-4	Inácio Tereziano Moreira	
	Nathália Maria Alves Moreira	Agosto/98
24.499-6	Antônio Carlos Bueno	
	Pedro Augusto dos Santos Bueno	Agosto/98
25.530-0	José Kennedy de Oliveira Nóbrega	
	José Renato da Costa Nóbrega	Agosto/98
27.591-3	Denis Batista de Oliveira	
	Angela Telma Berger de Oliveira	Agosto/98
	Andrei Berger de Oliveira	Agosto/98
31.631-8	Cleigue de Medeiros	
	Laís Carvalho de Medeiros	Agosto/98
31.673-3	Carlos Alberto Fortuna Lourenço	
	Felipe Ramos Fortuna Lourenço	Agosto/98
	Francisca Cleire Rodrigues Dias Fortuna	Agosto/98
35.358-2	Belchior Caixeta dos Reis	
	João Pedro Marinho Caixeta	Agosto/98
35.894-0	Lúcio Ronaldo de Sousa	
	Yorrane Kássia Henrique de Sousa	Agosto/98
46.847-9	Ernane Barbosa Soares	
	Rafael Guimarães de Menezes Soares	Agosto/98
47.160-7	Anderson Jorge Damasceno Espíndola	
	Débora Leila Soares da Silva Espíndola	Agosto/98
47.295-6	Antônio Gilberto da Silva Couto	
	Antônio Gilberto da Silva Couto Júnior	Agosto/98
47.453-3	Zeneide Azevedo Marques Cardoso	
	Caroline Cristine Marques Cardoso	Agosto/98
48.065-7	Andiara Maria Araújo Sampaio	
	Lucas Emmanuel Araújo Pereira	Agosto/98
48.196-3	Jemina de Jesus Santos	
	Guilherme de Jesus Santos	Agosto/98
48.354-0	Gleides Maria da Silva	
	Shara Gabriella Pereira dos Santos	Agosto/98
23.148-7	José Cleumar de Oliveira Silva	
	Sarah Sabrine Barbosa de Oliveira	Setembro/98
23.449-4	Laércio Pery	
	Patrícia Pery	Setembro/98
23.608-x	Antônio Manoel de Jesus	
	Marco Antônio de Almeida Jesus	Setembro/98
24.290-x	Hipólito dos Santos Araújo Neto	
	Iago Leonam Santos Araújo	Setembro/98
	Matheus Hassan Santos Araújo	Setembro/98
24.344-2	Carlúcio Braz	
	Deila Maria Braz de Queiroz	Setembro/98
27.205-1	Carlos Brilhante	
	Ana Luisa dos Santos Brilhante	Setembro/98
27.656-1	Adailton da Silva Araújo	
	Jasmine de Sá Araujo	Setembro/98
27.659-6	João Gilberto Severino da Silva	
	João Vítor Andrade da Silva	Setembro/98
31.043-3	Nelson Brandão Pereira	
	Nelson Brandão Carvalho	Setembro/98
31.400-5	Levi Soares da Silva	
	Bianca Christine da Silva Soares	Setembro/98
31.419-6	Eliezer Leite Honório	
	Rebeca de Souza Leite	Setembro/98
31.592-3	Solange Angélica de Toledo	

	Natália Toledo Godoi	Setembro/98
	Felipe Toledo Godoi	Setembro/98
34.151-7	Joneides Fernandes da Silveira	
	Vívian Alves da Silveira	Setembro/98
34.182-7	Luiz Wanderley dos Santos	
	Nilza Maria Garcia dos Santos	Setembro/98
34.339-0	Maria Rebeca Martins Irineu Araujo	
	Marcos Vinícius Martins Irineu Araújo	Setembro/98
38.986-2	Declever Fernandes Marra	
	Marcela Cruz de Melo Fernandes Marra	Setembro/98
39.565-x	Flávia Andrade Seixas Maia	
	Marcela Seixas Maia da Silva	Setembro/98
46.936-x	Enoque Maia Soares	
	Pedro Bertoldo Maia	Setembro/98
47.269-7	Flávio Alves Cardoso	
	Nátalie Sarah dos Santos Cardoso	Setembro/98
47.342-1	Nádia Aguiar	
	Lyandra Aguiar Feitosa	Setembro/98
47.415-0	Francisco Carlos Ferreira	
	Beatriz de Souza Ferreira	Setembro/98
47.606-4	Ivonaldo da Costa Ximenes	
	Mateus Penaforte Ximenes	Setembro/98
47.795-8	Antônio Flaviano Alves de Lima	
	Geovanne Brasil de Lima	Setembro/98
57.153-9	Augusto César de Magalhães Farias	
	Eduardo Augusto Xavier Farias	Setembro/98
22.958-x	Lahir de Souza Luz	
	Lahís Lopes Luz	Outubro/98
	Dáphine Lopes Luz	Outubro/98
23.504-0	Brás Justino da Costa	
	Júlia Enaile Correa Costa	Outubro/98
23.599-7	Carlos Serafim Bezerra Silveira	
	Caio Joseph Alves Silveira	Outubro/98
25.543-2	Francisco Pereira de Souza	
	Karen Cristine Saraiva de Sousa	Outubro/98
25.924-1	Roberto Gonçalves Zaidan	
	Caio Nóbrega Zaidan	Outubro/98
26.595-0	Kátia Regina Miranda de Almeida	
	Mariah Miranda de Almeida	Outubro/98
25.926-8	Lúcio Silva de Oliveira	
	Lucas Pereira de Oliveira	Outubro/98
27.191-8	Ricardo Yamamoto	
	Beatriz Alves Marques Yamamoto	Outubro/98
27.216-7	Paulo Cezar da Silva	
	Joelma Rocha do Nascimento	Outubro/98
	Natália Rocha do Nascimento Silva	Outubro/98
27.617-0	Elgin Lisomar Costa dos Santos	
	Rodrigo Augusto Braga dos Santos	Outubro/98
31.482-x	Silvano de Jesus Moura	
	Pedro Henrique Pereira Moura	Outubro/98
34.239-4	Edileuza de Paula	
	Leandro Rafael de Paula	Outubro/98
34.245-9	Edson Rocha da Silva	
	Gustavo Caio de Queiroz Rocha Silva	Outubro/98
34.454-0	Sueli Leal França Vasconcelos	
	Carolina França Vasconcelos	Outubro/98
35.208-x	Márcio Antônio Silvestre	
	Matheus Ribeiro Pereira Silvestre	Outubro/98
39.269-3	David Mansur	
	Vinicius Magalhães Mansur	Outubro/98
	Bruno Magalhães Mansur	Outubro/98
44.224-0	Samoel Rodrigues da Silva	
	Thiago Rodrigues da Silva	Outubro/98
46.781-2	Epitácio José de Lira Filho	
	Desirée Nunes de Almeida Lira	Outubro/98
47.195-x	Ulimar Luiz da Silva	
	João Pedro de Castro da Silva	Outubro/98
47.277-8	Washington Luiz Alves da Costa Lima	
	Vanessa da Costa Lima	Outubro/98
47.449-5	Vânia Câmber	
	Larissa Câmber Borba	Outubro/98
47.616-1	Hélio André Silva	
	Maria Luiza André Moura Silva	Outubro/98
47.738-9	Adomício Pereira de Sousa	
	Leia de Menezes Fonseca de Sousa	Outubro/98
48.075-4	Valdek Pereira da Silva	
	Amira Jamille Cantanhede de Souza Silva	Outubro/98
48.085-1	Robson Silva Martins	
	João Robson Santos Martins	Outubro/98
48.118-1	Claudio Dias dos Santos	
	Kely Silene Rosa Sales Santos	Outubro/98
48.291-9	Lázaro Antônio Evangelista Filho	
	Hugo Alves Evangelista	Outubro/98
48.501-2	Kátia Matrosov de Moura Mazépas	
	Arthur René Matrosov Mazépas	Outubro/98
57.025-7	Rodolfo Moreira do Vale	
	Jaimara Vieira da Rocha	Outubro/98
19.380-1	Gilvan de Castro Mello	
	Mikael Marques Mello	Novembro/98
22.306-9	Marcos Quirino Passos	
	Lorena de Jesus Passos	Novembro/98
23.561-x	Vicente Salgueiro Bano Salgado	
	Gustavo Tavares Bano Salgado	Novembro/98
	Maria Cristina Tavares Salgado	Novembro/98
25.472-x	Gerson Mário Alves de Lima Sobrinho	
	André Vitor Trajano de Lima	Novembro/98
25.490-8	Francisco de Assis Silva de Carvalho	
	Felipe Teixeira Carvalho	Novembro/98
30.593-6	Luzia Filgueira de Melo	
	Samuel de Melo	Novembro/98
25.515-7	Públio Cezar de Araújo Moreno	
	Adna Sirley Ferreira Moreno	Novembro/98
27.193-4	Sérgio Roberto Mendes	
	Paulo Roberto de Souza Mendes	Novembro/98
27.699-5	José Roberto da Silva	
	Saulo Pessoa Rodrigues da Silva	Novembro/98
31.466-8	Cícero Paz	
	Jéssica Batista Paz	Novembro/98
31.489-7	Flávio Nilo dos Santos	
	Ana Luisa da Silva Santos	Novembro/98
31.656-3	José de Souza Santos	
	Lucas Pereira Santos	Novembro/98
31.664-4	Flávio Henrique Pimentel do Nascimento	
	Guilherme Henrique Vieira Pimentel	Novembro/98
31.852-3	Aurilene Alves da Silva	
	Guilherme Gonçalves da Silva	Novembro/98
34.168-1	Jorge Luiz Rodrigues de Sousa	
	Yuri Serka do Carmo Rodrigues	Novembro/98
34.242-4	Tony Charley Guimarães de Santana	
	Aline Guimarães de Santana	Novembro/98
34.247-5	Vânia Cristine Cavalcante Anchieta	
	Álvaro Anchieta Benites	Novembro/98
34.250-5	Israel Luna da Costa	
	Milena Rocha Luna da Costa	Novembro/98
34.270-x	Marco Túlio Silva Oliveira	
	Cairo Túlio Gomes Barros Oliveira	Novembro/98
34.380-3	Wolmy Martins de Souza	
	Aline Stephanie Martins de Souza	Novembro/98
35.154-7	Delvany Neres Moreira Castro	
	Bárbara Neres Moreira Castro	Novembro/98
35.332-9	Luis Carlos Carvalho Rodrigues	
	Isabela Cristina Campos Carvalho	Novembro/98
	Glaciene Campos Carvalho	Novembro/98
35.650-6	Andréia Ribeiro dos Santos	
	Igor Fernando Santos Souza	Novembro/98
35.981-5	Clayton Rinaldi de Oliveira	
	Cassia Soares Rinaldi de Oliveira	Novembro/98
36.248-4	Jalon Silva de Oliveira	
	Regina Célia Mendonça de Oliveira	Novembro/98
36.514-9	Adilson Alves de Oliveira	
	Matheus Costa de Oliveira	Novembro/98
46.800-2	Reginaldo Martins Laia	
	Giselma Souza Martins	Novembro/98
	Kennedy Souza Laia	Novembro/98
46.893-2	Moessan Alves de Almeida	
	Jusinelma Ribeiro de Almeida	Novembro/98
47.346-4	Hugo Cardoso da Rocha	
	Weverson Hugo Cardoso da Rocha	Novembro/98
47.437-1	Adoniran Queiroz da Cunha	
	Beatriz Gomes da Cunha	Novembro/98
47.520-3	Nelson dos Santos Bitencourt Filho	
	Bruno Victor Gonçalves Bitencourt	Novembro/98
47.534-3	Sergio Lopes Filgueiras	
	Letícia de Araújo Gois Filgueiras	Novembro/98
	Rodrigo de Araujo Gois de Oliveira	Novembro/98
47.629-3	Isabel Cristina Aguiar da Silva Ferraz	
	Pietro Aguiar Ferraz	Novembro/98
47.823-7	Geraldo Generoso de Andrade	
	Laryssa Martins Generoso de Andrade	Novembro/98
47.889-x	Ildeu Lúzio	
	Marcela Silva Lúzio	Novembro/98
48.048-7	Cleiber Rinaldi de Oliveira	
	Gustavo Pimentel Rinaldi	Novembro/98
48.396-6	Maurício Araújo Rocha	
	Magida Abou Said	Novembro/98
57.117-2	Neilton Alves Martins	
	Lucas Rosa Martins	Novembro/98
57.153-9	Augusto Cesar de Magalhães Farias	
	Lucas Henrique Xavier Farias	Novembro/98

MARCO AURÉLIO MARTINS DE ARAÚJO

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, resolve: 1 - Tornar sem efeito o resultado da Avaliação de Desempenho do servidor TADEU VIANA BEZERRA, Técnico de Administração Pública, mat. 27.390-2, lotado nesta Instituição referente ao período de 15/10/95 a 15/10/96, publicado no DODF 100/97, devido ao mesmo estar cumprindo ao mandato de prisão, a pena de reclusão de 02 anos e 03 meses, a partir de 13.05.94, conf. Of. 418/94 DGPC, de 31.05.94. 2 – Caberá à DIPES/DAG efetuar os registros.

1 - Tornar sem efeito o resultado da Avaliação de Desempenho do servidor CARLOS EDSON DA C. VALENTIM, Técnico de Administração Pública, mat. 31.135-9, referente ao período de 15/10/96 a 14/10/97, publicado no DODF 179/98, Conceito: Excelente, devido ao mesmo ter sido removido para a SEA/GDF em 15.10.96, conf. Of. 1272/96-DAG. 2 – Caberá à DIPES/DAG efetuar os registros.

1 - Tornar sem efeito o resultado da Avaliação de Desempenho do servidor TADEU VIANA BEZERRA, Técnico de Administração Pública, mat. 27.390-2, lotado nesta Instituição referente ao período de 15/10/94 a 15/10/95, publicado no DODF 201/95, devido ao mesmo estar cumprindo ao mandato de prisão, a pena de reclusão de 02 anos e 03 meses, a partir de 13.05.94, conf. Of. 418/94 DGPC, de 31.05.94. 2 – Caberá à DIPES/DAG efetuar os registros. MARIA MARISE DA SILVA FREITAS (presidente), AGNALDA DE MORAES (membro), MARIA NEUSA DA PAZ COSTA (membro), NILSON RODRIGUES NUNES (membro) e MARY MABEL DE OLIVEIRA MORIANI (membro).

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

PORTARIA DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

ELOGIAR os servidores abaixo relacionados, tendo em vista a competência e a dedicação demonstradas durante participação no desenvolvimento do Programa Mala do Livro – Biblioteca Domiciliar no Distrito Federal.

CLÁUDIO RIBEIRO SANTANA	Matrícula nº 43.833-2
CLEIDE CRISTINA SOARES	Matrícula nº 13.253-49
DALVA ANTONIA DE S. MAITO	Matrícula nº 39.059-3
EDJALMA MARIANO DE OLIVEIRA	Matrícula nº 39.878-0
ELIZABETH FREIRE GAMEIRO	Matrícula nº 90.641-7
ELISETE TEIXEIRA	Matrícula nº 58.680-3
FRANCISCO CARLOS BONFIM COSTA	Matrícula nº 14.596-3
IVAN DA SILVA	Matrícula nº 49.574-3
LÍGIA NEVES DE JESUS	Matrícula nº 41.747-5
LUZIA DE BRITO AYRES	Matrícula nº 34.052-9
MARIA JOSÉ LIRA VIEIRA	Matrícula nº 91.842-3
SANDRA MARIA DA COSTA	Matrícula nº 30.571-5
TATIANA BARROSO DE ALBUQUERQUE LINS	Matrícula nº 92.685-X

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA DE 13 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar a Coordenadora Administrativa da Comissão de Plantas Medicinais e Aromáticas do Distrito Federal - COPLAMA/DF, CLARA ALCIONE MARTINS, matrícula nº 132.586-8, para substituir o Coordenador Geral da COPLAMA, JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA, em seus impedimentos legais.

ANTONIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO

JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

A DIRETORA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI, artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.773 de 18 de julho de 1994, resolve:

Dispensar do ponto e autorizar os servidores GUILHERME HENRIQUE BRAGA DE MIRANDA, matrícula nº 07.077-7, Chefe da Divisão de Manejo de Recursos Naturais/JBB e JANE SOUSA DE MATOS, matrícula nº 94.009-7, Técnico de Administração Pública/JBB, a viajarem, sem ônus para o Governo do Distrito Federal, ao Município de Alto Paraíso/GO, com o objetivo de participarem do Wokshop de Ecoturismo, que será realizado no período de 27/11 a 29/11/98.

ALBA EVANGELISTA RAMOS

DESPACHO DA DIRETORA (*)
Em 10 de junho de 1998

PROCESSOS Nº'S: 195.000.083/98 e 195.000.086/98
INTERESSADOS: ALBA EVANGELISTA RAMOS E MARIA GORETH GONÇALVES NÓBREGA
ASSUNTO : DISPENSA DE PONTO E CONCESSÃO DE PASSAGENS AÉREAS
DESPACHO: Autorizo a dispensa de ponto e a concessão de passagens aéreas no itinerário BRASILIA/SALVADOR/BRASÍLIA, às servidoras ALBA EVANGELISTA RAMOS, matrícula nº 93.921-8 e MARIA GORETH GONÇALVES NÓBREGA, matrícula nº 07.017-3, que viajarão a serviço, à cidade de Salvador/BA, para participarem do XLIX CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, a ser realizado no período de 26/07 a 01/08/98, sem pagamento de diárias.

ALBA EVANGELISTA RAMOS

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 110, de 15.6.98, pág. 19.

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 199, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Parecer PROJUR nº 011, de 20 de setembro de 1.997, exarado no Processo nº 094.000.825/97, e considerando, ainda, o Memorando nº. 091/98-PROJUR, datado de 26.10.98, bem assim o pronunciamento favorável da Diretoria Administrativo-Financeira, resolve:

I - CONCEDER Indenização de Transporte, nos termos do artigo 4º do Decreto nº 13.447, de 17.09.91, ao servidor STENIO DA SILVA RIOS, Matrícula nº 84.001-7, enquanto no exercício das atribuições do cargo em comissão de Chefe da Procuradoria Jurídica, símbolo DFG-13, para o qual foi nomeado por intermédio do Decreto publicado no DODF nº 143, de 25.07.98.

II - A presente Instrução de Serviço entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 114, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O Chefe da Divisão de Pessoal/DAF/SLU/DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de Serviço nº 019, de 29.08.94, e tendo em vista o que dispõe o artigo 196 da Lei nº 8.112/90, resolve:
CONCEDER AUXÍLIO-NATALIDADE aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO
Wanderley T. Martelete	00.925-3	Diana da Silva Tardoque	10.11.98
Antônio Caetano da Silva	81.609-4	Gabriel Felipe G. da Silva	22.08.97
José Braz Ferreira	82.897-1	Nátaly Kelianne da S. Ferreira	12.10.98
Fernando César de Lélis	83.008-9	Mariana K. Sete de Lélis	26.10.98
Sandra da Silva R. Pereira	83.379-7	Ivana Rêses Pereira	12.09.98

JOSÉ EDMILSON AMARO PEIXOTO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 115, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O Chefe da Divisão de Pessoal/DAF/SLU/DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de Serviço nº 019, de 29.08.94, e tendo em vista o que dispõe o artigo 197 da Lei nº 8.112/90, resolve:
CONCEDER SALÁRIO-FAMÍLIA aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO	A PARTIR DE
Antônio Caetano da Silva	81.609-4	Gabriel F. G. da Silva	22.08.97	04.11.98
José Braz Ferreira	82.897-1	Nátaly K. da S. Ferreira	12.10.98	05.11.98
Fernando César de Lélis	83.008-9	Mariana K. Sete de Lélis	26.10.98	04.11.98
Sandra da S. R. Pereira	83.379-7	Ivana Rêses Pereira	12.09.98	05.11.98

JOSE EDMILSON AMARO PEIXOTO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 116, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O Chefe da Divisão de Pessoal/DAF/SLU/DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de Serviço nº 19, de 29.08.94, resolve:
CONCEDER LICENÇA NOJO, de acordo com o disposto no artigo 97, item III, letra "b", da Lei nº 8.112/90, aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	PERÍODO
Felipe Francisco das Neves	01.673-X	28.10 a 04.11.98
Valdeir Rocha	81.461-X	27.10 a 03.11.98
Jorge Rodrigues Espíndola	82.253-1	11.11 a 18.11.98

JOSÉ EDMILSON AMARO PEIXOTO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 117, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

O Chefe da Divisão de Pessoal/DAF/SLU/DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de Serviço nº 19, de 29.08.94, e tendo em vista o que dispõe o artigo 208 da Lei nº 8.112/90, resolve:
CONCEDER LICENÇA-PATERNIDADE ao servidor abaixo relacionado:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO	PERÍODO
Wanderley T. Martelete	00.925-3	Diana da Silva Tardoque	10.11.98	10 a 17.11.98

JOSÉ EDMILSON AMARO PEIXOTO

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 15.561 de 12 de abril de 1994, resolve:
Designar a servidora GISELE SEBBA GONTIJO, matrícula nº 85.222-8, Chefe do Núcleo de Pessoal, símbolo DFG-09, da Gerência de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, com formação superior em Direito, para responder, sem prejuízo de suas funções, pelo Cargo em Comissão de Chefe da Assessoria Jurídica, símbolo DFG-13, da Presidência do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

BENNY SCHVASBERG

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do disposto no § 2º do Art. 51 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal, através da Administração Regional de Ceilândia - RA IX, convoca a população para ampla AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada no dia 17 de dezembro de 1998, às 19 horas, no Centro de Ensino 21, situado à QNP 13, em Ceilândia, para apreciação prévia e deliberação de interesse público, da desafetação de área de uso comum do povo, confrontantes ao lote do Centro de Ensino 21, Região Administrativa IX - Ceilândia, destinando-as ao uso educacional para ampliação daquele estabelecimento de ensino.

Ceilândia-DF, 16 de novembro de 1998
AILTON PASSOS JARDIM
Administrador

RETIFICAÇÃO

No extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 4/97, publicado no DODF nº 218, do dia 17 de novembro de 1998, página 36, Seção III, onde se lê: EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/97, leia-se: EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/97.
(Of. 330/98)

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO N.º 6/98 (*)

PROCESSO N.º 139.001.216/96 - PARTES:GDF/RA-XI x **PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** : Concessão de direito real de uso do subsolo contíguo à Projeção "B", situada no SHC/SW SQSW 100, destinado a estacionamento privativo de veículos, com área de 1.092.00 metros quadrados, conforme Planta de Situação (subsolo) n.º 01/07, constante às fls. 33 do processo. PRAZO: 30 (trinta) anos, contados da data de assinatura do contrato. Valor: 1.907,29 (hum mil, novecentos e sete reais e vinte e nove centavos). Será pago, ANUALMENTE, até 31(trinta e um) de janeiro de cada ano. DATA DE ASSINATURA: 05/11/98. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANADETE GONÇALVES REIS, na qualidade de Administradora Regional do Cruzeiro. Pela concessionária: MARCELO CARVALHO DE OLIVEIRA, CPF 406.142.126-34 , na qualidade de Procurador
Obs: republicado por haver erro no original DODF n.º214 de 11/11/98 pág. 25

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 214. de 11.11.98, pág. 25.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 158/95
MOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/96

Processo Nº 131.000.875/95. Partes: DF/RA-II e Energia equipamentos eletrônicos Ltda-ME. Objeto: alteração contratual com vistas à diminuição quantitativa de seu objeto, nos termos do Inciso I, Alínea b do Artigo 65 da Lei 8.666/93 c/c o Inciso II do parágrafo 2º do Artigo 65 da Lei Nº 9.648/98. Modalidade de Licitação: Tomada de Preços Nº 002/95. Da ratificação: permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato a que se refere o presente termo aditivo. Vigência: o aditivo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura. Data de assinatura: 16/10/98. Partes: pelo DF/RA-II: Cícero Cândido Sobrinho, Administrador Regional do Gama e pela Contratada: Rodrigo de Melo Faria, sócio-gerente.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 18/98

ABERTURA :01/12/98 HORÁRIO: 09:30 H
LOCAL :Auditório da RA/ II A.E S/Nº - Setor Central/Gama-DF
OBJETO :Aquisição de um veículo com capacidade para 09(nove) passageiro, conforme especificação no anexo único do edital.
TIPO :Menor Preço

A Administração Regional do Gama, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica que o Edital do Convite em epígrafe, está a disposição dos interessados, mediante a apresentação do CRC. Interessados poderão obter cópia do Edital na sala da CPL/RA II Ed. Sede da Administração Regional do Gama, A.E. S/Nº S.Central, no horário das 09:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00h, Tel:: 384-9000 R-274.

Gama-DF , 10 de novembro de 1998
A COMISSÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/97 (*)
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 4/96

PROCESSO: 137.000489/97. PARTES: DF/ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ -RA X x TRANSBARROS - TRANSPORTES E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: Fica aditado com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência até 23.10.99, o Contrato 010/97, que visa a locação de caminhões e máquinas, incluindo sua operação e manutenção, para o atendimento às atividades desta RA X, na manutenção e conservação das áreas urbanizadas. VALOR R$ 163.870,77 (cento e sessenta e três mil, oitocentos e sete reais e setenta e sete centavos). DATA DA ASSINATURA: 22.10.98. RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: MARCOS DE ALENCAR DANTAS, Administrador Regional do Guará, Pela Contratada: SÉRGIO OTÁVIO MACHADO BARROS, na qualidade de Sócio Gerente.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 218, de 17.11.98, pág. 37.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/97

PROCESSO Nº 144.000.317/97 - PARTES: DF/RA-XIV X VRF - VINHAL RETÍFICA LTDA. OBJETO: Da Prorrogação - A vigência do contrato em referência, que finda em 09/10/98, fica prorrogado até 27/02/99. Da Despesa - A despesa incorrida no período de prorrogação ora efetuada correrá à conta da dotação orçamentária própria que será apresentada através da celebração de Termos Aditivo nos moldes do Termo Padrão nº 13/96. VIGÊNCIA: A partir da assinatura. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. ASSINATURA: 01/10/98. SIGNATÁRIOS: GERALDO MARQUES FERREIRA FILHO, Administrador Regional e VANDER ROBERTO FERREIRA VINHAL, Gerente-Proprietário. Brasília-DF, 16 de novembro de 1998. Of. 100/98 - DCC/1ª SPR/PRG/DF.

SUBSECRETARIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.606/98 da empresa POLO AUTOMÓVEIS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 800 UFIR'S por descumprimento ao art. 18, inciso I, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.418/98 da empresa ANTUNES ALMEIDA EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO LTDA - COZIBELLA. Que foi aplicada à esta, multa de 14.000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.438/98 da empresa ITALIAN DESIGN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESPUMAS LTDA - ITALIAN DESIGN . Que foi aplicada à esta, multa de 5000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000833/98 da empresa PHELIPE AUTOMÓVEIS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 800 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.569/98 da empresa ÂNCORA DECORAÇÕES LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 4.000 UFIR'S por descumprimento ao art. 20, inciso I, § 1º da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.785/98 da empresa VIA ORAL MED - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA - VIA ORAL . Que foi aplicada à esta, multa de 500 UFIR'S por descumprimento ao art. 43, § único da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.787/98 da empresa PERFECT CURSOS E TREINAMENTO DE PESSOAL LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 250 UFIR'S por descumprimento ao art. 35 da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em

Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.981/98 da empresa LLAL PRODUTOS DE BELEZA LTDA - O BOTICÁRIO. Que foi aplicada à esta, multa de 500 UFIR'S por descumprimento ao art. 39, inciso IX da Lei 8.078/90 e art. 13, inciso XXIII do Decreto Federal 2.181/97 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.863/98 da empresa GRAÇQ TOUR LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 800 UFIR'S por descumprimento ao art. 14 da Lei 8.078/90 c/c o art. 13, inciso IV do Decreto Federal 2.181/97 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.827/98 da empresa VIA ORAL - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA - VIA ORAL. Que foi aplicada à esta, multa de 800 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

RALCILENE SANTIAGO DA FROTA

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 43, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1998

O CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF, órgão paritário, deliberativo e controlador das ações de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, criado pelo Lei nº 234/92 e alterada pela Lei nº 518/93, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Alterar, excepcionalmente, o prazo fixado no Edital nº 41/98 do CDCA/DF, publicado no DODF de 21/10/98, relativo à inscrição de candidatos ao cargo de Conselheiros Tutelares da Região Administrativa de Santa Maria, que passa a ser do período 05/10/98 a 13/11/98.

Alterar, excepcionalmente, o prazo fixado no Edital nº 42/98 do CDCA/DF, publicado no DODF de 21/10/98, relativo à inscrição de candidatos ao cargo de Conselheiros Tutelares da Região Administrativa de Samambaia, que passa a ser do período 05/10/98 a 13/11/98.

Alterar, excepcionalmente, o prazo fixado no Edital nº 36/98 do CDCA/DF, publicado no DODF de 09/10/98, relativo à inscrição de candidatos ao cargo de Conselheiros Tutelares da Região Administrativa do Plano Piloto, que passa a ser do período 26/10/98 a 11/11/98.

NEIDE VIANA CASTANHA
Presidente do CDCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 2/98-CL

PROC. INTER.: 030.003.067/98 - Secretaria da Criança e Assistência Social
TIPO: Menor Preço; REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios/Cesta Básica Pré-Escola.
LOCAL: Edifício Anexo Palácio do Buriti - 5º andar - sala 504 Brasília - DF.
A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento das empresas interessadas, que a abertura da licitação em epígrafe foi adiada para **28/12/98** às **15:00** hs., tendo em vista alteração no item 01 do Anexo II do Edital e o item 02 das Observações do Anexo II, do Edital, a qual passa a ser:
No item 01 do Anexo II:
01 pacote de arroz ,tipo 1, em embalagem de 05 quilos;
04 pacotes de feijão, tipo 1 - **carioquinha**, em embalagem de 01 quilo;
01 pacote de açúcar , tipo cristal, em embalagem de 02 quilos;
01 pacote de macarrão, tipo sêmola, em embalagem de 01 quilo;
02 pacotes de flocos de milho, em embalagem de 500 gramas;
01 lata de óleo de soja, de 900ml;
02 pacotes de biscoitos água e sal, em embalagem de 500 gramas.
OBSERVAÇÕES:
2- As cestas serão entregues, mensalmente em Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Paranoá, Brazlândia **e Riacho Fundo**. O fornecedor será avisado através de um representante da Secretaria da Criança e Assistência Social/SECRAS, com 07 (sete) dias úteis de antecedência, quanto ao local específico e a quantidade de cestas a serem entregues.
7- Apresentar Certificado de Classificação, emitido pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no ato da entrega dos produtos constantes desta observação.
Permanecem inalteradas as demais condições do Edital, prevalecendo o menor preço. Outras informações pelo telefone 213-6303 ou telefax 225-2795.

Brasília, 20 de novembro de 1998
EDSON DE SOUZA
Presidente da Comissão

AVISO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/98-CL

Objeto: Aquisição, instalação e garantia de funcionamento de hardwares e softwares, para entrega imediata.
Proc.Inter.: 030.002.696/98 - Secretaria de Agricultura; 148.000.300/98 - Adm. Reg. Riacho Fundo e 030.004.611/98 - Secretaria de Educação.
A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, torna público para conhecimento das empresas interessadas, que a Empresa *MICROTEC SISTEMAS INDÚSTRIA E COMERCIO S.A.* interpôs recurso contra o julgamento das propostas técnicas licitação em referência. Os autos do processo encontram-se com vista franqueada aos interessados.

Brasília, 20 de novembro de 1998
EDSON DE SOUZA
Presidente da Comissão

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 10/97

PROCESSO Nº 031.000.132/97 - PARTES: DF/IDR X XEROX DO BRASIL LTDA. OBJETO: - DA RETIFICAÇÃO: A Cláusula Sétima, passa a ter a seguinte redação: "O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos previsto na Lei nº 8.666/93, no interesse da Administração." DA RETIFICAÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO - A Cláusula Terceira do Termo Aditivo, passa a ter a seguinte redação: "O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura." VIGÊNCIA: A partir da sua publicação. ASSINATURA: 02/07/98. SIGNATÁRIOS: ADEMAR KYOTOSHI SATO, Superintendente e SAMUEL BATISTA D'ÁVILA, Procurador.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

EDITAL Nº 23/98 – SJCT/DT/DAT/SUREC/SEFP

A CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, incisos IV e 21, da Lei nº 657, de 25/01/94, e artigo 31, inciso VI, do Decreto nº 16.106, de 30/11/94, após declarada a REVELIA, nos termos do artigo 31, inciso V, do mencionado Decreto, alterado pelo Decreto 18.773, de 30/10/97 INTIMA o(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s) a comparecer(em) a este Serviço, sito no SBN – Edifício Vale do Rio Doce, 5º Andar – Sala 506 – no prazo de 10 dias a contar do décimo dia após a publicação do presente EDITAL, a fim de comprovar(em) o cumprimento das exigências descritas no(s) Auto(s) de Infração e/ou Termo(s) Aditivo(s), abaixo relacionado(s), sob pena de inscrição do débito em DÍVIDA ATIVA e da conseqüente cobrança judicial:

Nº	PROCESSO	CONTRIBUINTE	Nº AI/AIA
01	040.009612/98	CELESTINO FELIX DOS SANTOS NETO	1196/98
02	040.006019/98	CURSO E LABORATÓRIO DE PROTESE SDF LTDA	915/98
03	040.004903/98	MAXI IMP. E EXP. DE PROD. ELETRONICOS LTDA	704/98
04	040.004822/98	MÁRIO BATISTA DA SILVA	31829/98
05	040.005212/98	PIRRALHO BABY CONFECÇÕES LTDA	672/98
06	040.003470/98	PHELDIMA VEICULOS LTDA	204/98
07	040.003342/98	RIBEIRO E RESENDE LTDA	092/98
08	040.006176/98	SCHREIDER ALIMENTOS LTDA	904/98
09	040.009609/98	TECH COMPUTADORES INFORMÁTICA REPRES. E SERVIÇOS LTDA	1199/98
10	040.009493/98	TECHDATA INFORMATICA LTDA	39783/98
11	040.007068/98	TROMBADINHA MERCADO LTDA	1054/98
12	040.009365/98	UNIVERSAL TELECOMUNICAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	39751/98
13	040.009487/98	UNITEL INDUSTRIA ELETRONICA S/A	1295/98
14	040.006913/98	VILLE CABAN CONFECÇÕES COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	731/98
15	040.009553/98	VIATEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	1316/98
16	040.004015/98	VIDA NOVA PAPELARIA E ARMARINHO LTDA ME	442/98
17	040.015820/97	VIENA COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXP. DE VEICULOS LTDA	2736/97
18	040.009300/98	VIVERDE MODA COMERCIO DE ROUPAS LTDA	1314/98
19	040.009366/98	WINNER MULTIMIDIA E INFORMATICA LTDA	39746/98

JOSEMIRA DE MAURO SANTOS

BANCO DE BRASÍLIA S.A
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 14/98

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o Edital de Concorrência DIRAD/CPLIC nº 014/98 - Data de abertura: 04.01.99, às 09 horas - Objeto: contratação de

empresa de empresa especializada para execução dos serviços de natureza contínua relativos à recepção, conferência, autenticação e devolução dos documentos recolhidos no sistema de envelopes Caixa Livre do BRB. Locais de obtenção do Edital: CPLIC - SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 14º andar, Brasília/DF, Agência São Paulo, Rua José Bonifácio, nº 186/192, Sé-Centro, São Paulo/SP e Agência Rio, Rua da Quitanda, nº 52-A, Centro, Rio de Janeiro, no horário das 10 às 16 horas, mediante recolhimento prévio de R$ 5,00 (cinco reais), em qualquer agência do BRB, na conta 027-999.011-1, ou na Internet: www.brb.com.br

WASHINGTON PAULO DE JESUS
Presidente da CPLIC

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: OMNI - EMPRESA DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E DESCARTÁVEIS LTDA. Objeto: Fornecimento de "notebooks". Contrato: DIRAD/DESEG-98/075. Vigência: Até o término da garantia dos equipamentos. Assinatura: 19.11.98. Valor: R$88.179,00 (Oitenta e oito mil, cento e setenta e nove reais). Licitação: Tomada de Preços DIRAD/CPLIC 007/98. Processo: 143/98.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: BROADCAST TELEINFORMÁTICA LTDA. Objeto: Serviços de transmissão de informações. Contrato: DIRAD/DESEG-97/026 - II Termo Aditivo. Assinatura: 20.11.98. Valor: R$5.884,70(cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos). Licitação: Inexigível de acordo com o caput do artigo 25 da Lei 8.666/93. Processo: 128/97

GERÊNCIA DE CONTRATOS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O BRB Banco de Brasília S.A., para a alienação de equipamentos de informática para o Banco do Estado da Bahia S.A. -BANEB, de acordo com o inciso II, alínea F, do artigo 17 da Lei 8.666/93, torna público que a Diretoria Colegiada ratificou o ato de dispensa de licitação em 16.11.98. Processo nº 471/98

FRANCISCO DE ASSIS GOMES
p/Gerência

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 49/98

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que o Resultado de Julgamento da Tomada de Preços nº 049/98 - FEDF e da Concorrência nº 010/98 - FEDF, encontram-se afixados no Quadro de Avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607 Projeção "D" 2º andar.

Brasília, 20 de novembro de 1998
EVERALDO MENDONÇA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo nº 182/98-PJ-FHDF ao Contrato nº 066/96-PJ-FHDF. CONTRATANTES: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e CARDIOBRÁS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. OBJETO: Prorrogar por 24 (vinte e quatro) meses a contar de 31 de outubro de 1998 o prazo de vigência consignado na Cláusula Décima Sexta do Contrato nº 066/96-PJ-FHDF. VALOR : mensal R$ 5.551,00 (cinco mil quinhentos cinqênta e um reais) ViGÊNCIA: por 24 (vinte quatro) meses a contar de 31 (trinta e um) de outubro de 1998. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 13075042821530002. FONTE: 338000000. N.E. nº 08505/98. DESPESA DE PUBLICAÇÃO: FHDF. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS n.º 105/96, Processo nº 061.005215/95-FHDF, que deu origem ao contrato principal. DATA DE ASSINATURA:30.10.98.PELA FUNDAÇÃO: ANTÔNIO LUIZ RAMALHO CAMPOS. PELA CONTRATADA: TANIO CLAUDIO RAEFF .TESTEMUNHAS: ALESANDRA MORAES DE SOUSA e FRANCISLAINE CAETANO BAROS .

DIRETORIA EXECUTIVA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITES

Tipo de Licitação: menor preço

Edital	Processo	Data	Hora	Objeto	Valor do Edital
564/98	061012620/98	30/11/98	10:30	Aquisição de SERINGA HIPODERMICA DE INSULINA DESC. 0,5ML C/AGULHA 13X3; SERINGA HIPODERMICA DE INSULINA DESCATÁVEL 100UI C/AGULHA 13X3,8 A 4,5.	1,00
565/98	061012537/98	30/11/98	14:00	Aquisição de MESA DE SOM TIPO STANNER P/06 CANAIS; AMPLIFICADOR CYGNUS SE 04; TRANSFORMADOR DE LINHA 50W; MICRO-SYSTEM COM CD, RÁDIO E K-7/outros, total de 10 itens.	1,00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das Cartas Convites em epígrafe estão à disposição dos interessados não convidados, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura da licitação, mediante a apresentação do comprovante do recolhimento do valor do Edital, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP: 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 11:45 e de 14:00 às 15:45 horas. Tel. (061) 226 8239 - Fax (061) 322 0778.

Brasília, 19 de novembro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTOS

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público os resultados de julgamentos das licitações em epígrafe:

CONVITES

EDITAL Nº 500/98

Vencedora/Item
ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA - 01

EDITAL Nº 527/98

Vencedoras/Itens
LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A - 01
CONCORRENTE COM. E REP. DE MAT. HOSPITALAR LTDA - 02,03
Desclassificadas/Itens
HOSPFAR IND. E COM. DE PRODS. HOSP. LTDA - 01,02
MEDICOR PRODS. MÉDICO HSOP. LTDA - 02,03
ELAN PRODS. HOSPITALARES LTDA - 01,02
CONCORRENTE COM. E REP. DE MAT. HOSPITALAR LTDA - 01

EDITAL Nº 544/98

Vencedora/Item
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S/A - 01
Desclassificada/item
LABORATÓRIOS BIOSINTÉTICA LTDA - 01

Brasília, 19 de novembro de 1998
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 56/98

PROCESSO Nº 030.005.731/98 - PARTES: DF/SECRAS X CENTRO MIGUEL MAGONE - CEMIM. OBJETO: Desenvolver atividades sócio-educativas para crianças e adolescentes carentes na faixa etária de 07 a 14 anos de idade, visando seu desenvolvimento integral, inclusão, permanência e sucesso escolar e integração na família e na comunidade, observando-se as diretrizes contidas no Programa "Brasil Criança Cidadã". DOS RECURSOS: VALOR: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), no presente exercício, à conta de dotação consignada através da Lei nº 1.814 de 07/01/98, ao Fundo de Assistência Social - FAS/DF; SUB-ATIVIDADE: 1508104832025-0001 - Apoio Promoção da Assistência Integral a Criança e ao Adolescente; ELEMENTO DE DESPESA: 345039 - custeio/transferência a entidades privadas/serviços de terceiros; FONTE DE RECURSOS: 132, NOTA DE EMPENHO Nº 190/98, emitida em 26/10/98, sob o evento 400091, na modalidade estimativo, no valor inicial de R$ 6.000,00 (seis mil reais). VIGÊNCIA: A partir da assinatura, até 31/12/98. ASSINATURA: 29/10/98. SIGNATÁRIOS: MARIA JOSÉ VIEIRA FERES e PAULO RODRIGUES MENDES, Secretária da Criança e Assistênica Social, Gestor do Fundo de Assistência Social do DF, respectivamente e ADEMIR RAGAZZI, Presidente da Entidade.

. OFÍCIO Nº 100/98-DCC/1ªSPR/PRG/DF.

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: **Contrato nº152/98-G.SSU/CEB**; PARTES: **COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e o CONSÓRCIO MSA-INFOR/DATRAN.**; DATA DA ASSINATURA:19/11/98; OBJETO: Prestação de serviços de consultoria e transferência de tecnologia em informática para a modernização do software do sistema de gerência comercial - GCO; VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$1.036.750,00 *(hum milhão, trinta e seis mil, setecentos e* cinquenta reais); PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses; PRAZO DE VIGÊNCIA: 25 (vinte e cinco) meses, a partir da publicação do extrato de contrato no DODF; PROCESSO Nº 093.000.479/98-CEB; DESPESA DE PUBLICAÇÃO: **CEB**; ASSINATURA PELA **CEB**: JOSÉ CARLOS VIDAL e pelo **CONSÓRCIO MSA-INFOR/DATRAN**: ANTÔNIO AUGUSTO SILVA, FLÁVIA MARIA PROENÇA GUERRA E RICARDO LANZUOLO; DEMAIS CONDIÇÕES: Em conformidade com o Contrato acima.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

EDITAL Nº 12-CAESB/4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998
CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE AGENTE OPERACIONAL

O Diretor Administrativo da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - Caesb torna pública a convocação para avaliação médica pré-admissional, em obediência aos subitens 11.13 e 11.15 do Edital nº 1/97-Caesb/4, publicado no DODF de 17/07/97, dos candidatos aprovados para o cargo de Agente Operacional/Atividades: Serviços Auxiliares (opção 401) e Operação de Estação (opção 407), conforme Editais de homologação nºs 10-Caesb/4 e 12-Caesb/4, publicados no DODF de 10/11/97 e 11/12/97, respectivamente.

1. Convocação dos candidatos ao cargo de Agente Operacional na seguinte ordem: local, período, horário, atividade, número de inscrição, nome do candidato e classificação.

1.1. Local: Companhia de Água e Esgotos de Brasília – Caesb, Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. Caesb, 1º andar – Brasília – DF.

1.2. Período: 23 a 27 de novembro de 1998 (dias úteis).

1.3. Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

1.4. Atividade: Serviços Auxiliares (opção 401)

02045, Aparecido Antônio de Souza, 34º / 02913, Gilvam Pereira Lima, 35º / 00247, Vanderson Mendonça, 36º.

1.5. Atividade: Operação de Estação (opção 407)

00498, Daniel Micheletto da Cunha, 71º / 06932, Wellington José Gonçalves da Silva, 72º / 02564, Giovanni da Silva Barbosa, 73º / 00759, Ferdinand Carlos Costa, 74º / 04843, Ivan Pontes Aguiar, 75º / 07196, Givanildo Cardoso Barroso, 76º / 02267, Douglas Silva de Sousa, 77º / 00290, Iraiudo da Costa Rodrigues, 78º / 05736, Marlene dos Santos Nascimento, 79º / 01941, Joselio Neri da Mata, 80º / 03512, André Domingues Martins, 81º / 05029, Marcelo de Paulo Alvim, 82º / 04668, Eduardo Freitas Fernandes, 83º / 03705, Warlan Queiroz Pacheco, 84º.

FÁBIO RESENDE DA SILVA

EDITAL Nº 13-CAESB/2, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998
CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ANALISTA OPERACIONAL

O Diretor Administrativo da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - Caesb torna pública a ÚLTIMA CONVOCAÇÃO para avaliação médica pré-admissional, em obediência aos subitens 11.13 11.14 e 11.15 do Edital nº 1/97-Caesb/2, publicado no DODF de 17/07/97, do candidato aprovado para o cargo de Analista Operacional/Atividade: Engenharia Química (opção 217), conforme Edital de homologação nº 10-Caesb/2, publicado no DODF de 05/12/97.

1. Convocação do candidato ao cargo de Analista Operacional Atividade: Engenharia Química (opção 217), na seguinte ordem: local, período, horário, número de inscrição, nome do candidato e classificação.

Local: Companhia de Água e Esgotos de Brasília – Caesb, Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. Caesb, 1º andar – Brasília – DF.

Período: 23 a 27 de novembro de 1998 (dias úteis).

Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

00021, Renerio Silvano Costa. 2º.

FÁBIO RESENDE DA SILVA

EDITAL Nº 16-CAESB/3, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O Diretor Administrativo da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - Caesb torna pública a retificação do Edital nº 14-CAESB/3, de 12 de novembro de 1998, publicado no DODF de 13 de novembro de 1998, onde se lê: "Atividades: Saneamento, Química, Mecânica, Eletricidade, Edificações, Agrimensura e Eletrônica." leia-se "Atividades: Saneamento, Química, Mecânica, Eletricidade, Edificações, Agrimensura e Eletrônica, em obediência ao item 9.7 do Edital nº 1/97-CAESB/3, publicado no DODF de 17/07/97."

FÁBIO RESENDE DA SILVA

EDITAL Nº 17-CAESB/3, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998
CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO OPERACIONAL

O Diretor Administrativo da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - Caesb torna pública a convocação para avaliação médica pré-admissional, em obediência aos subitens 9.14 e 9.16 do Edital nº 1/97-Caesb/3, publicado no DODF de 17/07/97, dos candidatos aprovados para o cargo de Técnico Operacional/Atividade: Saneamento (opção 303), conforme Edital de homologação nº 8-Caesb/3, publicado no DODF de 14/11/97.

1. Convocação dos candidatos ao cargo de Técnico Operacional/Atividade: Saneamento (opção 303) na seguinte ordem: local, período, horário, número de inscrição, nome do candidato e classificação.

Local: Companhia de Água e Esgotos de Brasília – Caesb, Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. Caesb, 1º andar – Brasília – DF.

Período: 23 a 27 de novembro de 1998 (dias úteis).

Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

00166, Analta de Barros, 31º / 00124, Lucelma Alves Ribeiro, 32º / 00126, Joana de Fátima Ribeiro Franco Santos, 33º / 00152, Maria de Souza Mota, 34º / 00049, Ana Carolina de Negreiros Pinto, 35º.

FÁBIO RESENDE DA SILVA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

2º Aditivo ao Contrato nº 2471. Ass.: 13.11.98. PROCESSO: 092.005021/91. PARTES: CAESB X ANNA DE OLIVEIRA DOMINGUES. OBJETO: Altera as Cláusulas Segunda (Fonte de Recurso/Dotação Orçamentaria), Terceira (Prazo de Vigência) e Quarta (Preço/Valor). Os recursos financeiros são próprios da CAESB, Código 11.101.100.000-5 e as despesas correrão à conta do Código 12.302.204.303-4, conforme consta às fls. 203. Mediante o presente termo aditivo, o Contrato de Locação CAESB, que expirar-se-ia em 12/11/98, fica prorrogado pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 13/11/98. O valor mensal do aluguel a ser pago pela locatária CAESB à locadora, será de R$ 7.075,83 (sete mil, setenta e cinco reais e oitenta e três centavos), totalizando o valor contratual aditado R$ 169.819,92 (cento e sessenta e nove mil, oitocentos e dezenove reais e noventa e dois centavos), segundo despachos constantes de fls. 198 e 201 dos autos do Processo. ASSINANTES: P/CAESB: Fábio Resende da Silva - Diretor Administrativo. P/Anna de Oliveira Domingues.

4º Aditivo ao Contrato nº 5112. Ass.: 16.11.98. PROCESSO: 092.002331/98. PARTES: CAESB X CBR - ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Altera a Cláusula Quarta (Prazo de Execução/Vigência). Os prazos de execução e de vigência do Contrato, que findariam em 17/11/98 e 04/03/99, ficam prorrogados por mais 30 (trinta) dias, expirando-se em 17/12/98 e 05/03/99, respectivamente. ASSINANTES: P/CAESB: Dilson Joaquim de Morais - Diretor do Sistema de Esgotos (substituto). P/CBR LTDA: Celso Borges de Rezende.

2º Aditivo ao Contrato nº 5295. Ass.: 18.11.98. PROCESSO: 092.002782/97. PARTES: CAESB X COLMAR ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO: Altera as Cláusulas Terceira (Preço/Valor) e Quarta (Prazo de Execução/Vigência). Os prazos de execução e de vigência do Contrato, que findariam em 19/11/98 e 15/03/99, ficam prorrogados por mais 30 (trinta) dias consecutivos, expirando-se em 21/12/98 e 13/04/99, respectivamente. Fica acrescida ao valor original do Contrato a quantia de R$ 25.370,84 (vinte e cinco mil, trezentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos), no percentual de 3,18% (três vírgula dezoito por cento), passando seu total de R$ 797.533,96 (setecentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e trinta e três reais e noventa e seis centavos) para R$ 822.904,30 (oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e quatro reais e trinta centavos).. ASSINANTES: P/CAESB: Dilson Joaquim de Morais - Diretor do Sistema de Esgotos - substituto. P/COLMAR LTDA: Lauro Taira.

1º Aditivo ao Contrato nº 5603. Ass.: 20.09.98. PROCESSO: 092.002797/98. PARTES: CAESB X RILISA TRADING S.A. OBJETO: Altera as Cláusulas Primeira (Objeto), Terceira (Preço/Valor) e Quarta (Prazo de Execução/Vigência). O objeto do Contrato fica reduzido/acrescentado em seus itens 01, 02, 03, 04 e 05 os quantitativos, conforme quadro abaixo:

ITEM	Un	Quantidade Contratada	Acréscimo	Redução	Total com Aditamento
01	Ct	800		70	730
02	Ct	800	90		890
03	Ct	2.300		770	1.530
04	Ct	2.000		670	1.330
05	Ct	550		180	370

O valor do contrato acima referido fica reduzido em R$ 53.831,40 (cinquenta e três mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta centavos), equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, passando o seu montante de R$ 215.391,00 (duzentos e quinze mil, trezentos e noventa e um reais) para R$ 161.559,60 (cento e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos). A terceira etapa do cronograma de entrega do Contrato fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, expirando-se em 30/12/98. ASSINANTES: P/CAESB: Fábio Resende da Silva - Diretor Administrativo. P/RILISA TRADING S.A: Patrícia Pacheco Gonçalves.

1º Aditivo ao Contrato nº 5656. Ass.: 12.11.98. PROCESSO: 092.000532/98. PARTES: CAESB X ELETRO RIO LTDA. OBJETO: Altera as Cláusulas Primeira (Objeto), Terceira (Preço/Valor) e Quarta (Prazo de Execução/Vigência). Acrescenta-se ao item 06, do objeto do Contrato 05 (cinco) unidades, passando de 02 (duas) para 07 (sete) unidades. Fica acrescida ao valor original do Contrato a quantia de R$ 4.320,00 (quatro mil e trezentos e vinte reais) passando seu total de R$ 17.291,90 (dezessete mil, duzentos e noventa e um reais e noventa centavos) para R$ 21.611,90 (vinte e um mil, seiscentos e onze reais e noventa centavos). Acréscimo equivalente a 24,99% (vinte e quatro virgula noventa e nove por cento) do valor total contratado. Acrescenta-se 18 (dezoito) dias consecutivos ao prazo de entrega do item 06, Lote III do Contrato, passando de 12/11/98 para 30/11/98 e a vigência permanece expirando-se em 31/12/98. ASSINANTES: P/CAESB: Fábio Resende da Silva - Diretor Administrativo. P/ELETRO RIO LTDA: Márcio Tannús de Almeida.

1º Aditivo ao Contrato nº 5667. Ass.: 12.11.98. PROCESSO: 092.000532/98. PARTES: CAESB X POLITEM DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Altera a Cláusula Quarta (Prazo de Execução/Vigência). O prazo de execução (entrega) do Contrato, que findaria em 20/11/98 fica prorrogado por mais 41 (quarenta e um) dias consecutivos, para entrega dos itens 01, 02 e 04, expirando-se em 31/12/98.. ASSINANTES: P/CAESB: Fábio Resende da Silva - Diretor Administrativo. P/POLITEM LTDA: Elson José de Almeida.

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/98

PROCESSO N.º 113.001.048/98 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e DAHER INFORMÁTICA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

LTDA. - OBJETO: Aquisição e instalação de equipamentos de informática e softwares. - FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços n° 032/98 - VIGÊNCIA: 19.11.2003. - VALOR: R$ 100.529,00 (cem mil, quinhentos e vinte e nove reais). - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade DER - 8.501/0001 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos - Elemento: 4590.52 - Fontes de Recursos: 220 e Projeto DER - 1.077 - Ampliação e Reequipamento do DER/DF - Elemento 4590.52 - Fontes de Recurso 220. - DATA DA ASSINATURA: 19.11.98 - ASSINANTES: Pelo DER/DF: MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES; Pela Contratada: STÊNIO DINIZ DE LIMA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/98

PROCESSO N.° 113.002.839/98 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e DAHER INFORMÁTICA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - OBJETO: Fornecimento parcelado de componentes para microcomputadores. - FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 117/98 - VIGÊNCIA: 19.11.99. - VALOR: R$ 3.684,00 (três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais). - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade DER - 8.501/0001 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos - Elemento: 3490.30 - Fontes de Recurso 220. - DATA DA ASSINATURA: 19.11.98 - ASSINANTES: Pelo DER/DF: MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES; Pela Contratada: STÊNIO DINIZ DE LIMA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/98

PROCESSO N.° 113.001.972/98 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e CTIS INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA. - OBJETO: Aquisição de um sistema de gerenciamento e controle de manutenção de equipamentos e materiais do DER/DF. - FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 036/98 - VIGÊNCIA: 19.11.2000. - VALOR: R$ 48.850,00 (quarenta e oito mil e oitocentos e cinqüenta reais). - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade DER - 8.501/0001 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos - Elemento: 3490.39 - Fontes de Recurso 100. - DATA DA ASSINATURA: 19.11.98 - ASSINANTES: Pelo DER/DF: MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES; Pela Contratada: AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/98

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/98

PROCESSO Nº 113.003.567/97 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e TECCON S/A CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO. - OBJETO: Prorroga o prazo de execução dos serviços por 15 (quinze) dias, devendo encerrar-se em 14.01.99, estendendo-se a vigência contratual para 28.02.98. - DATA DA ASSINATURA: 14.11.98.

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 9/97

N.º do Contrato: 009/97; Contratantes: DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS - DMTU/DF x MENPHIS INFORMÁTICA LTDA; Processo: 096.005.894/97; Data da Assinatura: 19/10/98; Assinantes: pela CONTRATANTE, Clóvis Antônio Barbará Jacob e Everton Francisco, pela CONTRATADA, Pedro Ney Feitosa Morais; Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Contrato n.º 009/97, com vistas a prorrogar sua vigência por 12 (doze) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21/06/93, e acrescer serviços e suplementar recursos, com fulcro no artigo 65, inciso I, alínea "b", § 1º e § 2º da Lei n.º 8.666/93, a vista das justificativas apresentadas pelo executor do ajuste; Vigência:12 (doze) meses contados da data de publicação deste instrumento; Valor: O valor inicialmente ajustado fica acrescido de 24,80 (vinte e quatro virgula oitenta por centos), correspondentes a R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais) e R$ 10.164,00 (dez mil, cento e sessenta e quatro reais) referente a prorrogação do Contrato, elevando o valor global contratado para R$ 22.848,00 (vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais); Unidade Orçamentária: 26203, Natureza da Despesa: 349039; Programa de Trabalho: 16091057110910004; Fonte de Recursos: 220; Nota de Empenho 98NE00452; Valor da Nota de Empenho: R$ 1.902,76 (um mil, novecentos e dois reais e setenta e seis centavos), o restante da despesa no montante de R$ 10.781,24 (dez mil, setecentos e oitenta e um reais e vinte quatro centavos), correrá à conta de dotação do próximo exercício; Testemunhas: Olga Aparecida Moreira Diniz, CI. N.º 1.584.688 - SSP-DF, CPF/MF N.º 435.385.251-53 e Antônio Pereira de Mendonça, CI n.º 246.208-DPF/DF e CPF/MF n.º 086.691.391.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 16/98

N.º do Contrato: 16/98; Contratantes: DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS - DMTU/DF x COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS EM INFORMÁTICA DO DISTRITO FEDERAL LTDA; Processo: 096.002.825/98; Data da Assinatura: 19/10/98; Assinantes: pela CONTRATANTE, Clóvis Antônio Barbará Jacob e Everton Francisco, pela CONTRATADA, Rogério Luiz de Oliveira e Sérgio Flôres da Rocha; Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Contrato n.º 16/98, com vistas a prorrogar sua vigência por mais 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21/06/93, a vista das justificativas apresentadas pelo executor , e de acordo com a autorização do Senhor Diretor-Geral às fls. 271 do presente processo; Vigência: contados da data de publicação deste instrumento; Valor: O valor inicialmente ajustado fica acrescido de R$ 11.704,94 (onze mil, setecentos e quatro reais e noventa e quatro centavos), elevando o valor global contratado para R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); Unidade Orçamentária: 26203, Natureza da Despesa: 349039; Programa de Trabalho: 16007002185010001; Fonte de Recursos: 220; Nota de Empenho 98NE00453; Valor da Nota de Empenho: R$ 11.704,94 (onze mil, setecentos e quatro reais e noventa e quatro centavos); Testemunhas: Olga Aparecida Moreira Diniz, CI. nº 1.584.688 - SSP-DF, CPF/MF N.º 435.385.251-53 e Antônio Pereira de Mendonça, CI n.º 246.208-DPF/DF e CPF/MF n.º 086.691.391.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2/98-CPL

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL - DMTU/DF, torna público o resultado do julgamento da documentação apresentada referente a processo licitatório da Concorrência n.º 02/98, objetivando prestação de serviços nas áreas de: suporte técnico operacional na instalação, operação, administração e manutenção do ambiente computacional próprio do DMTU/DF, análise, desenvolvimento e manutenção de sistemas para a gestão do Transporte Público do Distrito Federal, individual e Coletivo e para a gestão interna do DMTU/DF e produção de informações necessárias às gestões dos transportes e do DMTU/DF. E declarando **habilitadas** as seguintes empresas: BRASCONSULT - BRASÍLIA REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA LTDA., BRASÍLIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CAST INFORMÁTICA LTDA., COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS EM INFORMÁTICA DO DF LTDA., CTIS INF. SIST. LTDA., DIGISOFT INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA., SPOT REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., TRANSOFT INFORMÁTICA LTDA., JFM INFORMÁTICA LTDA., POLIEDRO - INFORMÁTICA, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA., e **inabilitadas** as empresas: DOMÍNIO CONSULTORIA E TECNOLOGIA RELACIONAL LTDA. por descumprimento do item 3.1.4. do Edital, MULTI-SOFT CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA. por descumprimento dos itens 3.1.4. e 3.1.8. do Edital , BENNER SISTEMAS S/A por descumprimento do item 3.1.4. do Edital e ZARCONE CONSTRUÇÕES por descumprimento do 3.1.3. ainda do referido Edital. Ficam cientes todos os licitante que o prazo para recurso conta-se a partir da publicação deste Ato no DODF. O processo nº 096.004.144/98 está à disposição dos interessados para vistas, na Comissão Permanente de Licitação - CPL, no horário de 09:00 às 12:00 horas e de 14:30 às 17:00 horas no endereço: SCS, Quadra 04, Bloco "A", lotes nº 106/136, Edifício FACEB II, 3º andar, sala 310, Brasília-DF.

Brasília, 20 de novembro de 1998

ANA CRISTINA AFONSO LOPES
Presidente da CPL

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

TERMO ADITIVO Nº 146/98. Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e WALDIR REBOUÇAS SALIBA. Processo nº 073.005.504/87. Vigência: 12/09/89 a 12/09/2039. Resolução nº 267/98. Objeto Adequar o contrato nº 212/89, do lote nº 171 da Colônia Agrícola Vicente Pires, ao Decreto nº. 19.248/98. **TERMO ADITIVO Nº 147/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e LEÃO GAMALIEL SIQUEIRA RABELO. Processo nº 073.001.331/89. Vigência: 12/09/89 a 12/09/2039. Resolução nº 267/98. Objeto Adequar o contrato nº 220/89, do lote nº 007 da Colônia Agrícola Núcleo Bandeirante II, ao Decreto nº. 19.248/98. **TERMO ADITIVO Nº 148/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e JOÃO GUILHERME WESTIN DUARTE. Processo nº 455.192/79. Vigência: 50 anos a partir de sua publicação. Resolução nº 375/98. Objeto Renovação do contrato nº 011/80, do lote125 do Núcleo Rural Tabatinga. **TERMO ADITIVO Nº149/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e RUBENS SOUTO PEREIRA. Processo nº 073.000.020/85. Vigência: 12/02/98 a 12/02/2035. Resolução nº 267/98. Objeto Adequar o contrato nº 005/98, do lote nº 018 da Colônia Agrícola Águas Claras, ao Decreto nº. 19.248/98. **TERMO ADITIVO Nº 150/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e NEWTON BARNABÉ BATISTA. Processo nº 073.003.640/89. Vigência: 50 anos a partir de sua publicação. Resolução nº 372/98. Objeto: Renovação do contrato nº 072/91, do lote nº 034 da Colonia Agrícola Buriti Vermelho. **TERMO ADITIVO Nº 151/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e IVONE CRISPIM MOURA. Processo nº 073.000.549/94. Vigência: 04/08/94 a 09/08/2039. Resolução nº 267/98. Objeto Adequar o contrato nº 039/94, do lote nº 191 da Colônia Agrícola Vicente Pires, ao Decreto nº. 19.248/98. **TERMO ADITIVO Nº 152/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e AYMORÉ VAZ PINTO. Processo nº 073.002.117/94. Vigência: 30/12/94 a 22/11/2035. Resolução nº 267/98. Objeto Adequar o contrato nº 176/94, do lote nº 113 da Colônia Agrícola Vicente Pires, ao Decreto nº. 19.248/98. **TERMO ADITIVO Nº 153/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e CARLOS ALBERTO FAYAD ANDRÉ. Processo nº 073.001.584/94. Vigência: 10/09/96 a 18/08/2038. Resolução nº 267/98. Objeto Adequar o contrato nº 077/96, do lote nº 096 da Colônia Agrícola Vicente Pires, ao Decreto nº. 19.248/98. **TERMO ADITIVO Nº 154/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e CÉSAR FALQUETO. Processo nº 073.000.539/91. Vigência: 50 anos a partir de sua publicação. Resolução nº 338/98. Objeto: Renovação do contrato nº 154/91, do lote nº 127 do Núcleo Rural Tabatinga. **TERMO ADITIVO Nº 155/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e LAURA OLIVEIRA. Processo nº 073.000.232/96. Vigência: 18/09/97 a 29/11/2044. Resolução nº 267/98. Objeto Adequar o contrato nº 049/97, do lote nº 128 da Colônia Agrícola Vicente Pires, ao Decreto nº. 19.248/98. **TERMO ADITIVO Nº 156/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e MARIA COELI POVOA. Processo nº 073.000.845/88. Vigência: 15/08/89 a 15/08/2039. Resolução nº 267/98. Objeto Adequar o contrato nº 169/89, do lote nº 228 da Colônia Agrícola Vicente Pires, ao Decreto nº. 19.248/98. **TERMO ADITIVO Nº 157/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e GUMERSINDO SUEIRO LOPES. Processo nº 073.004.284/88. Vigência: 28/09/89 a 28/09/2039. Resolução nº 267/98. Objeto: Adequar o contrato nº 256/89, do lote nº 224 da Colônia Agrícola Vicente Pires, ao Decreto nº. 19.248/98. **TERMO ADITIVO Nº 158/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e WESLEI RODRIGUES SILVA. Processo nº 073.002.595/97. Vigência: 17/03/98 a 28/02/2044. Resolução nº 267/98. Objeto Adequar o contrato nº 017/98, do lote nº 067 da Colônia Agrícola Vicente Pires, ao Decreto nº. 19.248/98. **TERMO DE TRANSFERÊNCIA Nº 148/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e IDALMA APARECIDA DE VARGAS. Processo nº 073.000.946/94. Vigência: da data de sua publicação até 2036. Resolução nº 298/98. Objeto: Transferência do contrato nº 259/86, do lote nº 023 da Colônia Agrícola Estanislau. **LICENÇA DE OCUPAÇÃO PROVISÓRIA Nº 031/98.** Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e JOSÉ MARIA MOREIRA AIRES. Processo nº 073.001.768/97. Assinatura: 16/11/98. Vigência: 2 (dois) anos. Conforme Decreto nº 17.502/96. Objeto: LICENÇA DE OCUPAÇÃO PROVISÓRIA, do lote Nº. 028 do Assentamento 3 Conquistas.

RESULTADO DE JULGAMENTO

O Presidente da Comissão de Licitação - CPL/FZDF, após análise das propostas relativas a Licitação abaixo, torna público o resultado da mesma:

CONVITE Nº 75/98

Fernanda Auto Peças Ltda: item 01, maior desconto concedido 56%;
H.I. Comercial de Peças Diesel Ltda: item 02, maior desconto concedido 36%;
Auto Peças Rayane Ltda: item 03, maior desconto concedido 59%;
Chaves e Rodrigues Ltda: item 04, maior desconto concedido 5%.

Brasília-DF, 19 de novembro de 1998
HUMBERTO DE JESUS SIMÕES FILHO
Presidente da CPL

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PROCESSO Nº: 072.000.080/98. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 016/98. Contratantes: EMATER/DF e GM - Carimbos e Artes em Geral Ltda-ME. Objeto: alteração das fontes de recursos. Vigência: 18/11/98 a 31/12/98. Valor: R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) estimados. Fonte de Recursos: 100/GDF, 220/ATER e 231/CONVÊNIOS. Unidade Orçamentária : 14.203. Elemento de Despesa: 3.4.90.30. Atividade: 8.501, 8502 e 2173. Data de Assinatura: 18/11/98. Signatários: p/ EMATER/DF - Maurício Dutra Garcia; p/Contratada - Guilherme Vieira Corrêa.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATO DE RESCISÃO DOS CONTRATOS Nº'S 3 E 6/98

PROCESSO Nº 050.000.700/97. ORIGEM: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. OBJETO: De acordo. I - Conheço o recurso interposto pela BRASIL MOTORES E ACESSÓRIOS LTDA, posto que tempestivo . Nego-lhe provimento por carecer de amparo legal. II - Com base no inciso II, do artigo 78, combinado com o inciso I, do artigo 79, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Cláusula Décima Quarta do Instrumento Contratual RESCINDO o Contrato nº 006/98 - SSP, nos termos do Padrão nº 08/96, Processo nº 050.000.700/97, Concorrência nº 001/98-98-CPL/SSP, celebrado em 05 de março de 1998, com a empresa BRASIL MOTORES E ACESSÓRIOS LTDA, objetivando o fornecimento de peças e acessórios para veículos da linha FIAT, no valor de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), com vigência até 31/12/98. III - Com base no inciso II, do artigo 78, combinado com o inciso I, do artigo 79, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e na Cláusula Décima Quarta do Instrumento Contratual, RESCINDO o Contrato nº 003/98 - SSP, nos termos do Padrão nº 08/96, Processo nº 050.000.700/97, Concorrência nº 001/98-CPL/SSP, celebrado em 05 de março de 1998, com a empresa CARDOSO AUTO PEÇAS LTDA, objetivando o fornecimento de peças e acessórios para veículos das linhas CHEVROLET, VOLKSWAGEN e TOYOTA, no valor de R$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), com vigência até 31/12/98. IV - Encaminhe-se à D. Procuradoria Geral do Distrito Federal para conhecimento e registro. ASSINATURA: 20/10/98. ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR, Secretário de Segurança Pública.
Nº 100/98 - DCC/1ª SPR/PRG/DF.

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº: 055.009679/98. Empresa: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF. Objeto: Registro de responsabilidade técnica dos Engenheiros do Detran, bem como de contratação de serviços necessários junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF. Valor Estimativo: 200,00. Justificativa: Caput do Artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações. Reconhecimento efetuado por José Cesário Vieira Neto, Diretor Administrativo e Financeiro, em 12/11/98. Ratificação efetuada por Luis Riogi Miura, Diretor-Geral, em 12/11/98.

Processo nº: 055.010775/98. Empresa: Editora Espaço Geo Ltda. Objeto: Inscrição de 04 servidores no I Congresso e Exposição de Geotecnologias do Brasil Central e mais três cursos. Valor Total: 2.394,00. Justificativa: Inciso II do Artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações. Reconhecimento efetuado por José Cesário Vieira Neto, Diretor Administrativo e Financeiro, em 13/11/98. Ratificação efetuada por Luis Riogi Miura, Diretor-Geral, em 13/11/98.

Brasília-DF, 16 de novembro de 1998

ISABEL CRISTINA DA SILVA GUTHIER
Presidente da CPL

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PRECOS Nº 27/98

Objeto: Aquisição de Material de Expediente para a Polícia Civil do Distrito Federal.
A Comissão Permanente de Licitação da Polícia Civil do Distrito Federal, faz saber aos interessados que o Edital referente à licitação supramencionada sofreu as seguintes alterações: No Capítulo V – DA HABILITAÇÃO, no item 5.5 onde se lê: "A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pelo CSM/SEA/GDF, no Grupo 14, e/ou 08, e Subgrupos respectivos, ou CRC expedido por órgão público, em conformidade com a Lei 8.666/93 contendo discriminação do serviço a ser cotado, em plena validade substituirá todos os documentos constantes dos itens 5.2, 5.3 e 5.4" .Leia-se: "A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pelo CSM/SEA/GDF, no Grupo 14, e/ou 08, e Subgrupos respectivos, ou CRC expedido por órgão público, em conformidade com a Lei 8.666/93 contendo discriminação do serviço a ser cotado, em plena validade substituirá todos os documentos constantes dos itens 5.2, e dos subitens 5.3.1 e 5.3.2". Informa ainda que as demais condições do referido Edital permanecem inalteradas.

Brasília-DF, 20 de novembro de l998
MARIA DA PENHA DE MEDEIROS ALVES
Presidenta da CPL

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 101/96

PROCESSO Nº 150.000.480/95 – PARTE: DF/SCE X XEROX DO BRASIL, OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 101/96. PRAZO: Até 30.04.99. VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 16.09.98. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: HAMILTON PEREIRA DA SILVA, na qualidade de Secretário de Cultura e Esporte. Pela Contratada: SAMUEL BATISTA D'AVILA, na qualidade de gerente de filial.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 1/98

PROCESSO Nº 151.000.044/98 - PARTES: DF/ARqDF X CHRISTIANO TURISMO E EXCURSÕES LTDA. OBJETO: - DA RETIFICAÇÃO: A Cláusula quinta item 5.1 passa a ter a seguinte redação: "o valor total do contrato é de R$ 8.000,00 (oito mil reais), não estando o presente ajuste adstrito à vigência dos créditos orçamentários por se tratar de contrato a ser executado de forma contínua. A cláusula oitava, passa a ter a seguinte redação: "O contrato terá vigência da data de assinatura até 31/12/98, podendo ser prorrogado por igual período de conformidade com o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93". VIGÊNCIA: A partir da assinatura. ASSINATURA: 18/09/98. SIGNATÁRIOS: WALTER DE ALBUQUERQUE MELO, Superintendente e LUIZ VICENTE ARAÚJO JÚNIOR, Diretor Comercial.
Of. nº 100/98 - DCC/1ª SPR/PRG/DF.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EDITAL Nº 153, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, com fundamento no que consta da Resolução nº 099 - CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 041 - CDE/DF de 27 de abril de 1994, e considerando o que consta da Resolução nº *241/98* - CDE/DF, de 27 de *agosto* de 1998, publicada no DODF nº *176*, de *16* de *setembro* de *1998*, torna público o cancelamento da indicação dos Lotes *33 e 34*, da Quadra 05, do Setor de Material de Construção da Ceilândia/DF, à empresa **COMERCIAL MADEIREIRA SÃO JOÃO LTDA - ME,** e o conseqüente arquivamento do Processo nº **160.002.349/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 154, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 245/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **JÚLIA BARBOSA DE OLIVEIRA DE SOUZA - ME,** do Anexo I do Edital nº 048/96 - SIC, publicado no DODF nº 237 de 06 de dezembro de 1996, do Anexo ao Edital nº 63, de 22 de setembro de 1997, publicado no DODF nº 186 de 26 de setembro de 1997, e do Anexo ao Edital nº 83, de 24 de novembro de 1997, publicado no DODF nº 229 de 27 de novembro de 1997, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 07, do Conjunto 07, do Setor Placa da Mercedes, no Núcleo Bandeirante/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.000.356/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 155, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 247/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **MARIA DA SILVA ALMEIDA GITAHI - ME,** do Anexo I do Edital nº 040/94 - SIC, de 30 de dezembro de 1994, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 01, Bloco "H", da CLN 07, do Riacho Fundo/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.002.689/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 156, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 253/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, e mantendo decisão constante da Resolução nº 93/98 - CDE/DF, de 23 de abril de 1998, publicada no DODF nº 88 de 13 de abril de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **MARFRI REFRIGERAÇÃO E CONSERTOS LTDA,** do Anexo II do Edital nº 040/94 - SIC, de 30 de dezembro de 1994, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 05, Conjunto 01, da QN 07 - QOF, do Riacho Fundo/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.000.096/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 157, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 246/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **MARIA DE FÁTIMA CARVALHO LANCHONETE - ME,** do Anexo II do Edital nº 027/94 - SIC, de 20 de dezembro de 1994, publicado no DODF nº 245 de 22 de dezembro de 1994, e do Anexo I do Edital 040/94 - SIC, de 30 de dezembro de 1994, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 02, Bloco "E", da CLS 08, do Riacho Fundo/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.002.686/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 158, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 252/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, e mantendo decisão constante da Resolução nº 092/98 - CDE/DF, de 23 de abril de 1998, publicada no DODF nº 88 de 13 de abril de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **MARIA IVANILDE ALVES DE MOURA - ME,** do Anexo I do Edital nº 040/94 - SIC, de 30 de dezembro de 1994, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 02, Bloco "H", da CLS 07, do Riacho Fundo/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.001.382/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 159, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 248/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **MAICOM MARCENARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA,** dos Anexos I e V do Edital nº 10/97 - SIC, de 17 de março de 1997, publicado no DODF nº 054 de 20 de março de 1997, o

cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 09, do Conjunto "A", da Quadra 02, do Setor de Desenvolvimento Econômico M/Norte de Taguatinga/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.002.568/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 160, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 250/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, e mantendo decisão constante da Resolução nº 012/98 - CDE/DF, de 12 de fevereiro de 1998, publicada no DODF nº 58 de 26 de março de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **EVANDRO ROMEIRO DA SILVA - ME** dos Anexos I e V do Edital nº 10/97 - SIC, de 17 de março de 1997, publicado no DODF nº 054 de 20 de março de 1997, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 15, do Conjunto "A", da Quadra 03, do Setor de Desenvolvimento Econômico M/Norte de Taguatinga/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.000.072/95**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 161, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 238/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **CASA DO PVC COMERCIAL LTDA,** do Anexo ao Edital nº 015/94 - SIC, de 10 de novembro de 1994, publicado no DODF nº 217 de 11 de novembro de 1994, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 52, da Quadra 03, do Setor de Material de Construção da Ceilândia/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.001.967/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 162, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 251/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, e mantendo decisão constante da Resolução nº 87/98 - CDE/DF, de 23 de abril de 1998, publicada no DODF nº 88 de 13 de maio de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **LUIZ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS - ME** dos Anexos II e V do Edital nº 10/97 - SIC, de 17 de março de 1997, publicado no DODF nº 054 de 20 de março de 1997, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 27, do Conjunto "A", da Quadra 03, do Setor de Desenvolvimento Econômico M/Norte de Taguatinga/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.000.376/96**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 163, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 249/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **OURO FINO REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME,** do Anexo ao Edital nº 015/94 - SIC, de 10 de novembro de 1994, publicado no DODF nº 217 de 11 de novembro de 1994, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 45, da Quadra 03, do Setor de Material de Construção da Ceilândia/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.001.933/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 164, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 244/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **GLOBO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA** do Edital nº 15/94 - SIC, de 10 de novembro de 1994, publicado no DODF nº 217 de 11 de novembro de 1994 e Edital nº 19/94 - SIC, de 02 de outubro de 1994, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado nos Lotes 53, 55, 57, 59 e 61, da Quadra 05, do Setor de Material de Construção da Ceilândia/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.001.920/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 165, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 243/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **FRANCISCO ALEXANDRE SOUZA FILHO - ME,** do Anexo ao Edital nº 15/94 - SIC, de 10 de novembro de 1994, publicado no DODF nº 217 de 11 de novembro de 1994, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado no Lote 20, da Quadra 05, do Setor de Material de Construção da Ceilândia/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.002.102/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

EDITAL Nº 166, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Resolução nº 240/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176 de 16 de setembro de 1998, torna público a **exclusão** da empresa **CONSTRUENGE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E ELETRÔNICA EM GERAL LTDA - ME,** do Anexo ao Edital nº 015/94 - SIC, de 10 de novembro de 1994, publicado no DODF nº 217 de 11 de novembro de 1994, o cancelamento da pré-indicação do endereço situado nos Lotes 54 e 56, da Quadra 03, do Setor de Material de Construção da Ceilândia/DF, e o conseqüente arquivamento do processo nº **160.002.007/94**.

LUIZ CESAR BRANDÃO MAIA
Substituto

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/98

PROCESSO N.º 190.000.235/98. **PARTES:** DF / SEMATEC X SAM REMO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REVESTIMENTOS LTDA. **OBJETO:** Execução de obra de ampliação e reforma do herbário. **DO VALOR:** o valor do contrato é de R$33.512,40,00 (trinta e três mil, quinhentos e doze Reais e quarenta centavos), proveniente do Convênio nº 005/98-MMA/FNMA/SEMATEC. **NOTA DE EMPENHO N.º** 98NE00437, emitida em 13/11/98, no valor de R$33.512,40,00 (trinta e três mil, quinhentos e doze Reais e quarenta centavos), modalidade global. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PROGRAMA DE TRABALHO 03.007.0021.8501.0001; FONTE DE RECURSOS: 132; CÓDIGO U.O.: 21.101; NATUREZA DA DESPESA: 4.5.90.51; EVENTO: 400091; **FUNDAMENTO LEGAL:** Convite nº 010/98-CPL/SEMATEC. **VIGÊNCIA:** O presente contrato terá vigência de (quarenta e cinco) dias, a contar da data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. **DATA DE ASSINATURA:** 17/11/1998, **SIGNATÁRIOS:** Pelo Distrito Federal: ANTONIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO, na qualidade de Secretário, pela CONTRATADA: DAVIDE USAI, na qualidade de Diretor-Geral.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/98

PROCESSO N.º 190.000.236/98. **PARTES:** DF / SEMATEC X PLANAIR COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA. **OBJETO:** Execução de obra de construção da Casa de Vegetação. **DO VALOR:** o valor do contrato é de R$28.781,57,00 (vinte e oito mil, setecentos e oitenta e um Reais e cinquenta e sete centavos), proveniente do Convênio nº 005/98-MMA/FNMA/SEMATEC. **NOTA DE EMPENHO N.º** 98NE00442, emitida em 13/11/98, no valor de R$28.781,57,00 (vinte e oito mil, setecentos e oitenta e um Reais e cinquenta e sete centavos), modalidade global. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PROGRAMA DE TRABALHO 03.007.0021.8501.Q001; FONTE DE RECURSOS: 132; CÓDIGO U.O.: 21.101; NATUREZA DA DESPESA: 4.5.90.51; EVENTO: 400091; **FUNDAMENTO LEGAL:** Convite nº 011/98-CPL/SEMATEC. **VIGÊNCIA:** O presente contrato terá vigência de (quarenta e cinco) dias, a contar da data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. **DATA DE ASSINATURA:** 17/11/1998, **SIGNATÁRIOS:** Pelo Distrito Federal: ANTONIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO, na qualidade de Secretário, pela CONTRATADA: GUSTAVO HUMBERTO L.L. LINS, na qualidade de Sócio-Gerente.

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 7/98

PROCESSO N.º 190.000.389/97. PARTES: DF / SEMATEC X A.A.A. AABA CHAVEIRO DE PLANTÃO LTDA - ME. OBJETO: - DA RETIFICAÇÃO: a Cláusula Oitava passa a ter a seguinte redação: "o contrato terá vigência até 31 de Dezembro de 1.998, a contar da data de sua assinatura".. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A partir da data da assinatura. DATA DE ASSINATURA: 12 de novembro de 1998, SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO, na qualidade de Secretário, pela CONTRATADA: SANDRO LUIZ NOGUEIRA, na qualidade de Proprietário.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 84/98

Processo: 193.000.151/98 - FAPDF; partícipes: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF e Maria Imaculada Muniz Barboza Junqueira, com interveniência da Universidade de Brasília - UnB; Objeto: Apoio financeiro a execução do projeto "Papel de citocinas, de moléculas de aderências e da ativação endotelial como determinantes da imunopatologia na malária murina"; Vigência: Data de assinatura até 27/10/2000; Valor: R$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais); Nota de Empenho: nº 0311/98; Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 03010005720760001; Fonte de Recursos: 104; U. O.: 21201; Elemento: 349036; Data de Assinatura: 27/10/98; Despesas de Publicação: FAPDF; P/Concedente: Laura Maria Goulart Duarte, Diretora Presidente, Humberto Vendelino Richter, Diretor Técnico-Cientifico e Kátia Filomena Vaz Stival Bueno, Diretora Administrativa; P/Convenente e Coordenador: Maria Imaculada Muniz Barboza Junqueira; P/Interveniente: Lauro Morhy, Reitor.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 95/98

Processo: 193.000.256/96 - FAPDF; Partes: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal-FAPDF e Isabel Cristina Bezerra, com interveniência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, ora representada pelo Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças - CNPH; Objeto: Apoio financeiro ao projeto "Levantamento, detecção e caracterização de geminivirus em tomate e identificação de fontes de resistência para o DF"; Valor Total: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); Nota de Empenho: nº 026/97; Dotação Orçamentaria: Programa de Trabalho: 03.010.0057.2076.0001; Natureza da despesa: 34.90.36; Fonte de Recursos: 104; Unidade Orçamentária: 21201; Data de Assinatura: 04/11/98; Vigência: até 04/11/2000; Despesas de Publicação: FAPDF; P/Concedente: Laura Maria Goulart Duarte, Diretora Presidente, Humberto Vendelino Richter, Diretor Técnico-Científico e Kátia Filomena Vaz Stival Bueno, Diretora Administrativa; P/Convenente e Coordenador: Isabel Cristina Bezerra; P/Interveniente: Ruy Rezende Fontes, Chefe Geral do Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças - CNPH.

JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 17/98

OBJETO: Aquisição de material de consumo (materiais de expediente), destinado ao ressuprimento de estoque do almoxarifado do JBB, conforme especificações constantes do Anexo Único do Edital.
TIPO: Menor Preço
DATA: 30 de novembro de 1998.

HORÁRIO: 10:00 horas
LOCAL: Obtenção do Edital, abertura das propostas e quaisquer esclarecimentos serão prestados pela CPL/JBB das 8:30 às 17:30hs - Fone: (061) 366-2141; Fax (061) 366-3007 - no SMDB Conj. 12 - LAGO SUL - BRASÍLIA - DF.

Brasília, 20 de novembro de 1998
SEBASTIÃO CANÇADO COUTO
Presidente da CPL

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADAS DE PREÇOS Nºs 64 A 67/98

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento dos interessados que o Edital das licitações em referência, encontram-se à disposição, gratuitamente, na sala 242, 2° andar do Edifício Lex, localizado no SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

TOMADA DE PREÇOS N°64/98
ABERTURA: 14/12/98 às 09:30 horas
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção corretiva para 4 (quatro) tratores de esteiras marca Caterpillar, modelos D4E e D6D,incluindo a aplicação de peças e acessórios novos e genuínos, bem como o fornecimento de peças e acessórios novos e genuínos através de requisição, visando suprir às necessidades do Órgão no decorrer do exercício de 1999

TOMADA DE PREÇOS N°65/98
ABERTURA: 15/12/98 às 09:30 horas
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção corretiva para 1 (um) cavalo-mecânico marca Scania, modelo 112-HS, incluindo a aplicação de peças e acessórios novos e genuínos, bem como o fornecimento de peças e acessórios novos e genuínos através de requisição, visando suprir às necessidades do Órgão no decorrer do exercício de 1999.

TOMADA DE PREÇOS N°66/98
ABERTURA: 16/12/98 às 09:30 horas
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção corretiva para 4 (quatro) cavalos-mecânicos marca Volvo, modelo NL 10, incluindo a aplicação de peças e acessórios novos e genuínos, bem como o fornecimento de peças e acessórios novos e genuínos através de requisição, visando suprir às necessidades do Órgão no decorrer do exercício de 1999.

TOMADA DE PREÇOS N°67/98
ABERTURA: 17/12/98 às 09:30 horas
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção corretiva para 2(duas) pás mecânicas, 1 (uma) retroescavadeira e 1 (uma) empilhadeira, marca Case, modelos 580H, 184C, W20 e W18, incluindo a aplicação de peças e acessórios novos e genuínos, bem como o fornecimento de peças e acessórios novos e genuínos através de requisição, visando suprir às necessidades do Órgão no decorrer do exercício de 1999.

TOMADAS DE PREÇOS Nºs 68, 69 E 70/98

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento dos interessados que o Edital das licitações em referência, encontram-se à disposição, gratuitamente, na sala 242, 2° andar do Edifício Lex, localizado no SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

TOMADA DE PREÇOS N°68/98
ABERTURA: 18/12/98 às 09:30 horas
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção corretiva para 14 (quatorze) caminhões marca Ford, modelos 1415, 1418 e 1615, incluindo a aplicação de peças e acessórios novos e genuínos, bem como o fornecimento de peças e acessórios novos e genuínos através de requisição, visando suprir às necessidades do Órgão no decorrer do exercício de 1999

TOMADA DE PREÇOS N°69/98
ABERTURA: 06/01/99 às 09:30 horas
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção corretiva para 2 (dois) caminhões marca volkswagen, modelo 16210H e 16220H, incluindo a aplicação de peças e acessórios novos e genuínos, bem como o fornecimento de peças e acessórios novos e genuínos através de requisição, visando suprir às necessidades do Órgão no decorrer do exercício de 1999.

TOMADA DE PREÇOS N°70/98
ABERTURA: 07/01/99 às 09:30 horas
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção corretiva para 2 (dois) caminhões-guindastes marca Matra, modelo M22, incluindo a aplicação de peças e acessórios novos e genuínos, bem como o fornecimento de peças e acessórios novos e genuínos através de requisição, visando suprir às necessidades do Órgão no decorrer do exercício de 1999.

Brasília, 19 de novembro de 1998
A COMISSÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 56/98

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento de quem de direito, que o resultado da licitação em referência, encontra-se afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação do SLU/DF, localizado no 2° andar do Edifício Lex, SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", Brasília - DF.

ABERTURA REALIZADA EM: 16/11/98 às 15:30 horas
OBJETO: Fornecimento de 12.510 (doze mil e quinhentos e dez) centos de saco plástico para acondicionamento de lixo, no formato 90x92cm, espessura mínima de 120 microns,embalados em sacos plásticos contendo 100 unidades

Brasília, 18 de novembro de 1998
A COMISSÃO

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 62/98

- RESSARCIMENTO DE DANOS -

PROCESSO Nº 141.002.667/98 - PARTES: DF/PRG X ROGÉRIO PAULINO DA SILVA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 6.556,7266 UFIRs. VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua publicação. ASSINATURA: 12/11/98. SIGNATÁRIOS: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Procuradora-Geral Adjunta e ROGÉRIO PAULINO DA SILVA, Beneficiário. OFÍCIO Nº 100/98-DCC/1ª SPR/PRG/DF.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 63/98

- RESSARCIMENTO DE DANOS -

PROCESSO Nº 141.004.000/98 - PARTES: DF/PRG X NEIDE SOARES CORREIA SILVA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 1.063,2666 UFIRs. VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, contados da data de sua publicação. ASSINATURA: 29/10/98. SIGNATÁRIOS: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Procuradora-Geral Adjunta e NEIDE SOARES CORREIA SILVA, Beneficiária. OFÍCIO Nº 100/98-DCC/1ª SPR/PRG/DF.

INEDITORIAIS

ASSOCIAÇÃO DA CARREIRA AUDITORA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

CHAPA REGISTRADA

Relação nominal da Chapa registrada nos termos do Edital nº 02/98 publicado no DODF de 29/10/98, ambos da ACATE, tendo em vista o que determina os artigos 37 e 38 do Estatuto da Associação. Chapa Consolidação (Registrada em 29/10/98 às 18:00 (dezoito) horas). Diretoria Executiva : Presidente - Jaime Pereira Sardinha, Vice-Presidente - Siloní Soares da Silva, Secretario Geral - Nilson de Castro Lopes , Secretario Geral-Adjunto - Otávio Rufino dos Santos, Secretario Financeiro - Edmar Andrade de Almeida, Secretario Financeiro-Adjunto - Antônio Joaquim de Morais Filho; Conselho Deliberativo : Tarcísio Mota da Silva , Eduardo Alves de Almeida Neto, Giovani Leal da Silva, Valdina Quintiliano da Silva - Suplentes : Elenice Caetano Martins , Marcelo Ribeiro Alvim; Conselho Fiscal : Marcio Emiliano da Silva , Joaquim Janduy Galindo Lira, Antônio Pedro dos Santos , José Carlos Correa Baldez - Suplentes : Waldson Ferreira de Moura, Adriana Cristina Bonfim. Jaime Pereira Sardinha - Presidente da ACATE; Francisco Fábio da Nobrega Portela - Presidente da Comissão Eleitoral.

DAR-3310/98

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE RESULTADO DE ELEIÇÃO

O Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Distrito Federal, de acordo com Edital de Convocação, publicado no DODF de 13/11/98 e nos termos da Resolução Nº 073/97, que editou a I.N Nº 12, do Colendo TST, publicado no D.J de 03/07/97, torna público o resultado da eleição realizada no dia 18/11/98, na sede no SCS Qd. 02 Ed. Anhanguera Sala 101 a 103 - Brasília-DF, às 9:00 em 1ª convocação, para composição de Lista tríplice de Juiz Classista Temporário e seus respectivos Suplentes representantes dos trabalhadores das Egs 1ª e 2ª JCJ de Taguatinga-DF e 9ª e 10ª JCJ de Brasília-DF, para o triênio 1999 a 2002. Foram eleitos: RENATO JOSÉ DOS SANTOS, RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA e VALÉRIA CHAVES DE CARVALHO GOMES para a 1ª e 2ª JCJ de Taguatinga-DF e 9ª e 10ª JCJ de Brasília-DF - Titulares e Suplentes. Brasília-DF, 19 de novembro de 1998 - JOSÉ NEVES FILHO - Presidente.

DAR-3326/98

FIBRA – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADOS DE ELEIÇÃO

A Federação das Indústrias do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no Art. 2º alínea "b" da Instrução Normativa nº. 12, publicada no Diário da Justiça de 03/07/97, do Tribunal Superior do Trabalho, torna público o resultado de eleição para composição de Lista Tríplice destinadas ao preenchimento de uma vaga de Juiz Classista Temporário, representante dos Empregadores, para o triênio de 1999/2002 no Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, realizada em 19 de novembro de 1998, às 18:00 horas em segunda convocação, na sala de reuniões do 2º andar do Ed. FIBRA, onde foram eleitos os seguintes candidatos para SUPLENTES: 1º lugar CLAUDIO DA COSTA VARGAS; 2º lugar ANTONIO ROCHA DA SILVA; 3º lugar ROBERTO MAURICIO MORAES. Brasília-DF, 20 de novembro de 1998. LOURIVAL NOVAES DANTAS-Presidente.

DAR-3221/98

A Federação das Indústrias do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no Art. 2º alínea "b" da Instrução Normativa nº. 12, publicada no Diário da Justiça de 03/07/97, do Tribunal Superior do Trabalho, torna público o resultado de eleição para composição de Lista Tríplice destinadas ao preenchimento de uma vaga de Juiz Classista Temporário, representante dos Empregadores, para o triênio de 1999/2002 no Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, realizada em 19 de novembro de 1998, às 18:00 horas em segunda convocação, na sala de reuniões do 2º andar do Ed. FIBRA, onde foram eleitos os seguintes candidatos para TITULARES: 1º lugar LUCAS KONTOYANIS; 2º lugar ANTONIO ROCHA DA SILVA; 3º lugar CLAUDIO DA COSTA VARGAS. Brasília-DF, 20 de novembro de 1998. LOURIVAL NOVAES DANTAS-Presidente.

DAR-3221/98

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE DIVULGAÇÃO

O SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES – SEVIBRA/DF, nos termos e observância das determinações previstas na Resolução nº 037/97, que editou a Instrução Normativa nº 12, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, publicada no Diário da Justiça de 03/07/97, publica este Edital de Divulgação do Resultado da 41ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada às dezesseis horas e trinta minutos, em segunda convocação, do dia dezoito de novembro do ano de hum mil novecentos e noventa e oito, em sua sede, sito ao SAAN - Quadra 03 - Lote 1.300, em Brasília-DF, para eleição dos componentes da Lista Tríplice de candidatos a Juízes Classistas Temporários, representantes dos empregadores e de seus respectivos Suplentes, para investidura na Egrégia 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Taguatinga-DF, no triênio 1999 a 2002, quando foram escolhidos os seguintes integrantes: Titulares: FRANCISCO ALENCAR RODRIGUES, VICTOR JOÃO CÚGOLA e EUCLIDES CORREIA CORDEIRO. Suplentes: FRANCISCO ALENCAR RODRIGUES, VICTOR JOÃO CÚGOLA e EUCLIDES CORREIA CORDEIRO. Brasília (DF), 18 de novembro de 1998. MARCELO OLIVEIRA BORGES, Presidente em Exercício.

DAR-3293/98

SINDIREPA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADOS DE ELEIÇÃO

O Presidente do SINDIREPA, em conformidade com o edital de convocação publicado no DODF do dia 11 de novembro de 1998, e nos termos e observância das determinações previstas na Resolução nº 073/97, que editou a Instrução Normativa nº 12, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, publicado no Diário da Justiça de 03/07/97, torna público o resultado das eleições realizadas em Assembléia Geral Extraordinária no dia 17 de novembro de 1998, das 14:00 às 21:00 horas, em sua Sede sito no Sia Trecho 03 Lote 225 Térreo Ed. Fibra, para composição das Listas Tríplices de Juiz Classista Temporário representante dos empregadores e seus respectivos Suplentes, para investidura nas Egs. 1ª e 2ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Taguatinga-DF., no triênio 1999/2002, quando foram escolhidos os seguintes integrantes: Titulares: **José da Silva Viana, Cristóvão Cardoso Santos e Delermando Martins de Mesquita Júnior;** Suplentes: **Delermando Martins de Mesquita Júnior, José da Silva Viana e Edson Ribamar Nunes Freitas.** Brasília-DF., 20 de novembro de 1998. VORNES SIMÕES FERREIRA – Presidente.

O Presidente do SINDIREPA, em conformidade com o edital de convocação publicado no DODF do dia 11 de novembro de 1998, e nos termos e observância das determinações previstas na Resolução nº 073/97, que editou a Instrução Normativa nº 12, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, publicado no Diário da Justiça de 03/07/97, torna público o resultado das eleições realizadas em Assembléia Geral Extraordinária no dia 17 de novembro de 1998, das 14:00 às 21:00 horas, em sua Sede sito no Sia Trecho 03 Lote 225 Térreo Ed. Fibra, para composição das Listas Tríplices de Juiz Classista Temporário representante dos empregadores e seus respectivos Suplentes, para investidura nas Egs. 9ª e 10ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Brasília-DF., no triênio 1999/2002, quando foram escolhidos os seguintes integrantes: Titulares: **Cristóvão Cardoso Santos, José da Silva Viana e Delermando Martins de Mesquita Júnior;** Suplentes: **Delermando Martins de Mesquita Júnior, Cristóvão Cardoso Santos e José da Silva Viana.** Brasília-DF., 20 de novembro de 1998. VORNES SIMÕES FERREIRA-Presidente.

DAR-3317/98

SINDIVAREJISTA – SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE DIVULGAÇÃO

ELEIÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DE LISTAS TRÍPLICES

RESULTADO DE ELEIÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DE LISTAS TRÍPLICES

O Presidente do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal - SINDIVAREJISTA, no gozo de suas atribuições legais e estatutárias e, de acordo com o Art. 116, Parágrafo único, da Constituição da República e do artigo 1º da Resolução nº 073/97 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, bem como o Edital de Convocação publicado no Diário da Justiça, de 16.10.98, torna público aos associados e demais interessados, o presente Edital de Divulgação do Resultado da Eleição, ocorrida em 18.10.98, no horário das 14:00 às 17:00 horas, na Sede Própria desta Entidade, situada no SCS Qd 06 Bl A Edifício Federação do Comércio 4º andar - Sala de Reuniões, em Brasília-DF, para eleição dos componentes das Listas Tríplices de candidatos a Juiz Classista Temporário, representante dos Empregadores e respectivos suplentes. Na Eg. 1ª os titulares serão: 1º MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA CARNEIRO, 2º CARLOS ROBERTO BERNARDES, 3ª MARILDA GUIMARÃES MARQUES PEREIRA e suplentes 1º MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA CARNEIRO, 2º CARLOS ROBERTO BERNARDES, 3ª MARILDA GUIMARÃES MARQUES PEREIRA. Na Eg. 2ª os titulares serão: 1º ELZA APARECIDA DE SOUZA BERNARDO, 2º DIONE RODRIGUES DE SOUZA, 3º ARTUR CESAR DE ABREU BENVENUTO e suplentes 1º ELZA APARECIDA DE SOUZA BERNARDO, 2º DIONE RODRIGUES DE SOUZA, 3º ARTUR CESAR DE ABREU BENVENUTO, Junta de Conciliação e Julgamento de Taguatinga-DF. Na Eg. 9ª os titulares serão: 1º NELSON DUARTE FILHO, 2º MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA CARNEIRO, 3ª ARTUR CESAR DE ABREU BENVENUTO e suplentes 1º NELSON DUARTE FILHO, 2º MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA CARNEIRO, 3ª ARTUR CESAR DE ABREU BENVENUTO. Na Eg. 10ª os titulares serão: 1º NELSON DUARTE FILHO, 2º ELZA APARECIDA DE SOUZA BERNARDO, 3ª DIONE RODRIGUES DE SOUZA e suplentes 1º NELSON DUARTE FILHO, 2º ELZA APARECIDA DE SOUZA BERNARDO, 3ª DIONE RODRIGUES DE SOUZA - Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília-DF, sendo todas as Egs para o triênio 1999/2.002, de acordo com o Edital publicado no Diário de Justiça em 16.10.98, pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente do TRT-10ª Região. Brasília-DF, 20 de novembro de 1998.

LAZARO MARQUES NETO
Presidente

DAR 3328/98

ÍNDICE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO EXECUTIVO 19804, 20-11-98 1

SECRETARIA DE GOVERNO

.DESPACHO, SUCAR, 20-11-98 2
.DESPACHO-R, SUCAR/RA-V-SOBRADINHO, 19-11-98 4
.ORDEM DE SERVICO 96, SUCAR/RA-XIV-SAO SEBASTIAO, 19-11-98 2
.ORDEM DE SERVICO, SUCAR/RA-V-SOBRADINHO, 19-11-98 2
.RESOLUCAO 179, CDCA/DF, 09-11-98 4

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

.ATO-R, SUREC/DAT, 18-11-98 9
.ATO-R, SUREC/DAT, 19-11-98 9
.ATO, SUREC/DAT-DAR, 20-11-98 9
.ATO DECLARATORIO 78, SUREC, 20-11-98 8
.ATO DECLARATORIO 564, SUREC/DAT, 18-11-98 8
.ATO DECLARATORIO 565-R, SUREC/DAT, 19-11-98 8
.ATO DECLARATORIO 574, SUREC/DAT, 20-11-98 8
.DESPACHO, CODEPLAN/DIRAF, 20-11-98 9
.DESPACHO-R, SECRETARIO, 20-11-98 8
.PORTARIA 1251-R, SECRETARIO, 20-11-98 4

SECRETARIA DE SAUDE

.ORDEM DE SERVICO, FHB/DEX, 19-11-98 9

SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL

.DESPACHO-R, FSSDF/DEX, 19-11-98 9

SECRETARIA DE TRANSPORTES

.INSTR. DE SERV. 92, DMTU/DF, 19-11-98 10
.INSTRUCAO, DER, 09-11-98 10
.INSTRUCAO, DER, 18-11-98 10

SECRETARIA DE AGRICULTURA

.DESPACHO, EMATER/DF, 19-11-98 10

SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

.INSTR. DE SERV. 643, DETRAN/DG, 18-10-98 11
.INSTR. DE SERV. 645, DETRAN/DG, 19-11-98 11
.RESOLUCAO NORMATIVA 42, CONTRANDIFE, 20-11-98 10

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

.ATO-R, DAG/DP, 16-11-98 11
.ORDEM DE SERVICO, DAG/DP, 17-11-98 11

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

.ATO, FCDF/DEX, 10-11-98 11
.PORTARIA-*, SECRETARIO, 10-11-98 11

SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO

.PORTARIA 243, SECRETARIO, 18-11-98 11

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

.DELIBERACAO, FUNSOL/DF, 06-11-98 12
.DELIBERACAO, FUNSOL/DF, 13-11-98 13
.PORTARIA, SECRETARIO, 20-11-98 12
.RESOLUCAO 60-*, CTDF, 13-04-98 12
.RESOLUCAO 72, CTDF, 05-11-98 12

SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

.DESPACHO, SECRETARIO, 19-11-98 13

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA

.DESPACHO, FAPDF, 17-11-98 13

SECRETARIA DE HABITACAO E DESENVOLVIMENTO URBANO

.DESPACHO, SECRETARIO, 19-11-98 13

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.ATA 3379, SECRETARIA DAS SESSOES, 12-11-98 13
.DESPACHO, DAG, 19-11-98 13

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO